

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – MESTRADO

SIMONE BARROS DE OLIVEIRA

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
CULTURA DE PAZ NO MEIO ESCOLAR:
DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dr^a. Patrícia Krieger Grossi

Porto Alegre, março de 2007.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48d Oliveira, Simone Barros de
Desenvolvimento sustentável e cultura de paz no meio escolar :
desafios para o serviço social / Simone Barros de Oliveira. — Porto
Alegre, 2007.
140 f.

Diss. (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social. Programa
de Pós-Graduação Serviço Social. PUCRS, 2007.

Orientador: Prof. Dr^a. Patrícia Krieger Grossi

1. Serviço Social. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3. Cultura.
4. Violência. I. Título.

CDD : 361.8

1.1.1 Bibliotecário Responsável

Ginamara Lima Jacques Pinto
CRB 10/1204

SIMONE BARROS DE OLIVEIRA

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CULTURA DE PAZ NO MEIO
ESCOLAR: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Patrícia Krieger Grossi

Orientadora

Prof^o . Dr^o. Jairo Melo Araújo

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS/FSS

Prof^o. Dr^o. Pergentino S. Pivatto

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS /FACED

DEDICATÓRIA

A Eduarda, que me transmite a cada dia raios de luz que iluminam minha vida me dando energia cotidiana para transpor os desafios, percorrer os caminhos necessários e chegar ao destino final. A você filha querida, que tão pequenina, sem saber e sem querer, fez o exercício da espera. Amo você.

AGRADECIMENTOS

Às minhas amigas da ONG **REDECRIAR**, pelo carinho, incentivo, paciência incansável de caminharem comigo este trajeto. Sem o apoio de vocês seria possível, mas não teria graça chegar ao final deste percurso, vocês fazem parte dessa vitória.

À **Patrícia**, professora, mestre na arte de compreender e incentivar, amiga, orientadora. A você, Patrícia, minha gratidão eterna, minha vida está marcada pelos passos que tens trilhado comigo. Multiplicas a cada dia minhas possibilidades através do incentivo à busca de novas oportunidades. Minha eterna amizade.

Ao **GEPAZ**, participar deste grupo foi uma experiência que me fez acreditar do quanto somos capazes quando acreditamos naquilo que queremos. Vamos, eu também quero construir uma Cultura de Paz.

Aos personagens da minha vida cotidiana, você, **Carlos**, que entre limites e possibilidades tem me mostrado que não dá pra parar, é preciso ir além dos desafios cotidianos. Aos amigos, são tantos, alguns conquistados no decorrer do Curso, **Claudia, Elis e Fabrício**, descobri em vocês uma amizade que extrapola os interesses e permanece para a vida, onde estiverem, lembrem que nossos caminhos se cruzaram. Em algum porto nos reencontraremos. Às colegas do **NEPEVI**, são várias as jóias com as quais

convivi durante o período do mestrado, obrigada pelo trabalho coletivo e pelo carinho de cada uma.

Ao **CNPQ**, órgão de fomento que possibilitou a construção desse trabalho através da bolsa integral, bem como ao **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**, pelo incentivo à continuação desse estudo no Doutorado.

E por fim, aos professores que tão prontamente se dispuseram a arguir este trabalho: Ao **Jairo**, amigo discreto das horas de festas e das horas de buscas, muito obrigado por acreditar na minha busca, pelo carinho e pela disponibilidade. Ao **Pivatto**, uma presença silenciosa, também discreta, companheiro dos sonhos de construir uma cultura de paz, obrigada por acreditar numa sociedade diferente, que seja de não-violência.

RESUMO

Este trabalho visa discutir o Desenvolvimento Sustentável e a Cultura da Paz como desafios para o Serviço Social para contribuir com a construção de uma sociedade sustentável que tem o equilíbrio entre os fatores ambiental econômico e social como indispensável. A discussão do desenvolvimento sustentável e da cultura da paz apresenta-se pertinente, ao constatar-se que o meio ambiente configura-se como uma das múltiplas expressões da questão social, objeto de trabalho do Serviço Social. Quando é discutido sobre o meio ambiente, discute-se também sobre o papel do ser humano, da natureza, das relações sociais e a questão da violência e da exclusão social como fatores que obstaculizam a construção de uma cultura de paz. São abordadas intervenções que possibilitam uma maior consciência crítica e ações voltadas para uma cultura de paz que propõe uma ética de solidariedade que pode ser construída através do desenvolvimento sustentável a partir da co-responsabilidade. A pesquisa realizada enfatiza o trabalho desenvolvido por assistentes sociais e bióloga pertencentes a ONG REDECRIAR – Reciclando a Cidadania em Rede Interdisciplinar, na Escola Estadual General Ibá Ilha Moreira, em Porto Alegre, RS. Todos os sujeitos da pesquisa foram participantes do Projeto Piloto na escola, que envolveu o corpo diretivo, docente, discente, comunidade escolar e os profissionais da ONG. Os resultados do trabalho indicam que houve uma maior articulação da escola com a rede de serviços, maior participação da família na escola, valorização do protagonismo dos alunos, desenvolvimento de uma consciência ecológica através de reciclagem do lixo, compostagem, cultivo de hortas e oficinas de geração de renda com familiares. Estas ações contribuíram para a prevenção da violência no meio escolar em direção à sustentabilidade e construção de uma cultura de paz. Este estudo aponta para a urgência da intervenção nesta temática, dando visibilidade à contribuição do Serviço Social neste processo.

Palavras Chaves: Desenvolvimento sustentável, cultura de paz, violência, Serviço Social.

ABSTRACT

This study aims to discuss sustainable development and culture of peace as challenges for Social Work in order to contribute with the construction of a sustainable society which has the balance of environmental, economic and social factors as indispensable. The discussion of sustainable development and culture of peace is relevant since the environment is one of the expressions of the social question, object of Social Work. When it is discussed about environment, it is also included the role of human being, nature, social relations, and violence and social exclusion as factors that make it difficult the construction of a culture of peace. This could happen through interventions that make it possible the development of a critical consciousness and actions directed to the culture of peace which propose a solidarity ethic that could be built through the sustainable development and co-responsibility. The present research emphasizes the work developed by the social workers and a biologist from NGO Redecriar – Recycling Citizenship in Interdisciplinary Network in the State School General Ibá Ilha Moreira, in Porto Alegre, RS. All the research's subjects were participants of the pre-test project developed in the school which included the direction, the teachers, the students, the school community and the professionals of the NGO. The results of this work indicate that there was an increase of the articulation of the school with the network of services, and increase of family participation in the school, a valorization of the student's protagonist role, and development of an ecological consciousness through garbage, composting, vegetables growing and income generation workshops for the families. These actions have contributed for the prevention of violence in schools towards sustainability and the construction of a culture of peace. This study points out to the urgency for intervention in these themes, giving visibility to the contribution of Social Work in this process.

Key-words: sustainable development, culture of peace, violence and social work.

*“Nunca esquecer este esquecido princípio:
de minha casa ao meu país, os mundos
sociais em que vivo são os mesmos de cuja
construção – para o bem ou para o mal – eu
participo”.*

(BRANDÃO, 2006, p. 186).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. APROFUNDANDO A LITERATURA	16
1.1 Desenvolvimento Sustentável.....	16
1.2 A educação e o desenvolvimento sustentável	22
1.3 Cultura de Paz	24
1.4 As tradições da paz	29
1.5 Exclusão Social	37
1.6 Exclusão Social como fator de violência.....	42
1.7 Serviço Social e Educação	47
1.8 Serviço Social e Processo de Trabalho	47
1.8.1 Trabalho e objeto do Serviço Social.....	48
1.8.2 Processo de Trabalho	52
1.8.3 Interdisciplinaridade:	59
2. PERCORRENDO CAMINHOS METODOLÓGICOS	61
2.1 Tipo de pesquisa	63
2.2 Sujeitos da Pesquisa	64
2.3 Procedimento para Coleta de Dados.....	65
2.4 Procedimentos para Análise dos Dados.....	68

3. APRESENTANDO A REDECRIAR – RECICLANDO A CIDADANIA EM REDE INTERDISCIPLINAR	73
3.1 Processo metodológico do projeto piloto Reciclando a Cidadania em Rede Interdisciplinar: ONG REDECRIAR.....	73
3.2 ONG – Reciclando a Cidadania em rede Interdisciplinar – REDECRIAR	79
3.3 Dando continuidade à proposta	82
4. APRESENTANDO A PESQUISA: ANALISANDO OS RESULTADOS.....	88
4.1 Processo de Trabalho.....	88
4.2 Interdisciplinaridade	96
4.3 Desenvolvimento Sustentável.....	104
4.4 Violência	108
4.5 Cultura da Paz	113
4.6. Aspectos relevantes na análise documental.....	117
4.7 Indicadores de resultados	119
CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS: A CONVERGÊNCIA ENTRE PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E A CULTURA DA PAZ	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
ANEXOS	140

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Cultura de Guerra e Cultura de Paz.....	26
Figura 2: Interface do Projeto Ético Político do Serviço Social com a Cultura da Paz.....	36
Figura 3: Diagrama Conceitual Desenvolvimento Sustentável.....	75
Figura 4: Diagrama Metodológico do Desenvolvimento Sustentável	75
Figura 5: Diagrama da Sustentabilidade	78
Figura 6: Composição da Rede de apoio do Projeto Módulo 1	81
Figura 7: Movimento Sucessivo de Construção do Conhecimento Sócio Econômico-Ambiental	82
Figura 8: Diagrama de Aplicação dos Módulos REDECRIAR.....	84
Figura 9: Circuito de Sensibilização REDECRIAR	85
Figura 10: Circuito Metodológico para o Desenvolvimento Sustentável.....	86
Figura 11: Gestão dos Projetos REDECRIAR.....	87
Figura 12: Indicadores de Resultados do Projeto Piloto.....	120

INTRODUÇÃO

Num primeiro olhar, parece difícil relacionar o Serviço Social com o desenvolvimento sustentável, mas logo se identifica a pertinência dessa relação ao constatar que o desenvolvimento sustentável presente no contexto ambiental, configura-se como uma das múltiplas expressões da questão social, objeto de trabalho do Serviço Social. Discutir sobre meio ambiente¹, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, é discutir sobre o papel do ser humano, da natureza, das relações sociais, ou seja, a vida que circula no planeta terra, casa comum da humanidade. Isso pode ocorrer a partir de intervenções que possibilitem uma consciência crítica e ações voltadas para uma cultura de paz que propõe uma ética de solidariedade que pode ser construída através do desenvolvimento sustentável a partir da co-responsabilidade.

É a própria Carta Cidadã de nosso País que diz:

{...} todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à

¹ Meio Ambiente entendido a partir da Constituição Cidadã de 1988, como o conjunto de condições, leis e interações de ordem física, química e biológica que permitem abrigar e reger a vida em todas as suas formas. Divide-se em meio ambiente natural, formado por solo, água, ar, flora e todos os elementos naturais responsáveis pelo equilíbrio entre os seres vivos e meio em que vivem; meio ambiente cultural, composto pelo patrimônio histórico, artístico, arqueológico, turístico e científico que integram o universo das práticas sociais das relações entre homem e natureza; meio ambiente do trabalho, integrado pelo conjunto de bens, instrumentos e meios, de natureza material e imaterial, em face dos quais o ser humano exerce as atividades laborais (Artigos , 200, 215, 216).

coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e gerações futuras. (Artigo 225).

E a lei 6.938, lei de Política Nacional do Meio Ambiente, reafirma:

{...} a educação ambiental seja estendida a todos os níveis de ensino, inclusive à educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente.(Artigo 2).

Meio ambiente equilibrado é resultado do desenvolvimento sustentável, direção possível de um produto final que é a cultura da paz através de um processo de educação. Estas são preocupações que motivaram a realização da pesquisa que teve por objetivo “Identificar a contribuição do trabalho dos Assistentes Sociais em rede interdisciplinar na perspectiva do desenvolvimento sustentável para o fortalecimento da cultura da paz”. Esse trabalho é fruto de uma pesquisa do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS e tem por finalidade apresentar o processo de trabalho de um grupo de Assistentes Sociais, desenvolvido numa escola Estadual de Porto Alegre. O estudo teve por finalidade, dar visibilidade ao lugar do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho coletivo, como profissional que intervém na questão social², hoje, muito presente nas temáticas em foco, neste ensaio teórico em busca da interface com o projeto ético político do Serviço Social. Os objetivos específicos são:

- Identificar os resultados do trabalho desenvolvido pela ONG REDECRIAR na comunidade escolar.

- Identificar as possibilidades e limites do trabalho dos Assistentes Sociais na Escola, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e fortalecimento da cultura de paz.

- Verificar de que forma o trabalho dos Assistentes Sociais contribui na articulação da comunidade e demais entidades da rede de apoio.

Diante da complexidade dos problemas da humanidade, entende-se ser preciso criar algum projeto coletivo de sociedade que habita uma casa

² Definida por Yamamoto (2001) como o conjunto das desigualdades existentes na sociedade capitalista, sendo desigualdade é também resistência dos que a vivenciam e a ela se opõem.

comum. E esse projeto deve ser o de mudança de uma cultura, de paradigma, onde seja possível mudar de uma sociedade que cultua e reproduz a violência, para uma sociedade que cultue e reproduza a paz. Para tanto é preciso que ocorram transformações fundamentais na consciência da humanidade, provocando mudanças. A sociedade vem caminhando processualmente para uma mudança de paradigma civilizatório, sendo urgente o enfrentamento da crise social e da crise ecológica em que vive nosso planeta. Pequenas ações no cotidiano podem mudar uma comunidade, pequenas ações da comunidade podem mudar uma sociedade.

Dividida em três capítulos, apresenta num primeiro momento a aproximação com o referencial teórico das temáticas em foco. Posteriormente o capítulo cuja denominação é percorrendo caminhos metodológicos, dá visibilidade às etapas do processo de realização da pesquisa. No terceiro capítulo, encontra-se a análise propriamente dita, onde, é apresentado o projeto piloto que deu origem à ONG REDECRIAR – Reciclando a Cidadania em Rede Interdisciplinar – e posteriormente à pesquisa de Mestrado. A finalização deste trabalho ocorre a partir de algumas considerações que nos levam ao encontro da interface da cultura da paz com o projeto ético político do Serviço Social.

1. APROFUNDANDO A LITERATURA

1.1 Desenvolvimento Sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável não deve ser entendido apenas como uma categoria econômica, mas também remete ao conceito de cidadania e direitos humanos, porque o desenvolvimento exige que haja eficiência econômica sem deixar de lado os fatores de justiça social e o respeito ao meio ambiente. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, definiu-o como “desenvolvimento sustentável é o que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas” (IBAMA, 1999, p. 31). O desenvolvimento sustentável consiste nada mais do que em criar um modelo que seja capaz de gerar riqueza e ao mesmo tempo bem-estar, promovendo uma coesão social que impeça a destruição dos recursos naturais sem comprometer a produção, fazendo proveito da natureza, buscando maior qualidade de vida, mas sem devastá-la. Ele se preocupa com o equilíbrio do planeta e com os problemas atuais do modelo de desenvolvimento capitalista centrado no lucro (UNESCO, 2005). Busca ainda, equidade entre presente e futuro, entre países e continentes, entre raças e classes, entre sexos e gerações. De forma simples e ao mesmo tempo complexa, visa desenvolver a harmonia entre os seres humanos e a humanidade e entre a humanidade e a natureza.

As definições mais usadas de desenvolvimento sustentável o vinculam ao desenvolvimento social, econômico e ambiental, no sentido de melhorar as

condições de vida da população dentro dos limites da capacidade de sustento dos ecossistemas. No entanto, é importante considerar os fins para os quais servirá o desenvolvimento e não apenas os meios de produção que geram desenvolvimento econômico, pois o desenvolvimento sustentável vem se apresentando como uma resposta da humanidade a um problema que é mundial (IBAMA, 1999).

A vinculação do desenvolvimento social com o meio ambiente é necessária para que se possa alcançar o desenvolvimento sustentável, que articula os elementos ambientais, econômicos e sociais.

Atualmente tem se falado muito de sustentabilidade que nada mais é do que “uma adequação entre as exigências ambientais e as necessidades do desenvolvimento” (IBAMA, 1999, p. 31). Garantir a sustentabilidade ambiental constitui-se um dos grandes objetivos do Plano Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pois segundo as informações desta instituição, um bilhão de pessoas no planeta ainda não tem acesso à água potável, muito menos saneamento básico. E estes dois fatores são essenciais para a qualidade de vida da população. Observa-se que sem a adoção de políticas e programas ambientais, pouco se fará para a conquista da melhoria de vida das pessoas.

O desenvolvimento sustentável, para Sachs (1993), tem por objetivo alcançar um crescimento econômico e social que não dilapide o patrimônio natural das nações sem perturbar os equilíbrios ecológicos. Segundo Sachs (1993, p. 24-27), ao se planejar o desenvolvimento sustentável, há que se considerar algumas dimensões que caminham em direção à sustentabilidade, a seguir:

Sustentabilidade social, isto é, a consolidação de um processo de desenvolvimento com o objetivo de construir uma civilização com maior equidade, visando à melhoria das condições de acesso aos direitos referentes aos aspectos materiais e não materiais;

Sustentabilidade econômica: visa à alocação e gestão de forma eficiente dos recursos;

Sustentabilidade ecológica: sugere a intensificação do uso dos recursos potenciais dos ecossistemas com o mínimo dano aos sistemas de sustentação da vida;

Sustentabilidade espacial: objetiva melhor distribuição de assentamentos humanos e atividades econômicas com ênfase na promoção de projetos de agricultura regenerativa e agroflorestamento, e no estabelecimento de uma rede de reservas materiais da biosfera.

Sustentabilidade cultural: busca processos de mudanças da continuidade cultural que respeite cada ecossistema, que para Morin (2001, p. 27), significa “o conjunto das interações entre as populações vivas no seio de uma determinada unidade”.

Uma das perspectivas da sustentabilidade é o fato de que o desenvolvimento, ao preocupar-se com a geração de riquezas, tenha por objetivo distribuí-las para melhorar a qualidade de vida da população e conseqüentemente a qualidade ambiental do planeta. O desenvolvimento sustentável não desconsidera a igualdade, a justiça social e o fortalecimento da cidadania. Ele preocupa-se com a qualidade de vida e bem-estar da sociedade, ao mesmo tempo em que provoca em cada ser humano, o sentimento de pertencimento e cidadania. Neste sentido, o desenvolvimento sustentável busca atender às necessidades presentes da população planetária, mas na perspectiva do cuidado de forma que as ações do cidadão de hoje, não comprometam as gerações futuras.

O processo histórico vem demonstrando a necessidade da sociedade organizar-se em prol da problemática ambiental. A discussão em torno desta problemática não é recente. Ela iniciou na segunda metade do século XIX quando a partir de vários estudos chegou-se à conclusão de que a degradação ambiental nada mais é do que a conseqüência do uso descontrolado dos recursos da terra, passando a surgir a idéia de desenvolvimento com preservação. São amplas as discussões em torno da temática, a começar pelas Nações Unidas, que já em 1972 realizaram a Conferência sobre Ambiente Humano na cidade de Estocolmo na Suécia, com a participação de 113 países, onde se discutiu a preservação do meio ambiente e o modelo de crescimento econômico no mundo. Em 1975, é a vez da UNESCO, que

realizou o Encontro Internacional sobre Educação Ambiental, e em 1977 realizou a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Em 1986, a ONU criou a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que deu início a estudos intitulados de “Nosso Futuro Comum”, concluídos em 1987, com a apresentação de um diagnóstico dos problemas ambientais, sugerindo que o desenvolvimento econômico fosse integrado às questões ambientais. No ano de 1992, aconteceu no Rio de Janeiro a ECO/92, com a presença de 177 países.

Desta conferência, saiu a proposta do desenvolvimento sustentável na perspectiva da justiça social e da preservação da vida. Foi só a partir dessa conferência que o Desenvolvimento Sustentável passou a ser aceito e difundido de forma que se tornou um dos objetivos da Agenda 21

{...} refletir um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito ao desenvolvimento e cooperação ambiental... O êxito de sua execução é responsabilidade antes de tudo, dos governos. (ONU,1997 apud DORNELLES, 2005, p. 9).

Para Bezerra (2000), a Agenda 21 desafiou os países a se comprometerem com mudanças no atual modelo civilizatório vigente para outro modelo em que sejam predominantes o equilíbrio ambiental e a justiça social, caminhos para o desenvolvimento sustentável, o que não deixa dúvida da necessidade dos governos se responsabilizarem com sua efetivação. O Brasil elegeu temas centrais para a efetivação dessa agenda no País, tais como:

- 1- Agricultura sustentável;
- 2- Cidades sustentáveis;
- 3- Infra-estrutura e integração regional;
- 4- Gestão de recursos naturais;
- 5- Redução das desigualdades sociais;
- 6 – Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

Essa proposta culminou em 2002 com a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, também chamada de Rio + 10, realizada na

África do Sul, na cidade de Johannesburg, onde foram traçados objetivos como, a alteração nos padrões de produção e de consumo, a proteção dos recursos naturais e a erradicação da pobreza (DORNELLES, 2005, p. 88). Hoje, esse modelo é perseguido por muitos países.

Diante de tais objetivos, percebe-se que o desenvolvimento sustentável caminha em direção à construção de uma sociedade que seja também sustentável, o que pressupõe o respeito ao meio ambiente, à busca da qualidade de vida a partir de formas concretas de enfrentamento da miséria, pobreza e exclusão social, expressões visíveis da questão social.

Há no contexto atual, uma necessidade da sociedade organizar-se de forma diferente com a natureza e com seus modos de produção, levando em consideração a sustentabilidade que se refere às maneiras de pensar o mundo e às formas de prática pessoal e social onde os indivíduos tenham ações norteadas por princípios éticos e comunidades com compromissos coletivos baseados na tolerância e igualdade, sistemas sociais e instituições participativas e práticas ambientais que valorizem e sustentem processos ecológicos de apoio à vida (UNESCO, 2005, p.30). Neste sentido, é necessário “tomar partido por valores que possibilitem a mudança pessoal e social” (TUVILLA RAYO, 2004, p. 104-105).

São muitos os problemas ambientais e eles se apresentam como novas expressões da questão social, objeto da profissão do Serviço Social, e como novas expressões, um dos caminhos de enfrentamento é a introdução do desenvolvimento sustentável na vida da sociedade contemporânea, instigando novos hábitos domésticos e novas relações sociais. No entanto, vive-se em uma sociedade que impõe limites para que o desenvolvimento sustentável se viabilize. Para que isto seja possível, faz-se necessário que haja condições nos aspectos políticos, ambientais, sociais e econômicos, pois a sociedade encontra-se globalizada e direcionada pelo capitalismo que estimula o consumo exacerbado. A grande diferença entre crescimento e desenvolvimento é que o primeiro não conduz à igualdade, muito menos à justiça social, porque leva em consideração apenas o acúmulo de riquezas. Quanto ao segundo, este se preocupa com a geração de riquezas mas com o objetivo de distribuí-las na perspectiva de melhorar a vida da população, considerando a qualidade e o

equilíbrio do planeta. O desenvolvimento econômico, almejado pelas pequenas economias que vem adotando práticas sustentáveis encontram dificuldades inúmeras para se desenvolver. Isso não será possível sem a adoção e o investimento de políticas públicas que possam gerar emprego, segurança, educação e saúde. Sem políticas ambientais, pouco se conservará, muito menos em grande escala, que é o que se almeja para que haja desenvolvimento social sustentável.

De acordo com o Plano de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis, presente na obra de Carvalho (2004, p. 235-239), caminhar em direção a essa construção, faz-se necessário considerar alguns princípios, entre eles, o pensamento crítico inovador onde se possa promover a transformação da sociedade. Envolve também atitude política baseada na transformação social envolvendo questões relacionadas ao meio ambiente, saúde, democracia, fome, degradação, entre outros, valorizando diferentes formas de conhecimento que capacite as pessoas a trabalharem os conflitos sociais de maneira justa.

O cuidado com o Planeta Terra é extremamente pertinente na sociedade atual, cuidado que nos leve à sustentabilidade. Para tanto, Boff (2000, p. 11) estabelece alguns princípios como:

- Construir uma sociedade sustentável;
- Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos;
- Melhorar a qualidade da vida do ser humano;
- Modificar atitudes e práticas pessoais;
- Permitir que as comunidades cuidem de seu próprio meio-ambiente;
- Construir uma aliança global.

Para se dizer sustentável, a sociedade deve mostrar ser capaz de assumir novos hábitos projetando um tipo de desenvolvimento que cultive o equilíbrio ecológico funcionando dentro dos limites que a natureza impõe. O que não deve ser apenas não consumir, mas consumir de forma responsável, cuidando da vida do planeta (BOFF, 2000).

Há muitas discussões em torno da sustentabilidade, a ONU, através da Comissão dos Direitos Humanos, refletindo sobre o desenvolvimento, argumentou na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (1986), que

{...} o desenvolvimento é um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa o constante melhoramento do bem-estar de toda a população e de cada pessoa, na base de sua participação ativa, livre e significativa e na justa distribuição dos benefícios resultantes dele.

Compartilhamos da fundamentação apresentada por Boff (2000, p. 15) no que se refere ao desenvolvimento social sustentável; este

{...} implica em valores universais como vida longa saudável, educação, participação política, democracia social e participativa e não apenas representativa, garantia de respeito aos direitos humanos e proteção contra a violência [...] tais valores somente se alcançam se há um cuidado na construção coletiva do social.

1.2 A educação e o desenvolvimento sustentável

A educação é um dos meios pelo qual se desenvolve o conhecimento, os valores, os aspectos éticos, a dimensão crítica, onde se desenvolve aprendizados constantes e gradativos. Pode ser também um meio por onde se divulga o conhecimento e se instiga capacidades de mudanças. Na relação com o desenvolvimento sustentável se instiga a introdução de mudanças desejáveis, necessárias, fundamentais e imprescindíveis para que a humanidade modifique estilos de vida em direção a um futuro sustentável. Através da educação, a humanidade pode caminhar e alcançar o desenvolvimento sustentável. Nesta perspectiva, ela não deve ser considerada apenas como um processo de desenvolvimento de escolaridade através do ensino formal, ela compreende também um conjunto de fatores de instruções formais, não- formais, e informais, incluindo o aprendizado no cotidiano da vida em família, em comunidade e no entorno social das pessoas (IBAMA, 1999).

A educação não constitui a resposta para todos os problemas do mundo, mas através dela se pode criar novas relações entre as pessoas e

fomentar maior cuidado e responsabilidade com o meio ambiente e conseqüentemente com o planeta terra, casa comum da humanidade. E os educadores podem ser todos os seres humanos, independente do papel que desempenham na sociedade, todos aqueles que consideram a necessidade de informar e educar sobre as necessidades de um futuro sustentável. Mas muitas pessoas inseridas de alguma forma em empresas ou instituições sentem a necessidade de provocar a sensibilização da sociedade para questões diversas consideradas pertinentes na sociedade contemporânea. A educação tem como uma de suas funções, preparar a sociedade para o futuro. Ela tem um papel fundamental que é manter a tradição de valores éticos, e nutrir estratégias que se destinem a alcançar a sustentabilidade a nível micro e macro (IBAMA, 1999).

A importância do desenvolvimento sustentável vem requisitando a participação governamental e de instituições não governamentais, como ONGs, que são consideradas entidades da sociedade civil, sem fins lucrativos, que prestam serviços voltados ao enfrentamento das expressões da questão social, e se caracterizam como grupo de cidadãos que se organizam na defesa de direitos da população. A visibilidade das ONGs se deu na década de 1990, mas no Brasil, essas organizações começaram a se estruturar entre as décadas de 1960 a 1970, promovendo ações em áreas de direitos humanos, políticas públicas, questões urbanas, agrárias, rurais, ecologia e meio ambiente entre outras. O objetivo fundamental das ONGs é a contribuição para uma sociedade cidadã, justa, igualitária, a partir da valorização da participação, da solidariedade e do respeito à diversidade e ao pluralismo (UNIVERSIA, 2003). Entre as ONGs, atualmente encontra-se a REDECRIAR, (Reciclando a Cidadania em Rede Interdisciplinar) que tem por objetivos entre outros, intervir, delimitar e problematizar questões de preservação ambiental de base sustentável, promovendo um processo de conscientização na perspectiva dos direitos humanos, visando à transformação da realidade onde o ser humano esteja inserido, uma vez que as pequenas ações de expressão no cotidiano geram impacto no coletivo a partir do momento em que se potencializa e se fortalece essas ações.

A intervenção na resolução de conflitos baseada nos princípios da Cultura da Paz, novo tópico a ser abordado, procura transformar cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.

1.3 Cultura de Paz

Para se chegar à reflexão referente à Cultura da Paz, é importante fundamentar o conceito de cultura que na análise Gramsciana, segundo Abreu (2002, p. 142) “vincula-se aos métodos de trabalho, dando conta de um sistema ou modo de vida, ou seja, de uma maneira de pensar e de agir adequada a um determinado padrão produtivo e de trabalho”. Ou ainda, na perspectiva da UNESCO (2005, p. 18), cultura é “uma maneira de ser, de se relacionar, de se comportar, de acreditar e agir durante toda a vida, e está em constante evolução”.

A cultura de paz vem sendo considerada no mundo acadêmico com um paradigma emergente, que para Guimarães (2006) é visto como uma realidade lógica, pré-lógica e supra-lógica. Entre os diferentes conceitos de cultura de paz, há o que reconhece a paz, como algo que tem raízes sociais, econômicas e políticas a partir de uma base cultural. Compartilhamos do conceito de paz relacionado à justiça social, apresentado por Mayor:

Não pode haver paz sustentável sem desenvolvimento sustentável. Não pode haver desenvolvimento sem educação ao longo da vida. Não pode haver desenvolvimento sem democracia, sem uma distribuição mais equitativa dos recursos, sem a eliminação das disparidades que separam os países mais avançados daqueles menos desenvolvidos. (Frederico Mayor, Diretor Geral da UNESCO, 2000).

Na perspectiva de Mayor (2000), a cultura da paz nos leva a uma ação a partir de uma relação entre paz, desenvolvimento e democracia. Neste sentido, entendemos a paz como algo social, uma vez que ela luta contra exclusão e busca a equidade social e a diversidade cultural.

Situar-nos diante da dimensão da paz tem se constituído uma tarefa difícil em tempos de guerra, de crescente aumento das desigualdades, de

corrupção, de injustiça social, entre outros. A paz vem emergindo cada vez mais como um clamor universal. “A degradação do meio ambiente, da economia e da cultura fazem a humanidade experimentar o problema do debilitamento do ser e levantar uma agenda ética comum” (GUIMARÃES, 2006. p. 01). O anseio pela paz está presente no íntimo do ser humano que quer uma sociedade de paz, parece que se há algum consenso na sociedade mundial, esse consenso é o desejo pela paz. No entanto, não adianta apenas desejar, é preciso antes de tudo se colocar numa posição de buscar estratégias concretas de construir a paz, e cada ser humano pode junto com o desejo de paz, se perguntar como se pode colaborar com a construção de uma cultura de paz. A consciência da importância da não-violência está crescendo cada vez mais e no “horizonte do mundo, desenha-se um novo senso comum emancipatório e uma prática societal eminentemente não-violenta” (GUIMARÃES, 2006, p. 02).

O movimento pela construção de uma cultura de paz não é algo atual, ele vem se constituindo há décadas, e que pode ser visto na Declaração dos Direitos Humanos, em organizações de movimentos pacifistas, em movimentos sociais, no movimento feminista, no movimento de afirmação sexual, ecológico, cultural, e vem contribuindo ao longo da história contemporânea da humanidade para um novo marco civilizatório. Atualmente a cultura da paz vem tomando força na sociedade e especificamente no universo acadêmico através de pesquisas, formação de grupos de estudos sobre a educação e cultura da paz, dissertações e teses, entre outros.

No Brasil, a cultura da paz tomou força através das iniciativas da UNESCO que adotou um programa em 1995 com o objetivo de assegurar a transição da cultura da guerra, de violência, de imposição e de discriminação à cultura da não-violência, do diálogo, da tolerância e da solidariedade. A partir de grandes iniciativas em prol da educação e da cultura da paz, a ONU – Organização das Nações Unidas, em 1997 em Assembleia Geral, proclamou o ano 2000, como ano Internacional da Cultura da Paz e posteriormente em 1998 declarou o período de 2001 – 2010 como a Década Internacional da Cultura de Paz e Não-Violência para as Crianças do Mundo (Mayor, 2000).

Adams (2003), um dos responsáveis pelo desenvolvimento do programa cultura de paz da UNESCO, ao fazer este resgate histórico, relembra

que para colocar em prática essas determinações, foi feito uma carta manifesto que envolveu em torno de 75 milhões de pessoas no mundo. O mesmo relata que a humanidade, em se tratando de desenvolvimento, encontra-se num processo de cruzamento de fronteiras onde a transformação de uma cultura da guerra para uma cultura de paz seja talvez a mais radical e abrangente, que qualquer mudança anterior da história da humanidade. Para ele, esse processo de mudança revela eixos fundamentais que diferenciam a cultura da guerra e da cultura da paz, expressa nas informações a seguir a partir da linha de raciocínio do autor:

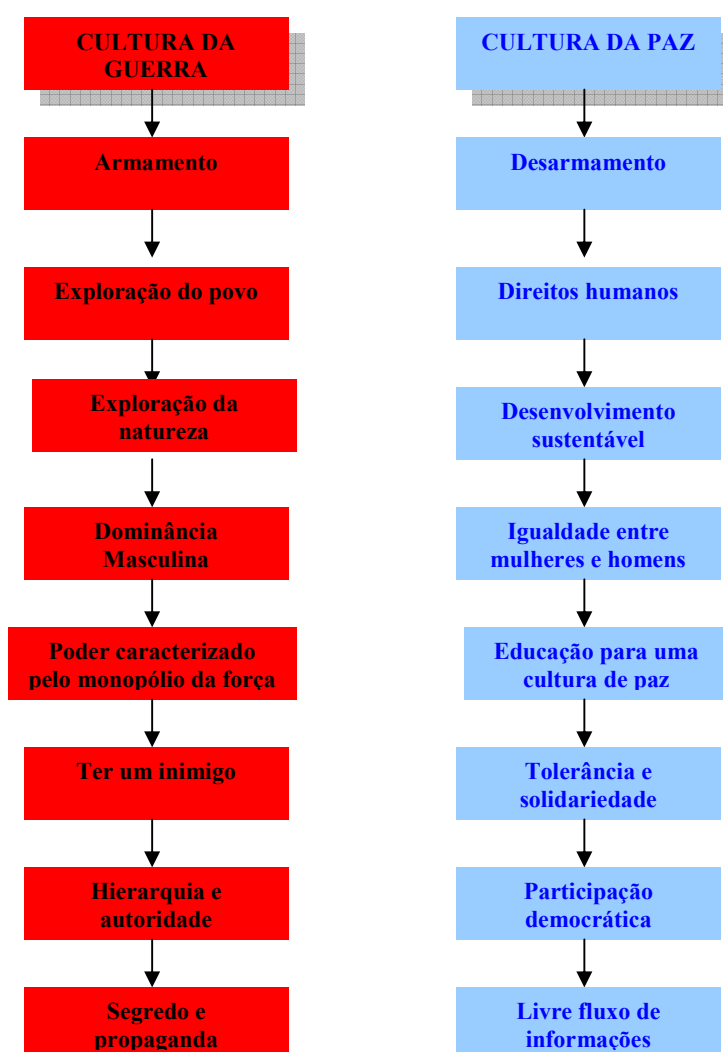


Figura 1- Cultura de Guerra e Cultura de Paz

Mas, uma mudança na cultura da sociedade contemporânea que carrega séculos de educação voltada para a cultura da guerra, expressa nas mais corriqueiras de nossas ações, não é tarefa apenas para a geração atual, é

sim uma tarefa transgeracional, que envolve um trabalho interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar. Qualquer pessoa hoje que esteja trabalhando em um desses eixos da cultura da paz, está sim nesta geração, contribuindo para a construção, instituição e fortalecimento da cultura da paz, novo marco civilizatório. Compartilhamos da posição de Brandão (2005), que acredita que todos os projetos que visam à emancipação, co-responsabilidade, sustentabilidade, cooperação, solidariedade entre outros, implicam atitudes pessoais e coletivas processuais. É preciso, sim, ensinar atos e gestos poéticos e políticos que transformem pessoas, vidas, sociedades, no cotidiano e na história.

A Assembléia Geral da ONU datada de 6 de outubro de 1999, reconhecendo que “a paz não é apenas ausência de conflitos, mas que requer um processo positivo, dinâmico e participativo”... eliminação de todas as formas de discriminação e intolerância, inclusive aquelas baseadas em raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política... (Documento de Declaração sobre uma Cultura de Paz, 1999) proclamou que “uma cultura de paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida” que são baseados entre outros em:

- Respeito à vida, fim da violência e promoção da prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação;
- Respeito aos princípios de soberania dos países;
- Pleno respeito e promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais;
- Compromisso com a solução pacífica dos conflitos;
- Esforço para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e proteção do meio-ambiente para as gerações presentes e futuras;
- Respeito e promoção do direito ao desenvolvimento;
- Adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações.

A ONU declara ainda que o desenvolvimento da cultura da paz está intrinsecamente relacionado a:

- Promoção e resolução pacífica dos conflitos a partir da cooperação internacional e do cumprimento das obrigações internacionais e ao direito internacional;

- Promoção da democracia e desenvolvimento dos direitos humanos;

- Possibilidade de que todas as pessoas, em todos os níveis desenvolvam o diálogo, a negociação, a formação de consensos e soluções pacíficas de controvérsias;

- Fortalecimento das instituições democráticas e garantia de participação plena no desenvolvimento;

- Promoção do desenvolvimento econômico social e sustentável;

- Eliminação de todas as formas de discriminação à mulher, promovendo sua autonomia, promoção e proteção dos direitos da criança;

- Pleno respeito ao direito de livre determinação dos povos, entre outros.

Uma das formas mais eficazes de desenvolvimento, promoção e fortalecimento da cultura da paz, concerne a educação em todos os níveis com o comprometimento de toda a sociedade civil. Candau (1999), argumenta que para tanto, é necessário favorecer a análise da realidade, reconhecer as contradições do mundo em que se vive, e enfrentar as desigualdades cada vez mais crescentes em nossa sociedade, pois a construção de uma cultura de paz é indissociável da justiça e da solidariedade. Um elemento não pode estar separado dos demais, porque a paz é um produto que se constrói com estes diferentes elementos.

Vivemos numa sociedade onde cada vez mais a cultura da violência faz-se presente nos ambientes sociais, na família, na escola e no Estado. Mas para combatê-la faz-se necessário fortalecer a cultura dos direitos humanos que passa pelo reconhecimento da dignidade da pessoa humana, pelas expressões de sonhos partilhados, pela construção de um horizonte de vida e de sociedade que assuma de forma positiva a diferença, o reconhecimento do

pluralismo, o que exige um diálogo constante entre as pessoas, grupos sociais e culturas diversificadas (CANDAUI, 1999).

1.4 As tradições da paz

A paz é um elemento cultural da humanidade, sua simbologia é ensinada de geração em geração. Brandão (2005), ao resgatar essa simbologia no imaginário social, relata que ela se apresenta com: uma cor, o branco, um símbolo, a pomba, e alguns sinônimos, tranqüilidade, harmonia, calma, trégua, serenidade. Tem uma bandeira: um pano branco.

Ela gera expressões tradicionais conhecidas como: “viver em paz”, “buscar a paz”, “vai em paz”, “que a paz te acompanhe”, “lutar pela paz”, “semear a paz”, entre outras.

A paz ao longo da história tem várias dimensões, Guimarães (2005) faz uma retomada dessas tradições. Destacamos dentre muitas, algumas que se encontram bem próximas de nós.

A **tradição Grega** nos leva a retomar os tempos clássicos da Grécia Antiga, berço da civilização da humanidade, e evocar o caráter divino que estes povos davam à paz. Segundo conta a história, conforme Guimarães (2005), Têmis e Zeus, deuses gregos, tiveram três filhas às quais foram dados os nomes de Equidade (Eunomia), Justiça (Dique) e Paz viçosa (Eirene), que se tornaram figuras divinas das estações do ano, e zeladoras do ciclo da natureza, chamadas respectivamente por Talo (tem a função de fazer brotar), Auxo (tem a função de fazer crescer) e Carpo (com a função de fazer frutificar). As filhas de Zeus e Têmis têm, na simbologia da tradição grega, a missão de evocar prosperidade, fartura, abundância profunda e fecundidade, bem como assegurar o equilíbrio da vida. Para Guimarães (2005, p. 95)

{...} há uma ordem na natureza que garante a abundância e a fecundidade da vida, cabendo aos humanos não atentar contra ou quebrar esse sentido harmônico dado pelos deuses.

A associação da paz viçosa, da justiça e da equidade, expressam uma relação familiar, que está relacionada com o equilíbrio da natureza.

Outra **tradição** é a **Romana**: “Se queres a Paz prepara-te para a Guerra”. Esta tradição está ligada ao poder de Roma, visibilizada na expressão “Pax Romana”, que só existe com a presença do Imperador como chefe do exército romano, onde sua ação dispensava a proteção divina, e a Pax Romana era sinónimo de *Paci Augustae*, ou seja, a paz de Augusto, o imperador de Roma. A paz nesta tradição está intimamente ligada à vitória adquirida por intermédio da guerra. É uma paz armada, tradição muito presente na sociedade onde a busca da paz se dá por meios legais através de forças, do aparelho repressor e militar (GUIMARÃES, 2005).

A **tradição Judaico-Cristã**: “As espadas transformam-se em arados”. É uma tradição nascida no Judaísmo e reelaborada pelo Cristianismo. Essa tradição pode ser encontrada na literatura, especialmente a bíblica e expressa o anseio do povo em transformar espadas em arados. Quer significar no imaginário da população:

{...} prosperidade, bem-estar, felicidade, saúde, segurança, salvação, relações sociais equilibradas, harmonia com Deus, vida em plenitude, metáforas para a realização e completudes humanas. (GUIMARÃES, 2005, p. 100).

Dentre as diversas tradições de paz, a sociedade contemporânea convive com algumas bem específicas aqui por nós abordadas. Como a **tradição da UNESCO**: “Nas mentes humanas, a defesa da paz”. A fundação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 e posteriormente da UNESCO em 1946, vem, através de pesquisas e projetos sociais, desenvolvendo ações diversas em torno da educação para a paz, aspecto que vem caracterizar desde sua fundação a convicção de que é nas mentes humanas que se encontra o lugar privilegiado de erguer “as defesas da paz”, aspecto presente no texto de criação da UNESCO. A contribuição desta instituição na divulgação, proposição e ação em direção à educação e cultura da paz tem sido valiosíssima.

Tradição da pedagogia da libertação: “A paz como conscientização sócio-política”. O grande educador Paulo Freire desenvolveu no Brasil um trabalho de conscientização sócio-política através da estruturação de uma proposta pedagógica de educação que repercutiu em elaborações teóricas de educação para a paz, desenvolvida e associada ao desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs, onde a Teologia da Libertação e Movimento de Educação de Base baseado na obra freiriana tiveram um papel fundamental (GUIMARÃES, 2005)). O Seminário Latino-Americano de Educação para a Paz e Direitos Humanos, realizado em Caracas (Venezuela) em 1984, tornou-se uma referência nos debates e elaborações teóricas posteriores.

A paz relacionada à justiça social e direitos humanos fica evidenciada no discurso do educador protagonista Paulo Freire por ocasião do prêmio da UNESCO de educação para Paz:

A paz é fundamental, indispensável, mas paz implica lutar por ela. A paz se cria, se constrói na e pela superação das realidades sociais perversas. A paz se cria, se constrói na construção incessante da justiça social. por isso, não creio em nenhum esforço chamado de educação para a paz que, em lugar de desvelar o mundo das injustiças, o torna opaco e tenta miopisar suas vítimas. (FREIRE, Apud, GUIMARÃES, 2005, p. 74).

Na concepção de Milani (2003, p. 31), a construção de uma Cultura de Paz exige a necessidade de transformações

{...} indispensáveis para que a paz seja o princípio governante de todas as relações humanas e sociais que vão desde a dimensão de valores, atitudes e estilos de vida, até a estrutura econômica e jurídica e a participação cidadã.

A cultura da paz, a partir da fundamentação de Milani (2003), fundamentado em Boulding (2000), é vista como uma cultura que promove a diversidade pacífica, o reconhecimento das diferenças, incluindo modos de vida, padrões de crença, valores e comportamentos, bem como os correspondentes arranjos institucionais que promovem o cuidado mútuo e bem-

estar, e o compartilhamento igualitário dos recursos da terra entre seus membros.

A partir dessas concepções, percebe-se que para que a sociedade viva uma Cultura de Paz é preciso o reconhecimento e a integração das diferentes culturas (CORREA, 2003, p. 97). A construção e o fortalecimento da mesma exige ações tais como fortalecimento da identidade pessoal e cultural, vivência, reflexão e respeito aos valores éticos universais, educação ambiental, sensibilização quanto a questões étnicas e de gênero, mobilização e promoção do bem-estar coletivo, bem como aprendizado para que os conflitos sejam resolvidos de forma pacífica e não de forma violenta, indo ao encontro do projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Proclamar uma cultura de paz é o mesmo que proclamar a redução dos extremos de pobreza e riqueza, a adoção de políticas públicas de equalização no acesso e exercício de direitos sociais e civis básicos para aqueles grupos hoje considerados minoritários. Estabelecer a convivência em harmonia significa possibilitar condições de vida, educação, moradia, saúde, direito de expressão, liberdade de ir, vir, permanecer, trabalho, dentre outros. (JARES, 2002)

Segundo Maldonado (1997), a cultura de paz demanda uma nova maneira de abordar os conflitos. É essencial valorizar a vida e a afetividade nos relacionamentos, considerar o conflito como algo que surge das inevitáveis diferenças. O conflito pode ser considerado como algo que amplia o panorama da diversidade cultural e histórica. Cultura de paz se baseia em não violência, tolerância, compreensão mútua, solidariedade e capacidade de resolver o conflito de modo pacífico. É preciso estabelecer um código de ética planetário, dando origem a novos padrões de conduta de indivíduos, grupos e nações.

A educação para a paz pressupõe também luta contra toda a violência direta e estrutural e atenção ao currículo explícito e ao currículo oculto da violência (GUIMARÃES, 2003; 2005). Neste contexto, trabalhar os valores se torna imprescindível, para que as pessoas possam se tornar conscientes das forças opressivas e lutar para a transformação social. Para criar a escola da paz, o primeiro passo é criar comunidade, criar relação, começar a ligar a paz

com a idéia de uma sociedade democrática e inclusiva. Este autor defende a idéia de que a paz se aprende, a paz não é um estado, mas uma construção, e essa construção se faz quando se empodera as pessoas para a não-violência, num processo dialógico-conflitivo de ressignificação das práticas educativas tanto da escola, como da sociedade de um modo geral. É como no dizer de Milani (2003, P. 32),

{...} construir uma cultura de paz é promover transformações necessárias e indispensáveis para que a paz seja o princípio governante de todas as relações humanas e sociais.

A cultura da educação para a paz está voltada para valores como respeito aos direitos individuais e coletivos, tolerância, solidariedade, diálogo, desenvolvimento e justiça social (ABRAMOVAY, 2001, p. 19). Nesse processo, alunos, educadores e a sociedade em geral vão dialogando na perspectiva da superação de preconceitos e discriminações sociais, raciais, familiares, econômicas etc., desenvolvendo potencialidades numa relação de reciprocidade, que levem ao encontro de respostas para uma vida mais digna.

Guimarães (2006) aborda sete preocupações que são comuns no universo dos que trabalham na perspectiva da educação para a paz:

Criar referenciais não-violentos e fortalecer conexões;

Formar consensos para a paz;

Fortalecer pessoas para serem ativistas de não-violência;

Abolir preconceitos e estereótipos;

Instrumentalizar a resolução não-violenta de conflitos;

Diminuir o potencial de agressão; Criar aversão à violência, com atitudes anti-militaristas e rejeição da violência.

Um dos aspectos significativos da educação voltada para uma cultura de paz, na perspectiva do enfrentamento da Questão Social e da exclusão, é a inclusão social que, segundo nosso olhar, deve considerar as diferenças culturais, políticas, econômicas e sociais, pois vivemos numa realidade múltipla e complexa que ultrapassa os muros da escola. É necessário a escola

trabalhar no sentido de uma cidadania que reconheça as diferenças mencionadas acima, bem como a singularidade dos seres humanos. A inclusão provoca no educador um novo olhar, que é de ressignificação da identidade do aluno. Mas esse novo olhar provoca crises nos contextos educacionais, principalmente onde se trabalha ainda com uma educação bancária, nos sistemas de ensino onde se buscam soluções para atender aos apelos desse momento contemporâneo que clama por uma educação que vá além da reprodução do conhecimento do professor para o aluno, onde os ambientes escolares se criam para alguns e não para todos de forma incondicional. Histórias de crianças e adolescentes em situação de pobreza com frequência se repetem no ambiente escolar, principalmente no que diz respeito ao fracasso nos estudos, e a escola cria poucos mecanismos de enfrentamento a esse fracasso, quando desperta nos alunos pouca expectativa quanto ao aproveitamento do ensino. Essa realidade nos faz concluir que o que se vê na escola nada mais é do que o reflexo da sociedade em que vivemos (MITLLER, 2003, p 21). Crianças de origem negra, de baixo poder aquisitivo, de famílias separadas, estão muito mais propensas a serem excluídas das escolas e principalmente de uma educação de qualidade. Vale ressaltar que transformar essa realidade extrapola os muros e a competência da instituição escolar, pois essa realidade é produzida por fenômenos sociais muito amplos e a instituição educativa é reflexo da sociedade em que vivemos, com seus problemas e suas belezas (SILVA, 2004, p. 155).

A inclusão social a que nos referimos significa desenvolver processo que assegure que todos os alunos tenham acesso a todas as oportunidades oferecidas pela escola em que estudam. Conforme Mitller (2003, p 26), "No contexto da educação, a reestruturação das escolas baseada em diretrizes inclusivas é reflexo de um modelo de sociedade em ação". Essa inclusão requer que todo o corpo educacional tenha direito à preparação apropriada no decorrer de seu exercício profissional, porque a inclusão requer mudanças na forma de pensar e agir, nos valores para os profissionais da educação e para a sociedade em geral, que por sua vez está repleta de desigualdades, que se refletem diariamente no sistema educacional, culminando nos altos índices de repetência e evasão escolar. Alguns valores e princípios abordados por

Brandão (2005) são pertinentes para o desenvolvimento de uma educação voltada para uma cultura de paz. São eles:

- Educação como desenvolvimento humano e não desenvolvimento econômico;
- Educação para a permanente aventura do saber;
- Saber como exercício crítico e consciente da pessoa educanda;
- Educação como instrumento de criação e consolidação de culturas políticas de construção de valores;
- Formação de pessoas destinadas a se engajarem em frentes de luta social em nome da justiça, da solidariedade, da liberdade e da inclusão;
- Educação emancipatória que possibilite a abertura de novas e fecundas integrações de conhecimento não apenas no campo da ciência, mas também das vivências.

O assistente social é um profissional que intervém na realidade social, por seu processo de trabalho há a perspectiva da construção de um projeto societário que se contrapõe ao do neoliberalismo. Para tanto, ele é movido pelo projeto ético político da profissão, que, a partir de nosso olhar, tem uma interface significativa com a cultura da paz e não violência. Segue uma Figura que tem por objetivo dar visibilidade à interface deste elementos.

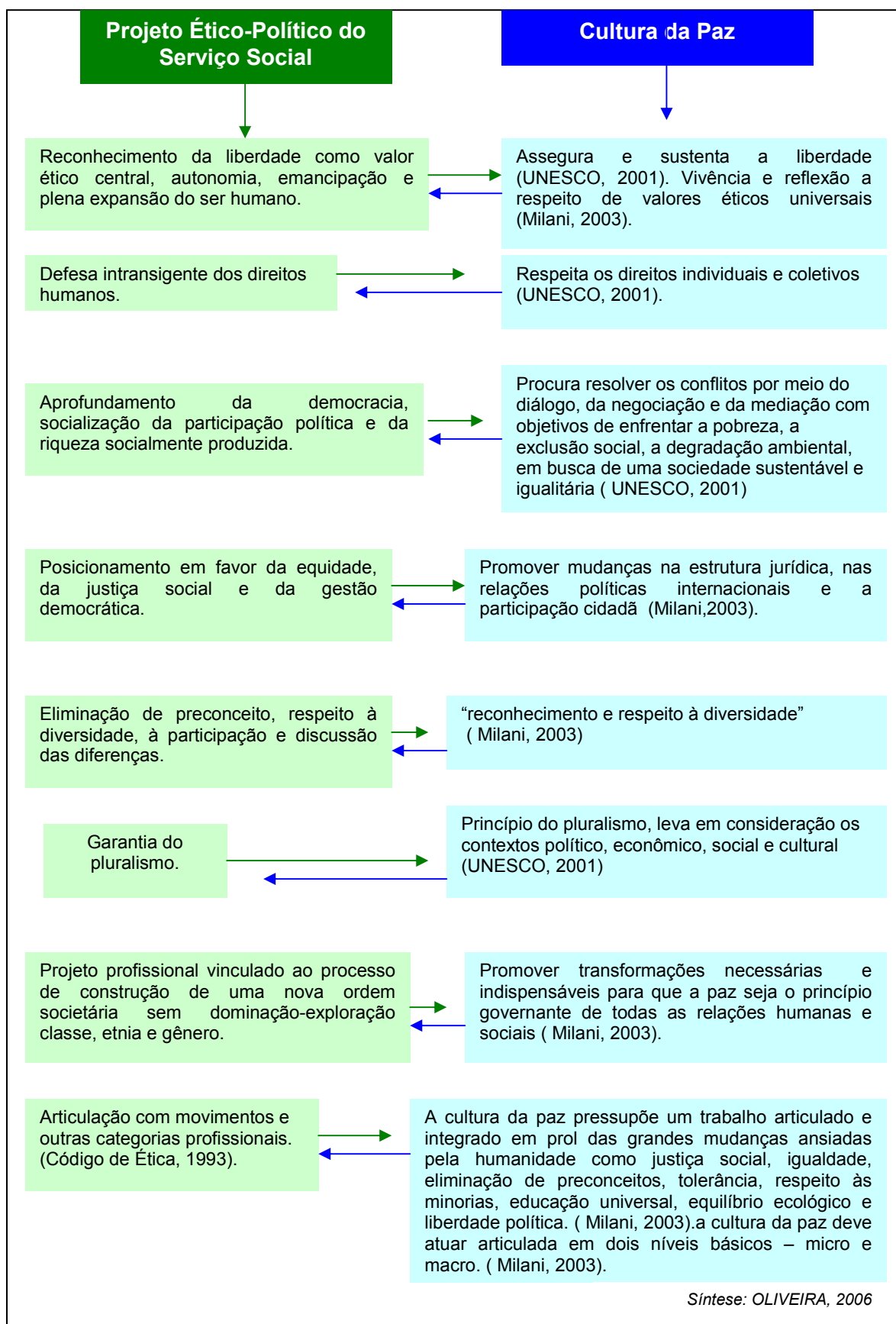


Figura 2: Interface do Projeto Ético Político do Serviço Social com a Cultura da Paz.

A construção da paz constitui-se uma tarefa primordial e interativa de cada ser humano, pois somos todos sujeitos da vocação da paz, pois ela é um processo de interação entre as pessoas, é o que se cria entre os seres humanos, as sociedades, e as nações. A paz é uma teia de gestos de vocação não-violenta, e seu aprendizado está na tessitura de infinitos gestos de interações cotidianas e não apenas nas grandes proclamações históricas. A paz circula e faz agir, abre diálogos entre ciências, artes, filosofias, ritos, religiões, práticas sociais, constituindo-se como um lugar de convergência, confluências que fazem interagir rumos, caminhos e lugares. Assim como o amor é aprendível, a paz é ensinável, mas isso só é possível através do contínuo aprendizado (BRANDÃO, 2005).

É na perspectiva do enfrentamento da questão social expressa nas desigualdades sociais, que a educação para a paz na América Latina assume uma resposta à violência social como proposta de construir uma nova cultura, cultura essa que é a da paz. Compartilhando dessa perspectiva de educação em direção à construção de uma cultura de paz é que trabalhamos a seguir, a exclusão social e a violência como limite de construção da cultura da paz.

1.5 Exclusão Social

A temática da exclusão social é cada vez mais um elemento comum de reflexão. Nesse momento ressurgiu de forma muito forte na sociedade brasileira com os novos programas do governo federal para atender à população que está à margem de acesso aos direitos básicos. Anteriormente, era vista como fenômeno exclusivo dos países subdesenvolvidos, considerados de “terceiro mundo”. No entanto, através da mídia, que tem papel importante na divulgação desse fenômeno velho e ao mesmo tempo novo, vê-se que é um problema também dos países ricos e bem desenvolvidos. Segundo ATKINSON (apud VERAS, 1999, p. 22),

O conceito de exclusão social é dinâmico, referindo-se tanto a processos quanto a situações conseqüentes [...]. Mais claramente que o conceito de pobreza, compreendido muito freqüentemente como se referindo exclusivamente à renda, ele também estabelece a natureza multidimensional dos

mecanismos através dos quais os indivíduos e grupos são excluídos das trocas sociais, das práticas componentes e dos direitos de integração social e de identidade [...]. Ele vai além da participação na vida do trabalho, englobando os campos de habitação, educação, saúde e acesso

Há que diferenciar exclusão social de questão social, pois segundo Yamamoto (2004, p. 35-36), a questão social

{...} não se identifica com a noção de exclusão social [...]. Ela torna-se uma palavra mágica que tudo e nada explica [...]. Uma palavra “valise”, utilizada para definir todas as misérias do mundo [...]. Resultado de uma metamorfose de conceitos – passando pelas teorias da marginalidade e da pobreza –, que procuram explicitar a ordenação social capitalista e o descompasso crônico que a caracteriza entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social.

A sociedade há milênios convive com a exclusão social, mas atualmente nesta, ela tem se ampliado, tendo como forte referência o capitalismo e o neoliberalismo. O nascimento do neoliberalismo deu-se logo após a segunda guerra mundial, tendo como berço regiões da Europa e América do Norte, onde o capitalismo já imperava. O neoliberalismo é entendido como

A hegemonia nas esferas política e econômica dá maior liberdade para as forças de mercado, menor intervenção do Estado, desregulamentação, privatização do patrimônio público, preferência revelada pela propriedade privada, abertura para o exterior, ênfase na competitividade internacional e menor compromisso com a proteção social (GONÇALVES, 1999, p. 205).

Esse modelo econômico do pós-guerra, em 1973 entrou em crise e o mundo capitalista avançado caiu em recessão e foi a partir daí que as idéias neoliberais ganharam terreno pelo resto do mundo (LARINA, 2001, p. 31).

Na América Latina, esse modelo trouxe o aumento da desigualdade social, com a distribuição da renda e o acesso restrito a bens de consumo extremamente desproporcionais. Com isso, as elites foram ficando mais ricas e os pobres, a grande massa sobrando, mais pobres, o que confirma que esse

sistema se baseia na desigualdade. O neoliberalismo, chamado de proposta da modernidade, mantém cada vez mais o poder das grandes oligarquias. Sua lógica é excludente, não promove a inserção social nem a igualdade de oportunidades. Essa é atualmente a sociedade em que vivemos, perpassada pelo chamado *sistema de globalização*, que segundo Gonçalves (1999; p. 205)

{...} é a ocorrência simultânea de três processos: a expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; o acirramento da concorrência nos mercados mundiais; e a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais.

O processo de globalização desenvolve a exclusão social, pode se dizer que ela é a negação da cidadania que se expressa na desigualdade, e segundo Sposati (1996, p. 42)

{...} a desigualdade social, política e econômica da sociedade brasileira chegou a tal degrau que se torna incompatível com a democratização da sociedade [...]. No Brasil, a discriminação é econômica, cultural e política, além de étnica.

Há cada vez mais pessoas esmolando, mendigos ocupam os espaços sociais, e a sociedade de certa forma está impregnada com os valores do modelo neoliberal vigente, que desconsidera tais pessoas. Segundo Castel (1998, p. 416), a exclusão gera a “desafiliação”, termo preferido pelo autor, que diz que “desafiliado é aquele cuja trajetória é feita de uma série de rupturas com relação a estados de equilíbrios anteriores, mais ou menos estáveis ou instáveis”. Consideram-se em estado de desafiliação “as populações com insuficiência de recursos materiais e também as fragilizadas pela instabilidade do tecido relacional”. A vulnerabilidade do emprego, que vem de longa data, provoca esse processo de desafiliação; os trabalhadores, aos poucos, vão perdendo sua identidade de trabalhadores.

O termo exclusão vai muito além do sinônimo de pobreza, podem ser incluídos também os valores culturais, padrões de estética, discriminação de gênero, bem como todas as pessoas e grupos discriminados de uma forma ou de outra. Para Martins (2002, p. 20),

{...} a exclusão é o sintoma grave de uma transformação social que vem rapidamente fazendo de todos os seres humanos seres descartáveis, reduzidos à condição de coisa, forma extrema de vivência da alienação e da coisificação da pessoa, que Marx já apontara em seus estudos sobre capitalismo.

Ela é um problema social que atinge a todos, a uns priva do básico, a outros, priva de viver com os condicionamentos de uma sociedade da estética, da beleza, do nível educacional e do padrão social.

A exclusão social, sendo eixo da questão social, revela como os que se encontram à margem do sistema de proteção social e das estruturas produtivas, culturais, sociais e de consumo, são de certa forma deixados de lado, com poucas ou sem oportunidades de emprego, de remuneração, desqualificados para o mercado de trabalho ou não abrangidos por políticas sociais (BINELLO, 2003: p. 17). Combater a exclusão, segundo Martins(2002, p.10),

{...} não depende apenas da distribuição da renda, trata-se também da distribuição eqüitativa dos benefícios sociais, culturais e políticos que a sociedade contemporânea é capaz de produzir, mas não tem sido capaz de distribuir.

O modelo econômico ao qual nos referimos exclui milhões de seres humanos de oportunidades de participação que não são só a partilha de bens de consumo, da riqueza, mas a própria produção dela.

Para Pochmann (2004), a sociedade brasileira estruturada a partir de um padrão extremamente concentrado de distribuição social da riqueza desde o período colonial, segue até os dias de hoje convivendo com um padrão excludente de riqueza que impossibilita a ascensão social da grande maioria dos cidadãos brasileiros.

Em se tratando de caminhar em direção à construção de uma cultura de paz através de um processo de educação, entende-se ser necessário incentivar e fortalecer o exercício da cidadania que conforme Paugam (1999, p. 71) deve ser entendida como

A capacidade e a possibilidade de o cidadão suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas, sociais, sob as condições de respeito às idéias individuais e coletivas, supondo uma relação com o mercado em que parte das necessidades deve ser adquirida, e o Estado deve ser responsável por assegurar outra parte das necessidades; a possibilidade de exercício de sua liberdade, tendo reconhecida sua dignidade, e a possibilidade de representar pública e partidariamente os seus interesses sem ser obstaculizado por ações de violação de direitos humanos e políticos ou pelo cerceamento à sua expressão. Sob esta concepção, o campo da autonomia inclui não só a capacidade do cidadão se auto suprir desde o mínimo de sobrevivência, mas também suas necessidades mais específicas.

Ou ainda a partir do conceito da UNESCO Cidadania, configura-se como um conjunto de direitos e deveres humanos e sociais que têm os cidadãos. Há um acento ético pois sinaliza respeito e dignidade. Os vários tipos de cidadania em suas múltiplas referências nos remetem para a participação ampla e democrática. (UNESCO, 2003)

Há de se considerar que, no exercício da prática profissional do assistente social, agimos em contextos de forças por vezes determinadas por interesses contraditórios, onde as relações sociais entre dominados e dominantes se reproduzem cotidianamente. Não podemos perder de vista nosso principal desafio, que se constitui no fortalecimento de projetos que contribuam para o resgate e o estímulo da cidadania dos nossos usuários atingidos pelas mazelas da vida, expressas na desigualdade social, face visível da questão social.

No exercício profissional é importante dar-se conta do quanto à informação e a indicação dos caminhos que podem levar o usuário a ir além da informação, pode fazer com que tenha acesso a seus direitos, podem contribuir no processo de resgate de cidadania desses sujeitos. Democratizar as informações é entendido por nós como maneira de garantir o acesso aos direitos sociais. Mas não basta só informar, é necessário garantir aos cidadãos a compreensão sobre os direitos e deveres na sociedade em que vivemos, mas contribuir também para a reconstrução de uma identidade de sujeitos coletivos e de pertença social dentro das relações dessa sociedade. A realidade de exclusão social no país é extremamente desafiadora, pois o cotidiano em que

vivemos e desenvolvemos nossa prática profissional é de certa forma perpassado pela violência estrutural de desemprego, abandono, fragilização de vínculos e acima de tudo falta de oportunidades.

Não há dúvida de que a Constituição Federal de 1988 foi um grande marco na trajetória da população brasileira. Sendo fruto das lutas do povo, representa avanços quanto a alguns direitos já mencionados, que devem ser assegurados. Mas como possibilitar acesso a esses direitos que são fundamentais, em tempos de tanta desigualdade, injustiça e burocracia, para chegar efetivamente à concretude da efetivação desses direitos na vida da população brasileira? Essa realidade desperta muitas incertezas frente às relações da sociedade. Torna-se cada vez mais evidente que trabalhar como profissional do Serviço Social exige um desafio constante de acompanhar o movimento da sociedade para responder às necessidades concretas da população usuária de nossos serviços, em sua grande maioria impactada pelos efeitos da exclusão social.

1.6 Exclusão Social como fator de violência

Atualmente vivemos um período de grandes transformações sociais que interferem diretamente em nosso cotidiano. Na nossa concepção, a violência é entendida como qualquer tipo de comportamento que prejudique às pessoas, o patrimônio ou à própria sociedade, através do uso da força. A violência pode ser entendida também através da expressão oral de palavras que afetem a integralidade das pessoas.

No contexto urbano a violência está presente em todos os espaços sociais. Se ligarmos TV ou rádio ou abrimos jornais e revistas, esse tema está presente, pois se constitui em um dos principais temores do cidadão brasileiro. Quem não tem medo da violência? Nesse contexto encontramos a violência social, que é formada por um conjunto bem complexo de fatos e causas. Segundo Guimarães (2003, p. 8),

A conjuntura sócio-econômica contemporânea tem gerado progressivamente, especialmente nos países periféricos,

pobreza e exclusão social. Há concentração de riqueza, de poder e de conhecimento nas mãos de uma pequena elite, com a exclusão da grande massa populacional. A pobreza e a exclusão social geram medo e insegurança, favorecendo o aparecimento da violência.

Como vimos, a exclusão social se constitui num dos fatores geradores de violência. Como a violência, a exclusão social vem se tornando um fenômeno cada vez mais visível na sociedade. A mídia tem dado uma maior visibilidade a divulgação desse fenômeno da exclusão e da violência. Ambas estão no centro do debate frente a um mundo globalizado onde a modernização reforça a velocidade das mudanças e com elas as exigências de produtividade, eficácia e eficiência pautadas pela competitividade frente ao crescimento econômico mundial.

Os conceitos de exclusão associados à pobreza e focalizados somente na falta de autonomia dos indivíduos acabam resultando na homogeneização de suas necessidades, partindo do princípio de que as pessoas têm dificuldade de sobreviver porque não têm renda suficiente. Ela tem sido concebida também como fracasso da trajetória individual de pessoas incapazes de elevar sua “escolaridade”, obter “ocupação de destaque”, maior remuneração, constituir uma “família exemplar”, ou “carreira de sucesso” (POCHMANN, 2004, p. 10). No entanto, os seres humanos não podem ser reduzidos a suas posições sociais, é necessário um olhar ampliado sobre a multidimensionalidade da exclusão social. Verás (1999, p. 55) alerta para “o perigo de se cair na identificação de uma situação de miséria” ao referir o termo exclusão social.

Vivemos num país democrático onde a população é considerada cidadã, mas esse processo de cidadania é ainda muito recente, auxiliar os sujeitos a tornarem-se cidadãos, protagonistas, é um exercício lento. A realidade macro se reflete cotidianamente na realidade micro e ao refletir sobre violência, exclusão, desenvolvimento sustentável, cultura de paz, foco de nosso estudo, há enorme necessidade de levar em conta também as diferentes configurações e espaços familiares nos quais os sujeitos de nossa ação estão inseridos, pois

É neste espaço familiar que as relações são bem demarcadas através da violência doméstica [...]. Os processos sociais de exclusão permeiam o cotidiano das pessoas, com o enfraquecimento de valores éticos, o desemprego, a cultura de levar vantagem em tudo, tendo como resultado a banalização da violência social, reproduzida no espaço familiar, que determina a falta de limites, o desrespeito e o desamor (TÜRCK, 2002, p. 20).

Nesta perspectiva, o papel da educação é formar cidadãos conscientes frente aos desafios impostos pela sociedade. Entre estes desafios encontra-se o fenômeno da violência que impõe riscos, desqualifica a vida e fere a dignidade humana. Neste contexto, encontra-se o profissional do Serviço Social capacitado para intervir nesta realidade, debruçar-se de forma interdisciplinar na busca de soluções processuais e não meramente emergenciais.

Através da inserção no contexto educacional, o assistente social pode contribuir na construção de valores, na visibilidade dos direitos humanos e sociais, em busca do fortalecimento da cidadania, a partir da perspectiva de uma cultura de paz, que tem a dimensão humanizadora e pode ser entendida como uma das possibilidades de fortalecimento das relações sociais. O reconhecimento das diferenças, leva a uma convivência entre os atores da comunidade escolar, inscrevendo relações de igualdade, superando incivildades, proporcionando processos de participação na vida da escola, reconhecendo este espaço como um espaço de lutas, de disputas, de possibilidades e limites, de emancipação do ser humano, de construção de autonomia e cidadania. Processos que fazem parte de uma cultura de paz, uma paz que pressupõe a redução da violência em busca de uma harmonia social que visa à justiça social e igualdade (CORRÊA, 2003, p. 109). Esta concepção requer sujeitos comprometidos com a mudança estrutural da sociedade, o que leva o ser humano a pensar e agir diferente do modelo que está imposto na sociedade atual. É na verdade, um convite de envolvimento com uma nova cultura, que é uma cultura de paz, a partir da educação para paz, que leva à transformação de valores, outra concepção de mundo, de sociedade, de escola e de grupo. O processo de construção de uma cultura de paz encontra resistência, uma vez que a violência intrinsecamente faz parte da

estrutura social, onde as pessoas estão acostumadas com esse modelo que forma para a competição e para o êxito. As resistências virão porque a cultura de paz caminha em direção à unidade, à diminuição da violência, o que certamente virá quando houver menos exclusão, menos desigualdade e mais justiça social. O Serviço Social neste espaço amplo de disputas de modelos societários encontra-se capacitado para intervir neste campo e contribuir para o enfrentamento das múltiplas expressões da questão social.

Percebe-se nesse contexto atual da sociedade a urgência de uma educação para a paz na comunidade escolar, pois a escola, para o adolescente, a partir de sua inserção nela, passa a ser seu principal espaço público, que se torna uma referência de conhecimento e modelo de comportamento.

A partir de diferentes falas de professores, diretores, funcionários das escolas e da rede de serviços em que temos dialogado através de realização de pesquisas desde 2003, a violência no ambiente escolar, caracteriza-se por brigas, agressões verbais e físicas, depredação do ambiente escolar e do material escolar, roubos, intimidação dos professores e alunos, uso e tráfico de drogas e também o autoritarismo, que se expressa na lei do mais forte. Caracteriza-se muitas vezes como disputa de poder entre professores e alunos. Mas é importante ampliar esse olhar reflexivo, indo além do ambiente escolar, percebendo a violência de forma mais complexa. Nesse contexto, encontramos a violência social, que é formada por um conjunto bem complexo de fatos e causas.

A violência é veiculada nos meios de comunicação e entre a própria população, sob diferentes aspectos e expressões. Ouve-se falar da violência referente ao crime, à marginalidade, à miséria, à corrupção do Estado, de lideranças políticas que usam do poder público para negligenciar o povo, entre outras, de forma que ela ganha diferentes faces e olhares de pessoas, grupos e sociedades diferenciadas.

O Serviço Social caracteriza-se como uma profissão interventiva, neste sentido, diante da complexidade da violência, “tem o compromisso ético-político frente à violação dos direitos humanos” (GROSSI, et alli, 2005. p. 03). A violação

dos direitos humanos vem acontecendo inclusive no ambiente escolar. Nosso compromisso interventivo neste espaço de atuação profissional deve ser pautado por uma “ética coletiva, formativa e inclusiva, que nega a fragmentação das pessoas e das comunidades, mas que responsabiliza a todos pelo destino coletivamente traçado, porque garante a igualdade de participação” (GROSSI, et Alli, 2005. p. 03).

Aos educadores cabe o enorme desafio de

{...} rastrear as cenas constitutivas da violência e os efeitos que são presenciados para que sejam identificados os dispositivos de poder inerentes a elas e para que sejam construídas estratégias de superação da violência com ações voltadas para uma cultura de paz. (GROSSI, et alli, 2005, p. 25).

Mas a paz da qual falamos, é construída a partir de sua associação com a justiça social, igualdade e solidariedade.

A violência ganha diferentes faces e olhares de pessoas, grupos e sociedades diferenciadas. Para uns, determinado tipo de comportamento é violento e repreensível, para outros esse mesmo comportamento pode ser entendido como necessário e até legítimo, como é o caso do “corredor polonês e do bullying”³. Estes tipos de violência, bem como outras como a violência física, a delinquência juvenil, incivildades, comportamentos anti-sociais, ações contra o patrimônio público, expressas em falas de alunos, (“eles só sabem correr e se bater, aquelas coisas de espada, de luta”, “dar rasteira, dar tapa, tudo é resolvido assim, é brincadeira para eles”, aqui no pátio da escola, os alunos se agridem muito com objetos, atiram pedras”)⁴ naturalizou-se como se fizesse parte da cultura estudantil. A realidade aponta para a necessidade de uma responsabilização coletiva que caminhe em direção a “uma política de garantia de direitos que reverta

³ O corredor polonês é uma brincadeira onde os adolescentes colocam-se em dois grupos, um de cada lado do corredor da escola, e agridem a socos e pontapés e o aluno obrigado a passar por ele; se conseguir passar, o grupo o considera apto a participar dele. Por Bullying, Nancy Day (1996, p. 44-45 apud Abramovay, 2003, P. 71) define o abuso físico ou psicológico contra alguém que não tem capacidade de se defender, contribuem para isso os fatores: atitude negativa pelos pais ou por quem cuida da criança ou adolescente; atitude tolerante ou permissiva quanto ao comportamento agressivo; estilo de paternidade que usa o poder ou a violência para controlar; e uma tendência natural da criança ou do adolescente a ser arrogante.

⁴ Falas retiradas do R relatório da Pesquisa intitulada de Violência nas escolas e suas estratégias de Enfrentamento, realizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Violência – NEPEVI – Faculdade de Serviço Social da PUCRS, entre abril a dezembro de 2003.

a lógica da vitimização ou da culpabilização, a partir de uma leitura totalizante do fenômeno da violência” (GROSSI, et alli, 2005, p. 15). Muitas escolas ainda trabalham a partir da concepção da educação bancária, não levam em consideração a história de vida dos alunos, seus aspectos culturais, sociais, familiares, entre outros, não se realizando uma escuta sensível que possa considerar o universo do aluno. Percebe-se a necessidade de trabalhar aspectos importantes como afetividade, auto-estima, potencialidades do aluno, vínculo entre alunos e entre aluno e professor. Ao se valorizar a subjetividade e a capacidade do aluno, maiores são as chances desse aluno se comprometer e se responsabilizar por um aprendizado de qualidade, o que favorece o sentimento de pertença à escola como sendo uma segunda casa, sentimento que pode levar o aluno a ações que visem o cuidado com o patrimônio público.

Neste sentido, compartilhamos a posição de Guimarães (2003), que sustenta ser necessário abolir preconceitos, fortalecer a capacidade de mudança e empoderar jovens e crianças na educação para a paz, pois as pessoas têm poderes diferenciados e, é preciso incentivá-las a lidar com os poderes. Urge a necessidade de criticar a violência de forma histórica, discutindo além dos congressos, nos pequenos grupos por onde circulamos, criando referências não violentas pessoais e comunitárias.

1. 8. Serviço Social e Processo de Trabalho: a educação como espaço sócio-ocupacional

Os desafios de nossa sociedade hoje nos levam ao encontro de diferentes realidades e espaços profissionais. Um deles é a escola, espaço rico em aprendizado e desafiador na busca de alternativas para a prevenção da violência e diminuição da exclusão social, processos que atingem atualmente, tanto escolas públicas como escolas privadas, mudando apenas as formas para enfrentar esses desafios, que variam de uma realidade para outra. Os novos rumos da educação no país vem redefinindo a amplitude do campo educacional, compreendendo-a como uma totalidade. Segundo Almeida (2000, p. 21), encontra-se na agenda nacional um novo projeto de educação em nosso país que possibilita uma transformação societária onde, a educação

escolarizada se aproxima das necessidades sociais, políticas e ideológicas. A política educacional se constitui campo de atuação do Estado que influencia a vida social, a partir do momento em que se universaliza o acesso a ela. Embora o campo educacional ainda não se constitua uma ampliação do mercado de trabalho para nossa categoria profissional, percebe-se que os Assistentes Sociais vem definindo este espaço, como possibilidade viável de intervenção, tornando a política de educação como parte de nossa atuação a partir da ampliação do conceito de educação, na perspectiva das mudanças societárias (ALMEIDA, 2000, p. 22). Essas mudanças apontam neste espaço, a necessidade de discutir violência, prevenção, cultura de paz, cidadania, direitos humanos, família, sociedade, política, etc. Estes elementos fazem parte do cotidiano de nossa ação profissional e demonstram a limitação da escola em lidar sozinha, com elas na perspectiva da intervenção. Dessa forma o campo educacional passa a ter um novo significado para a nossa categoria profissional, na perspectiva da conquista de direitos e enfrentamento das desigualdades.

São muitas as possibilidades de intervenção profissional, segundo Alessandrini (2001, p.27), “O Serviço Social entre outras profissões, atua no âmbito das relações sociais, sejam interpessoais, institucionais ou comunitárias”. Esta profissão pode desenvolver trabalho voltado para articulação da política de educação com as demais políticas públicas; prestação de assessoria a orientadores educacionais e a professores, com questões relativas ao conjunto das expressões da questão social; assessoria a segmentos da comunidade escolar, entre outros, (ALESSANDRINI, 2001, p. 26). Diante das diversas possibilidades, trabalhamos com o recorte da prevenção da violência, foco de nossa temática, a partir do processo de trabalho de Assistentes Sociais.

1.8.1 Trabalho e objeto do Serviço Social

A questão social, que entra no cenário mundial por volta de 1830, com o aparecimento do proletariado que reivindicava direitos, é expressão histórica, fruto do antagonismo entre capital e trabalho. Mas segundo Iamamoto (2001), é também objeto da profissão do Serviço Social e base fundante da profissão, como a especialidade do trabalho coletivo. Mas é também expressão de rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades sociais e a elas resistem ou se opõem. E para pensar esta profissão na sociedade contemporânea é necessário olhar abertos para decifrar a realidade presente, e participar da criação do mundo contemporâneo. O que significa ir além das rotinas institucionais, apropriando-se das possibilidades que se apresentam para atuação, transformando-as em projetos e fontes de trabalho.

Por entender que o assistente social atua na e sobre a realidade é fundamental estar articulado com a realidade, o que se constitui para a profissão, um constante desafio. Isto pressupõe, também, captar as inéditas mediações históricas que moldam os processos sociais e suas expressões nos vários campos em que intervém o Serviço Social. Iamamoto (2001) fala de decifrar o movimento societário e situar o Serviço Social na dinâmica das relações entre Estado e sociedade e quem indica o rumo é o código de ética, um rumo ético-político que tem como valor central a ética e a liberdade, o que implica a autonomia, a emancipação e a plena expressão dos sujeitos sociais. Transformar espaços de trabalho, romper com o pragmático demanda competência crítica capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrentá-las. Isto requer um profissional propositivo vinculado a um projeto de sociedade comprometido com o processo de criação de uma nova cidadania como estratégia política de gestão que se contrapõe ao culto do individualismo e à linguagem do mercado, iluminado por uma teoria social crítica. Isso demanda atualização permanente e o envolvimento constante com a pesquisa. O Serviço Social tem tido uma preocupação constante de enfrentar junto com a sociedade questões referentes à democracia, cidadania e direitos sociais.

Ao refletir sobre o trabalho, dialogamos com alguns autores importantes que discutem essa categoria. Para Antunes (2003, p. 123), a realização social da vida humana objetiva-se através da produção e

reprodução de sua existência, que se efetiva no trabalho. É a partir dessa categoria, no cotidiano de sua realização que nos tornamos seres sociais, o que nos distingue de todas as formas não humanas. O trabalho caracteriza-se como condição para a realização do ser social, é nele que mostramos nossa dimensão de construir, reconstruir, criar, reproduzir e demonstrar um conhecimento que se efetiva num fazer concreto.

No cenário mundial, o momento histórico que vivenciamos, vem sofrendo profundas mudanças que se reproduzem nas relações do cotidiano influenciadas, sobretudo pelo aspecto político e econômico, mudanças essas que repercutem no trabalho humano.

Segundo Antunes (2003), a década de 80 do séc. XX sofreu profundas modificações no mundo do trabalho, tornando-se a década da crise mais profunda para a classe que vive do trabalho⁵, que afetou a forma de ser da população. Essas modificações trouxeram a automação, a robótica e a microeletrônica, desenvolvendo novos processos produtivos, onde a produção em série foi substituída pela flexibilização da produção, pela especialização flexível e pelos novos padrões de produtividade adequados à lógica do mercado. Novo modelo recusa a produção em massa e os direitos dos trabalhadores historicamente adquiridos através de lutas e embates sociais. Estes são desregulamentados e flexibilizados, direitos e conquistas são eliminados e/ou substituídos e desenvolve-se uma concepção de trabalho que deva ser flexível. Busca-se nesse novo modelo a acumulação flexível que é uma forma própria do capitalismo, onde a produção é variada, diversificada e conduzida pela demanda pronta para suprir o consumo a custo de terceirizações e subcontratações. Isto faz com que flexibilização da produção seja também flexibilização dos trabalhadores. O trabalho neste modelo deve ser altamente qualificado e o trabalhador polivalente deve ser integrado a uma equipe de trabalho. Esse modelo chama-se “Toyotismo” e estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, o que tem ocasionado uma massa imensa de trabalhadores desempregados. Reduz-se o operário industrial e fabril, se incorpora o trabalho feminino, exclui-se os mais jovens e os mais velhos, alta rotatividade no trabalho, empregados em tempos parciais, causais,

⁵ Expressão utilizada pelo autor.

contrato por tempo determinado, temporários e subcontratados, de forma que se complexifica, se fragmenta e se torna heterogêneo o trabalho, expandindo o desemprego estrutural, face mais visível da questão social. Portanto, vive-se uma revolução no e do trabalho.

Relacionando o desenvolvimento sustentável com a categoria trabalho, percebe-se que as forças produtivas e as relações de produção são vistas como forças destrutivas, onde se produz e reproduz desequilíbrios ecológicos. A sociedade que vem sendo construída a centenas de anos inviabiliza o desenvolvimento sustentável. O modelo de desenvolvimento é sistematicamente de sucateamento dos recursos da terra e da exploração da força de trabalho. Urge um desenvolvimento que atenda às necessidades de todos (BOFF, 2005).

Em se tratando de nossa profissão, é necessário a categoria estar atenta às mudanças, conhecer “os processos onde se descortinam as competências [...], novas ações que, embora antenadas no novo discurso, preservem em sua essência, a direção ético-política definida pela categoria para a prática do Serviço Social” (SOUSA e AZEVEDO, 2004, p. 51). Para Serra (2001, p. 151 e 157), as mudanças no mundo do trabalho estão se processando desde as últimas décadas do século anterior interferindo no tecido social. No dizer de Serra, com o processo de globalização do capitalismo, o mundo do trabalho tende a tornar-se cada vez mais global, em decorrência disso surge o trabalho coletivo. Essa realidade vigente faz com que o profissional do Serviço Social se qualifique de acordo com as tendências do mercado de trabalho, inserindo-se em novos espaços profissionais.

A utilidade de uma profissão está relacionada com a capacidade que esta tem de compreender a realidade a partir da categoria totalidade que segundo Freire (2001, p. 179) “é uma categoria ontológica que corresponde à natureza de toda realidade social. Ela se expressa na dinâmica das relações dessa realidade, como processo nunca totalizado”, ou como no dizer de Cury (2000, p. 36), “ a totalidade não quer dizer todos os fatos, nem a soma de partes [...] a totalidade é aberta e está sempre em processo no seu desenvolver” (p. 37).

O Serviço Social caracteriza-se como uma profissão eminentemente educativa, inscrevendo-se em atividades que incidem na formação da cultura,

como elemento constitutivo de relações sociais hegemônicas (Abreu, 2002, p. 66). O exercício profissional dos Assistentes Sociais seja ele em espaços diversificados, deve ter a preocupação com a qualidade dos serviços prestados e o respeito aos usuários, pois nossa inserção em processos de trabalho não se resume no plano imediato, mas tem em vista a transformação da realidade (SIMIONATTO, 1998, P. 41). Neste sentido, o Serviço Social caracteriza-se por ser uma ação educativa e política, movida pela indignação frente às expressões da Questão Social e a esperança frente aos processos de resistência. Neste sentido, compartilhamos da idéia de Giroux (2003, p. 53) de que

{...} a política não é apenas feita no terreno da imaginação e do desejo, mas também se baseia nas relações de poder mediadas através do resultado de lutas dedicadas à criação de condições de possibilidades para que as pessoas tornem-se agentes políticos criticamente engajados.

1.8.2 Processo de Trabalho

Constituem processos de trabalho, a potencialidade que o ser humano tem de trabalhar sobre uma matéria utilizando-se de instrumentais para desenvolver sua atividade. A partir do trabalho, o ser humano domina a natureza e demonstra sua atividade criadora, fazendo do trabalho uma atividade prática e ao criar e recriar relações sociais, ao pensar e transformar o real de forma crítica e criativa, ao fazer escolhas alternativas distintas, demonstra ser cada vez mais um ser dotado de liberdade (SIMIONATTO 1998, P. 10). Para a mesma autora, são constitutivos do processo de trabalho: o próprio trabalho; o objeto sobre o qual se trabalha, considerando aí, a matéria-prima; os meios de trabalho, ou instrumental de trabalho, e o produto do trabalho ou resultado do processo de trabalho, correspondente ao valor de uso (SIMIONATTO 1998, P. 11-12).

Para Yamamoto (2001, p. 57), o Serviço Social constitui-se uma profissão socialmente determinada na história da sociedade brasileira e considera a Questão Social como matéria-prima de nosso trabalho, o que nos

desafia a “apreender o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho”, vendo a profissão como “especialização do trabalho na sociedade”. Reconhecendo que o “chão comum tanto do trabalho quanto da cultura profissional é a história da sociedade”, que provoca e questiona os Assistentes Sociais na formulação de respostas, decifrando a “gênese das desigualdades sociais”, indissociáveis da concentração de renda que é o “verso da violência e da exclusão social” (IAMAMOTO 2001, p. 58-59). Em tempos marcados por tipos diversos de dificuldades expressas em múltiplas expressões da questão social, é considerável olhar para essas mudanças de forma cuidadosa, articulando o projeto profissional ao contexto onde estamos inseridos profissionalmente com ações inovadoras, mas reconhecendo as reais demandas da população, o que requer de nós, não apenas uma escuta sensível e análise da realidade, mas principalmente competência teórica, técnica e política.

Segundo Couto (1999), são tarefas importantes no processo de trabalho do assistente social, a formação de aliança com entidades, usuários e outros profissionais, pois o trabalho partilhado com outros profissionais é fundamental para a interdisciplinaridade; construir estratégias de forma coletiva frente aos limites impostos pelas políticas sociais e políticas públicas; propor processos de elaboração de cursos de capacitação para o enfrentamento das dificuldades geradas no cotidiano; desenvolver trabalhos com grupos e comunidades através de planejamento e avaliações sistemáticas, buscando a emancipação e autonomia desses grupos; bem como desenvolver pesquisas, pois a investigação faz parte do cotidiano de nossa ação profissional e subsidia nossa intervenção. Nestas perspectivas, os profissionais do Serviço Social, ao compreender a importância de entender a totalidade e de inserir-se no movimento da sociedade, podem contribuir qualificadamente na construção e elaboração de políticas sociais e de políticas públicas, para o contexto educacional e para a população em geral.

Uma outra possibilidade de trabalho onde se pode considerar um espaço de crivagem das demandas da comunidade escolar e análise da realidade local, é o plantão social, que segundo Couto (1999, p. 206), pode

{...} transformar-se em um lócus privilegiado de compreensão das formas de enfrentamento do usuário da questão social, capaz de construir indicadores importantíssimos para definição das políticas sociais, além de ser um espaço fundamental para trabalhar na perspectiva do fortalecimento dos sujeitos.

Para Amaro (1997, p. 53), o assistente social pode realizar ações voltadas para a gestão democrática, capacitação sócio-política da comunidade, mobilização da família no processo de aprendizagem do aluno e na própria gestão da escola, levantamento e identificação de necessidades sociais, coordenação e execução de políticas sociais, articulação de grupos da escola, entre outros. Pois no dizer de Demo (1996, p. 51)

{...} a função da escola não é exclusivamente sócio-educativa, de transmissão de conhecimentos, mas também é política enquanto incubadora da cidadania e como processo formativo.

Desenvolver o interesse da comunidade pela escola pode aumentar a participação e contribuir para uma relação mais aberta entre educadores, alunos e familiares. Para isso a formação do educador deve ser constante, pois a prática se faz e refaz e requer compreensão do processo de conhecer e apropriação dos avanços do ser humano e da sociedade. Através desse processo, que é gradativo, pode-se contribuir para a qualidade da escola que se quer.

Somos uma profissão que trabalha com a vida social e no campo da educação temos possibilidades concretas de trabalhar com a rede social, que envolve o caráter individual, os veículos de comunicação, os cenários da família, da comunidade, as associações, os partidos políticos, as instituições sociais, os grupos de referência na comunidade escolar, valorizando as potencialidades e redimensionando os conflitos existentes nessa rede social. Neste sentido, a educação pode e deve ser vista

{...} como um conjunto de sistemas, mais ou menos formais dos quais nos dotamos para obter o aperfeiçoamento possível de nós mesmos e de nossas condições de vida. (ORTEGA e DEL REY, 2002, p. 19)

A partir de uma ação interdisciplinar e interinstitucional acreditamos ser possível transformar realidades conflitivas e por vezes violentas, em realidades mais harmônicas, possíveis de convivência saudável, por intermédio da intervenção a partir de uma mediação que no dizer de Ortega e Del Rey (2002, p. 147), tem sentido no marco institucional quando se restaura o diálogo, a comunicação e conseqüentemente as relações.

Como o grande educador Paulo Freire, acreditamos que através de diferentes maneiras se pode ter

{...} uma escola pública realmente competente, que respeite a forma de estar sendo seus alunos e alunas, seus padrões culturais de classe, seus valores, sua sabedoria, sua linguagem. (FREIRE, 2000, p. 42).

O profissional do Serviço Social, diante das múltiplas expressões da questão social que se materializa na desigualdade social, identificada pela falta de acesso à saúde, trabalho, educação, habitação, lazer etc., usa algumas estratégias para intervir em meio a essa realidade. A leitura crítica da realidade deve estar sempre presente no processo de trabalho do assistente social, pois ela possibilita decodificar as demandas existentes, de forma crítica, responsável e cuidadosa no que diz respeito à vida e história do usuário de nossos serviços. A documentação, parte importante do processo de trabalho não deve ser vista apenas como preenchimento de itens, mas pensada como parte de processo que tenha continuidade e priorize a interlocução entre a instituição, o usuário e o profissional, condutor do processo. Para um bom desenvolvimento profissional, é necessário o instrumental operativo, que faz parte de nosso processo de trabalho e do contexto das relações, devendo estar presente na prática a que nos referimos, pois

Seja no âmbito institucional ou não, as relações de poder perpassam o cotidiano dos indivíduos e coletivos na particularidade do processo de fragilização de uma mediação das relações complexas que envolvem tanto a identificação social e cultural como a autonomia, a cidadania, a organização, a participação social (FALEIROS, 1997, p. 41).

A instrumentalidade em Serviço Social é primordial no exercício de nossa profissão. Ela faz parte de nosso cotidiano, independente da diversidade de campos de atuação. BATISTA (1998, p. 111) diz que o cotidiano é “o espaço privilegiado de intervenção profissional”, e que este “é um ambiente material e de relações no qual o profissional deve se mover 'naturalmente' com uma pretensa intimidade e confiança, sabendo manipular as coisas, os costumes e as normas que regulam os comportamentos no espaço social e técnico. Gentilli (1998, p. 45) argumenta que “as atividades profissionais estabelecem demandas sociais que aí se materializam”. A instrumentalidade faz parte do conjunto de nossas ações objetivas, tendo em vista o que se quer, como se quer, para que se quer, trazendo em si a idéia de movimento da teoria articulada com a prática, de como se processa a demanda para operacionalizá-la.

Faz parte da instrumentalidade a categoria mediação, pois a partir da utilização de instrumentos e técnicas, procura-se atingir objetivos específicos relacionados ao objeto de intervenção. Utilizam-se instrumentos sem perder de vista a instrumentalidade. Na verdade, os instrumentos dão vida ao desenvolvimento de nosso fazer profissional. Mas Bastos (2004, p. 101) coloca que

É urgente a necessidade de ir além dos instrumentais, de buscar saídas coletivas, pois as demandas com as quais os assistentes sociais trabalham são permeadas de determinações, dos mais variados tipos, culturais, econômicas, sociais, políticas, e exigem mais ações instrumentais, imediatas: atravessam campos relacionados com as escolhas, com os valores.

Segundo a mesma autora (p. 103), é necessário também

{...} entender a instrumentalidade como mediação, como passagem da teoria para os campos mais concretos de intervenção, o que é fundamental para uma prática transformadora. Para isso vale muito reelaborar a demanda num movimento de reconstrução do objeto de intervenção.

Para Guerra (2000, p.53), a instrumentalidade em Serviço Social refere-se a “uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão,

construída e reconstruída no processo sócio-histórico”. Portanto, é necessário desenvolver habilidades, pois uma efetiva intervenção depende não só do conhecimento aprendido, mas do saber fazer, o que diz respeito à competência operacional. A operacionalização efetiva é fundamental para alcançar os direitos sociais e caminhar para a inclusão social. Quanto aos requisitos para se ter competência profissional na atuação das políticas sociais, Matos (2004, p. 108) refere que fazem parte “ o conhecimento da realidade e da história local, das entidades da sociedade civil, da política social e da legislação pertinente” e, junto a isso, “o domínio dos instrumentos”.

Para que se efetive a ação, principalmente no que diz respeito ao acesso às políticas sociais, nosso trabalho profissional deve ter uma finalidade. Pois cotidianamente trabalhamos com as políticas sociais e a efetividade em nosso trabalho manifesta-se como instrumento de transformação da realidade social em que vivemos. Isso se evidencia na melhoria de vida da população que usufrui de nossos serviços, ou seja, nossos usuários. Para tanto, os objetivos devem estar bem definidos quanto ao objeto de intervenção do Serviço Social.

As expressões da questão social são extremamente amplas e diversas. Entendemos que é nosso modo de olhá-las que determina nossa postura reflexiva e crítica. É necessário ler a realidade em seus diferentes aspectos, entre eles, os políticos, econômicos, culturais, religiosos, psicológicos e sociais, pois são fatores determinantes de nosso contexto social. A questão social faz-se presente de forma macro, mas reflete-se de forma micro, ou seja, em nosso cotidiano de trabalho, quando nos deparamos com as realidades concretas dos usuários de nossos serviços, que chegam a nós com demandas bem específicas. Então, no atendimento a esses usuários, percebemos que suas demandas estão relacionadas a um contexto amplo de sociedade que privilegia o capital. Diante disso não podemos esquecer de ter sempre presente a categoria totalidade e a partir dela fazer o movimento do particular para o universal, ou do universal para o particular. O objeto de trabalho da nossa categoria profissional é a questão social. Sendo nossa matéria prima, é em seu enfrentamento que desenvolvemos a ação profissional. Como diz Iamamoto (2001, p. 28), “Questão Social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por

envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas se opõem e resistem". Para a autora, "apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de reinvenção da vida construídas no cotidiano".

Para Batista (2002, p. 31), o objeto do Serviço Social para a intervenção "é o segmento da realidade que lhe é posto como desafio, num conjunto de reflexões e proposições para a intervenção". A autora argumenta que

{...} o objeto de intervenção vai se construindo e reconstruindo permanentemente no decorrer de toda a ação planejada, em função de suas relações com o contexto que o produziu, sendo modificado e se modificando permanentemente.

Esse conjunto de proposições a que a autora se refere constrói-se, em grande parte, a partir da demanda institucional, na qual o profissional é desafiado, no cotidiano de sua ação, a reelaborar processualmente essa demanda, ou seja, por aproximações sucessivas da realidade institucional com a qual se defronta no dia-a-dia. Mas, para reelaborá-la, é necessário compreender o contexto da instituição e dos usuários, da realidade na qual ambos estão inseridos. Batista (2002, p. 32) pontua que

{...} na prática a (re) construção do objeto da ação profissional é um processo que envolve operacionalização das demandas institucionais, da pressão dos usuários e das decisões operacionais.

É importante reconhecer as demandas e, a partir delas, criar alternativas concretas para sua resolução, valorizando o processo histórico, a partir de "princípios que procurem superar a exclusão social, a discriminação e o não atendimento aos direitos sociais" (BATISTA, 2002, p. 32).

Segundo Faleiros (1997, p. 30),

{...} o objeto se constrói historicamente no real, na tensão permanente entre o sujeito da ação que transforma (e ao mesmo tempo se transforma) e o seguimento da realidade a ser transformado.

Complementa dizendo que “o objeto de intervenção” se define nas relações de força, pois

{...} as instituições passaram a ser vistas como local de lutas de poderes e o objeto de intervenção deve responder a um processo complexo de relações sociais em que se entrecruzam demandas políticas.

A realidade onde se exerce a ação profissional é, na maioria das vezes, ampla e complexa. Para entendê-la é necessário um olhar constantemente investigador. Para intervir nessa realidade, é necessário construir mediações e trabalhar com intencionalidade. É preciso construir objetivos, pois o cotidiano de uma instituição é muito dinâmico, e sem finalidade corre-se o risco de nosso trabalho ser meramente tarefairo, imediato. Segundo BATISTA (2002, p. 53), a questão imediata deve ser problematizada e decodificada, para que haja ação efetiva sobre a situação. Para isso, “é preciso conhecê-la como uma totalidade que tem diferentes dimensões e se relaciona com totalidades maiores”. Considerando o cotidiano das instituições onde se dá o exercício da ação profissional, percebe-se que este,

{...} ao mesmo tempo em que revela presenças ou ausências e aponta problemas, esconde a questão central, que está no fato de que essa realidade é historicamente determinada (BATISTA, 2002, p. 54).

É no cotidiano do espaço de intervenção profissional que o assistente social vai identificando as demandas muitas vezes não reveladas num primeiro momento. Mas as aproximações sucessivas com a realidade vão revelando a necessidade de desvelar o que aparentemente ainda não foi identificado.

1.8.3 Interdisciplinaridade:

A interdisciplinaridade aparece neste trabalho como uma das categorias de análise. Neste sentido, percebe-se a necessidade de dar

visibilidade a esta categoria, trazendo uma breve consideração sobre a mesma, no referencial teórico.

Essa categoria teórica está presente no histórico da construção do conhecimento, segundo Teixeira e Nunes (2006), desde os sofistas gregos que tinham por característica a preocupação com a integração do conhecimento de forma articulada. Desse modo, a interdisciplinaridade tenta agregar a pluralidade dos conhecimentos e do saber fazer, valorizando as diferenças. A interdisciplinaridade é indispensável na prática da pesquisa e de intervenções educativas. Rodrigues (2000) refere-se a ela como a promoção da troca de informações e de conhecimentos entre diferentes disciplinas, como uma ação transformadora, um saber que potencializa a idéia de caminhar no sentido de ultrapassar fronteiras num movimento que se estabelece “entre”, “através” e para “além” das disciplinas onde a dinâmica se consolida na “coerência”.

A interdisciplinaridade a partir da fundamentação de Morin (2002), pode ser entendida como diferentes disciplinas reunidas para afirmar seus próprios direitos, bem como significar, trocas de cooperação, transformando-se em algo orgânico. Para Teixeira (2006), a interdisciplinaridade constitui-se uma ferramenta de contribuição numa equipe diversificada, tendo em vista diferentes tipos de formação como alternativas de intervenção. Ela deve abrir espaços para o trabalho coletivo, de forma que ultrapasse os limites das organizações públicas/estatais e entre nas instituições formadoras de indivíduos, ou seja; sujeitos históricos coletivos. Para desenvolver trabalho interdisciplinar, há que se articular saberes diversos fundamentados em base teórica sustentada por uma prática, a partir dela, ousar e construir novos conhecimentos e saberes.

2. PERCORRENDO CAMINHOS METODOLÓGICOS

Um pesquisador ao debruçar-se sobre dada pesquisa sonha com a possibilidade de desacomodar parte da sociedade a partir dos resultados obtidos com o desenvolvimento do seu estudo. Neste sentido, busca-se poder contribuir com a reflexão sobre Desenvolvimento Sustentável como possibilidade de construção de uma Cultura de Paz, pois esta pesquisa vem explorar temáticas pertinentes ao cotidiano da sociedade contemporânea. Quer-se com este estudo dar maior visibilidade à urgência de se pensar e viver numa sociedade sustentável. Para percorrer esse caminho, nos motivamos a partir das palavras de Duarte (2002, p, 140.):

Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mais um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação de conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais.

Neste sentido, a escolha do objeto de estudo e do método de análise dos dados significa na visão de Prates (2005, p. 61) “ a forma que entendemos ser a melhor, a mais profunda, a mais completa”. De forma que a pesquisa na perspectiva do método dialético crítico, método pelo qual optamos e que possibilita estudar os fenômenos, vem garantir a explicação do particular no universal, que na concepção de Minayo (1994, p. 70), numa visão de totalidade

“ao mesmo tempo em que vê a realidade objetiva como um todo coerente, compreende e analisa as partes do todo, formando conexões”.

A opção pelo método dialético crítico se deu a partir da percepção de que ele possibilita analisar as relações entre os sujeitos pesquisados com seu contexto social. No materialismo histórico, os sujeitos são entendidos e percebidos como seres sócio-históricos com capacidades de decifrar e interagir com o momento histórico em que vivem, o que pode levá-los a uma prática social. Na concepção de Frigotto (1994, p. 77) “a dialética situa-se no plano da realidade, no plano histórico, sob a forma da trama das relações contraditórias, conflitantes de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos”. A dialética identifica o sujeito como um ser histórico-social (Minayo, 1994), compreende estes sujeitos inseridos em uma dada realidade onde desenvolvem relações entre si em processos muitas vezes contraditórios, onde estão presentes aspectos sociais, culturais econômicos e políticos. Neste sentido, o método de pesquisa escolhido, permite que o pesquisador desenvolva seu trabalho com os olhos voltados para a história, com um olhar micro, relacionando com o macro, num movimento que vai do particular para o universal, onde os fenômenos são vistos não de forma isolada, mas intrinsecamente correlacionados. Dessa forma a pesquisa qualitativa vinculada ao método dialético crítico,

{...} trabalha no universo de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos, dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 21).

O método escolhido reconhece o sujeito como uma unidade em processo destaca a importância do contexto social como elemento determinante da história de vida dos sujeitos. Admite que não há neutralidade no modo de olhar do pesquisador e busca a conexão entre múltiplos fatores, não apenas nos dados isolados (PRATES, 2002, P. 14). Partindo da realidade dos sujeitos pesquisados, consideramos o todo concreto trabalhando com as categorias Contradição, Totalidade e Historicidade em nossa investigação. A categoria totalidade, implica olhar a realidade como um todo dialético

constituído de partes em curso de desenvolvimento permitindo a ampliação do olhar de quem a analisa, onde um fator qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido; a historicidade compreende uma relação dinâmica, em movimento entre a história de vida dos sujeitos e o contexto social em que se encontram, permitindo interpretações de fatos do presente que se justifiquem em acontecimentos do passado; e a contradição é uma categoria que trabalha com os opostos em conflito, mas não numa relação de exclusão e sim numa negação inclusiva, que “para seu desvendamento não basta refletir, mas a partir da análise dialética ultrapassa a reflexão crítica e estabelece mediações com a totalidade” (PRATES, 2002, p. 16-17), categoria importante do método dialético-crítico que, segundo Cury (2000, p. 37) está relacionada ao movimento sempre em processo, presente com suas contradições na realidade que conduz às formas de superação da mesma que muitas vezes se apresenta de forma perversa.

2.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa qualitativa se apresenta como nossa perspectiva metodológica. Ela possibilita melhor compreensão das questões que envolvem o Desenvolvimento Sustentável e a Cultura de Paz. Dando ênfase ao aspecto qualitativo, trabalhamos com a experiência social dos sujeitos expressas em seu cotidiano, como modo de vida, atribuição de significados, valores, sentimentos, linguagem, representações e práticas sociais (PRATES, 2002, p. 19). Na perspectiva de Martinelli (1994), fundamentada em Triviños, a pesquisa qualitativa apresenta características básicas como: a fonte direta de informações é considerada a partir do ambiente natural, ela abrange os processos; os resultados são produtos; e o significado dos fatos a preocupação essencial. Ao mesmo tempo, a metodologia qualitativa possibilita também, encontrar novas possibilidades e reflexos acerca do objeto em estudo no sentido de poder avaliar e ou confirmar de forma pública as alternativas vindas a partir da pesquisa. A pesquisa qualitativa apresenta-se como possibilidade para conhecer os sujeitos, que segundo Martinelli (1994, p. 07), implica “escutar, ouvir, após reconhecer que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social”. A autora reforça a necessidade do pesquisador estar em contato com os sujeitos pesquisados, priorizando os

fatos próximos desses sujeitos e as repercussões destes em suas vidas. A pesquisa qualitativa enfoca o subjetivo onde os dados vindos de determinada realidade aprofundam e dão sentido ao estudo.

Este estudo busca na realidade social “o próprio dinamismo individual e coletivo com toda riqueza de significados”(MINAYO, 2002, p. 22). Na pesquisa qualitativa, não é relevante a quantidade dos sujeitos entrevistados, mas os significados construídos nos espaços das relações estabelecidas (MINAYO, 1994). O problema desta pesquisa consistiu em identificar “De que forma o Processo de Trabalho dos Assistentes Sociais na educação na perspectiva do desenvolvimento sustentável, pode contribuir para a prevenção da violência no meio escolar?”. Com o objetivo de buscar resposta ao problema de pesquisa, as questões norteadoras apresentam o fio condutor:

1. De que forma o Serviço Social vem contribuindo para a prevenção da violência e fortalecimento da cultura da paz através do desenvolvimento sustentável?

2. Quais as expressões de violência no meio escolar a partir da perspectiva dos Assistentes Sociais, Biólogas, Diretora, Supervisora pedagógica e Rede de Apoio da Comunidade?

3. Quais são os limites e as possibilidades do trabalho do assistente social em rede interdisciplinar?

4. De que forma o trabalho com o enfoque no desenvolvimento sustentável, por parte dos Assistentes Sociais, contribui para a prevenção da violência e fortalecimento de uma cultura de paz nas escolas?

2.2 Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos da pesquisa constituíram a totalidade dos membros da ONG REDECRIAR: três Assistentes Sociais, que foram entrevistadas na sede da mesma, uma Bióloga também vinculada à Organização não Governamental REDECRIAR e Diretora, supervisora pedagógica, quatro alunos da escola General Ibá Ilha Moreira, onde foi desenvolvido o projeto piloto Reciclando a Cidadania em Rede Interdisciplinar, no Município de Porto Alegre.

Trabalhamos com a pesquisa qualitativa, e em se tratando da mesma, compartilhamos da posição de Duarte (2002) quando refere que a definição dos critérios de seleção dos sujeitos da pesquisa constitui-se algo primordial na investigação do estudo, pelo fato de que essa definição interfere na qualidade das informações.

A aproximação com o universo dos sujeitos da pesquisa se deu a partir do contato pessoal com os membros da ONG REDECRIAR, da Escola Estadual General Ibá Ilha Moreira e da Associação de Moradores do CEFER I. A partir dessa relação estabelecida com elas (pois todas as entrevistadas são mulheres), foi possível realizar as entrevistas e o grupo focal, técnica de coleta de dados a partir da abordagem em grupo.

O projeto elaborado para a realização da pesquisa foi anteriormente encaminhado à Comissão Científica da Faculdade de Serviço Social, aprovado, posteriormente encaminhado ao Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica e após aprovado, fomos a campo realizar a coleta de dados. Igualmente foi elaborado e apresentado aos sujeitos da pesquisa um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual constava os objetivos da pesquisa sendo posteriormente lido e analisado pelos participantes da pesquisa.

2.3 Procedimento para Coleta de Dados

Segundo Martinelli (1994), a pesquisa qualitativa trabalha com várias técnicas, entre elas, a entrevista. Foram realizadas entrevistas com Assistentes Sociais e feita análise documental de planos de trabalho dos Assistentes Sociais, e do registro das ações desenvolvidas, no intuito de, a partir do trabalho dos Assistentes Sociais, identificar aspectos do desenvolvimento sustentável e da violência, bem como as formas de enfrentamento da mesma com o objetivo de identificar o processo de educação em direção à construção da cultura da paz. No que se refere à entrevista, optou-se pela entrevista semi-estruturada, a partir do entendimento de que esta técnica de coleta de dados “valoriza a presença do entrevistador e oferece perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias enriquecendo a investigação (TRIVIÑOS, 1997, p. 146). Para Minayo (

1994) isto permite a ampliação da comunicação entre os interlocutores. Para Marconi e Lakatos, (1996) a entrevista semi-estruturada é definida como uma interação entre as pessoas e se dá a partir do diálogo. Desse modo, nem pesquisador nem os sujeitos da pesquisa são ocultos, ambos são impregnados de história e de possibilidades.

É importante mencionar que o diálogo entre entrevistado e pesquisador deve ser profissional. A entrevista traz algumas vantagens para a pesquisa qualitativa, pois permite captar de forma imediata as informações desejadas e realizar a coleta de dados com qualquer tipo de informante. O assunto em pauta pode ser tratado de modo informal, porque o entrevistado deve ter a liberdade de desenvolver a temática na direção que considere melhor. Utilizamos também a técnica de Grupo Focal com um grupo de alunos das quintas séries onde o projeto foi desenvolvido. Este instrumento de coleta de dados distingue-se por ser um recolhimento de experiências diversas. Consiste em explorar um tópico com um grupo de pessoas, para captar as diferentes visões sobre a temática a ser trabalhada e suas representações sociais do cotidiano escolar dos sujeitos pesquisados. O grupo focal é definido por

{...} uma técnica de investigação qualitativa utilizada para buscar as respostas aos "porquês" dos comportamentos sociais, considerando o vocabulário de motivo dos participantes do grupo. É uma fonte de informação largamente utilizada quando se procura entender as atitudes, idéias, crenças e valores de uma comunidade. Essa técnica oferece informações às necessidades de uma avaliação de maneira rigorosa e científica, permitindo entender os processos de construção da realidade cultural de membros de grupos específicos, que são representativos da população estudada (ABRAMOVAY et alli, 2001, p.30, apud GROSSI et al., 2003, p. 13)

O grupo focal constitui-se uma forma de investigação do objeto que se propõe a estudar; para Minayo (2001, p. 58), sua aplicação se dá em uma ou mais sessões em grupos de 6 a 12 componentes, com um animador que faz intervenções no decorrer das discussões. O papel desse animador não se restringe meramente ao aspecto técnico. A relevância de sua atuação está na capacidade de interação com o grupo e de coordenação da discussão. A

seleção dos participantes ocorre a partir de grupos com opiniões e idéias voltadas para o interesse da pesquisa.

Gaskel (2002, p. 76) fundamenta a metodologia de grupo focal como:

{...} uma sinergia que emerge da interação social. Em outras palavras, o grupo focal é mais do que a soma das partes. É possível observar o processo do grupo, a dinâmica da atitude e da mudança de opinião e a liderança de opinião. Em um grupo pode haver um nível de envolvimento que raramente é visto em entrevistas a dois.

No que se refere ao grupo focal realizado, foi articulado um grupo de 8 alunos, sendo quatro meninas e quatro meninos, dois de cada uma das quatro 5ª séries onde foi desenvolvido o trabalho, escolhidos por duas profissionais, uma da Biologia e outra do Serviço Social. Mas ocorreu que no dia e local marcado, vieram apenas quatro adolescentes, três meninas e um menino, dois deles acompanhados de suas mães. A justificativa pela ausência na ocasião era o fato de ter sido uma manhã de inverno chuvosa de muito frio.

Como procedimento foi informado aos alunos voluntários do que se trataria o encontro, foi realizada a leitura do termo de consentimento informado livre e esclarecido (em anexo), anteriormente aprovado pela direção da escola, e posteriormente assinado pelos participantes do encontro.

Victora (2000) dá orientações práticas para a realização do grupo focal, orientações essas que foram seguidas pela pesquisadora. Segundo a autora, a técnica se divide em três fases.

A 1ª das fases se refere à organização, onde destacamos o que foi realizado:

1- Contato com a direção da escola para permissão da realização do grupo focal;

2- Contato com as Assistentes Sociais e Biólogas envolvidas no projeto para que fosse feita a seleção dos alunos participantes do grupo focal, onde os critérios seriam eleitos por elas;

3- Preparação das questões norteadoras do grupo focal;

4- Organização do material a ser utilizado: gravador e termo de consentimento livre e esclarecido;

5- A preparação da biblioteca da escola que foi disponibilizada como espaço físico para realização do encontro.

A 2ª fase à qual a autora se refere, se deu na realização propriamente dita do encontro:

1-Acolhida dos adolescentes e das mães que vieram acompanhar os filhos e que posteriormente se retiraram;

2- Informação sobre o encontro;

3-Abertura para os alunos fazerem perguntas, questionamentos, esclarecerem dúvidas;

4-Realização do grupo focal com duração de 55 minutos aproximadamente;

5- Agradecimentos e informações quanto à devolução da pesquisa.

A 3ª fase constituiu-se a mais desafiadora, deu-se a partir de:

1-Transcrição da fita;

2-Categorização e codificação;

3-Análise do material a partir do referencial teórico da análise de conteúdo de Moraes, (1998).

Nossa preocupação ocorreu com a busca de dados qualitativos, pois tínhamos interesse nas vivências desses sujeitos sociais frente à temática do meio ambiente, violência, bem como da cultura da paz. Na perspectiva de garantir a veracidade da fala dos sujeitos, as entrevistas as falas do grupo focal foram gravados, com o devido consentimento informado e posteriormente transcritas para análise.

2.4 Procedimentos para Análise dos Dados

Com o término do trabalho de campo e de posse do material obtido nas entrevistas e falas do grupo focal, fazemos a organização dos dados e sua representação e descrições em tabelas para posterior interpretação e análise de conteúdo. A partir dos pressupostos básicos de pesquisa, temos a clareza de que não se pode admitir visões isoladas, estas devem ser relacionadas com o contexto social, com o objetivo de desvelar ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes que à simples vista não se apresentam com a devida clareza (TRIVIÑOS, 1997).

Nossa sistematização teve por objetivo estabelecer diferentes olhares diante de um mesmo fato social norteados por uma intencionalidade. Frente à riqueza das informações e para buscar articulação entre os fatos, as falas, e extratos do relatório construído pelos sujeitos pesquisados a partir da realização do projeto piloto na Escola Estadual General Ibá Ilha Moreira, fizemos uso da proposta metodológica da análise de conteúdo que é definida por Bardin (1977, p. 42) como

Um conjunto de técnicas de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a interferência de conhecimentos relativos as condições de produção/recepção destas mensagens.

Ao mesmo tempo, na concepção de Triviños (1997), a análise de conteúdo pode servir de auxílio para o pesquisador como um instrumento de maior profundidade e complexidade, como é o caso do método dialético crítico. Especificamente neste caso, a análise de conteúdo forma parte de uma visão mais ampla fundamentada nas características da dialética.

A análise de conteúdo é uma técnica de investigação pela qual se sistematiza, a partir do processo de categorização, o conteúdo obtido na coleta de dados. A mesma autora refere que a análise de conteúdo tem um rigor que é marcado pelo aspecto da comunicação a partir de diferentes formas, e o tratamento descritivo desse processo constitui um dos primeiros procedimentos.

Prates (2005/01), fundamentada em Chizzoti (1995) refere que a análise de conteúdo sendo um método de tratamento e análise das informações obtidas por meio de técnicas de coleta, constitui-se um documento. Bardin (1977), refere-se a esse processo como um procedimento que pode privilegiar o processo de análise passando da mera descrição para a interpretação do conteúdo. Fazem parte desse processo várias etapas que constituíram o “corpus”⁶ entre as quais estão presente a exaustividade, a representatividade, a homogeneidade e a pertinência. E a fase da interpretação inferencial, uma das mais importantes desse processo, é constituída pela análise, explicação dos conteúdos realizados a partir da mediação entre o conteúdo descrito e a teoria que orienta o objeto de estudo (PRATES, 2005/01).

A análise de conteúdo se desenvolve em três fases que são a pré-análise, nesta, faz-se a leitura flutuante⁷, exploração do material e tratamento dos dados, inferência e interpretação (BARDIN, 1977). A análise de conteúdo deve ultrapassar o senso comum na interpretação. Neste sentido, o pesquisador deve ser vigilante consigo mesmo e com o processo.

Entendemos que as metodologias de intervenção testadas e selecionadas pelo projeto poderão servir como subsídios para a compreensão dos processos de trabalho dos Assistentes Sociais e formulação de políticas públicas para a implementação do desenvolvimento sustentável como complementação do conteúdo escolar e a construção de uma cultura de paz nas escolas.

Para a realização da análise de conteúdo foi utilizado a técnica de Moraes (1998)⁸. A partir da leitura do texto deste autor, fomos retirando extratos do material selecionado para análise fazendo a codificação com o objetivo de que esta possa permitir a representação do conteúdo, escolhendo a

⁶ “Corpus é o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”.

⁷ “leitura flutuante é a primeira atividade e consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações” (Bardin, 1977).

⁸ Doutor em Ciências Humanas e professor adjunto da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

unidade de registro⁹. A metodologia deste autor constitui-se em destacar da fonte de informações, passagens significativas que estão relacionadas com o objeto em estudo. A partir de então, esse material é selecionado e categorizado, o que leva a uma estruturação para que seja a partir disso, construído uma fundamentação teórica. Neste processo de fundamentos teóricos estão presentes os elementos básicos para uma análise de conteúdo que contém unitarização, categorização, descrição e interpretação.

Moraes (1998), assim como Bardin (1977), também se refere ao corpus, que deve ser submetido à análise, antes disso, ele é submetido a uma codificação preliminar identificada neste trabalho. Anterior a isso o material a ser analisado é submetido a sucessivas leituras com o objetivo de prepará-lo para as fases seguintes. Posteriormente, vem a definição das unidades de análise entendidas também como unidades de registro, bem como unidades de significados (Moraes, 1998).

O passo seguinte é a leitura dessas unidades de registro, procurando proximidade de uma unidade à outra fazendo agrupamentos e formando conjunto de unidades de forma codificada, constituindo-se a categoria inicial que resulta em um número considerável de categorias finais. No desenvolvimento do processo de categorização, algumas se aproximam a partir de seus significados e essas novas categorias formadas a partir das categorias iniciais são denominadas de categorias intermediárias, recategorizando-as, vamos encontrar as categorias finais. O passo posterior é a interpretação que se constitui como algo imprescindível neste tipo de metodologia. A interpretação entendida como o momento inferencial consiste em explicar novas compreensões acerca do fenômeno estudado, possibilitado pelo conjunto de categorias construídas (MORAES, 1998).

No que se refere a esta pesquisa, foi utilizada a análise de conteúdo das mensagens expressas verbalmente através das entrevistas e as descritas nos documentos de registros das ações realizadas pelas assistentes sociais da ONG REDECRIAR. Essas ações foram divididas em eixos temáticos que

⁹ “unidade de registro é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base... e pode acontecer em nível semântico – tema – ou em nível aparentemente lingüístico – a palavra ou frase” (Bardin, 1977).

posteriormente se transformaram em categorias finais da análise: desenvolvimento sustentável, cultura de paz, processo de trabalho, violência no meio escolar e interdisciplinaridade. Com o intuito de, a partir do diálogo com diferentes autores sobre as temáticas em foco, investigá-las, referenciar e aprofundar o objeto de estudo.

3. APRESENTANDO A REDECRIAR – RECICLANDO A CIDADANIA EM REDE INTERDISCIPLINAR

3.1 Processo metodológico do projeto piloto Reciclando a Cidadania em Rede Interdisciplinar: ONG REDECRIAR

O Projeto Piloto Reciclando a Cidadania em Rede Interdisciplinar teve sua origem a partir da constituição de um grupo de estudos de cinco assistentes sociais, graduadas em Janeiro de 2005, pela Faculdade de Serviço Social (FSS) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Esse grupo iniciou encontros semanais, logo após a Colação de Grau, como forma de aprofundar e dar continuidade aos conteúdos estudados na graduação. A cada segunda-feira, eram debatidas questões relacionadas ao mercado de trabalho, bem como os rebatimentos da insuficiência de ofertas para a categoria na vida de cada membro do grupo. Neste sentido, cada participante trazia sugestões para o encontro seguinte, como filmes indicados pelos professores durante a Graduação; revisão das práticas de estágios profissionalizantes, realizadas em instituições Hospitalares, Comunidades, Assembléia Legislativa, SESI, entre outras.

A experiência prática - comum a todos os participantes do Grupo de Estudos - foi realizada em uma Escola Municipal na Vila Nossa Senhora de Fátima, em Porto Alegre, como conteúdo curricular vigente de várias disciplinas do Curso de Serviço Social da PUCRS. A partir do resgate dessa experiência em comum foi delineado o esboço de um projeto de intervenção incluindo escolas públicas, de forma a enfrentar a Questão Social expressa na evasão escolar e na dificuldade de aprendizagem - demandas já identificadas no processo de formação profissional.

Na busca de uma temática que prioriza uma perspectiva de afirmação da vida e de direitos, o Desenvolvimento Sustentável ocupou espaço central nos debates. Nesse sentido, o direcionamento das ações dessa nova jornada

se tornava convergente ao objetivo do milênio, definido pelo Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento Mundial (PNUD).

O pressuposto básico do Desenvolvimento Sustentável se refere ao equilíbrio entre as questões social, econômica e ambiental.(SATTLER; 2004). Para atender a integralidade dessas questões, foi identificada a necessidade de inserção de um profissional da área ambiental no Grupo de Estudos. A partir da inclusão de uma Bióloga e de uma Nutricionista, a Rede Interdisciplinar se capacitava para elaborar um Projeto consistente a ser oferecido formalmente em instituições públicas e privadas. Elaborado o projeto, seguiram-se as ações que levaram a sua implementação em uma Escola Estadual do Bairro Jardim Carvalho, constituindo-se assim, como Projeto-Piloto. Os resultados dessa experiência propiciaram, em março de 2006, a instituição da Organização Não-Governamental REDECRIAR.

O foco do trabalho no Desenvolvimento Sustentável contribuiu com a definição do objetivo geral do projeto, qual seja:

Intervir, delimitando e problematizando questões de preservação ambiental de base sustentável, a partir da identificação do conhecimento já instaurado nos sujeitos da ação profissional, promovendo sentimentos de pertencimento social e cidadania.

Definido o objetivo, foi criada uma metodologia de trabalho pautada no diagrama conceitual apresentado na Figura 3 dirigida a um público-alvo coletivo, constituído de quatro turmas de alunos, seus pais e professores, conforme demonstram as Figuras 3 e 4 a seguir:

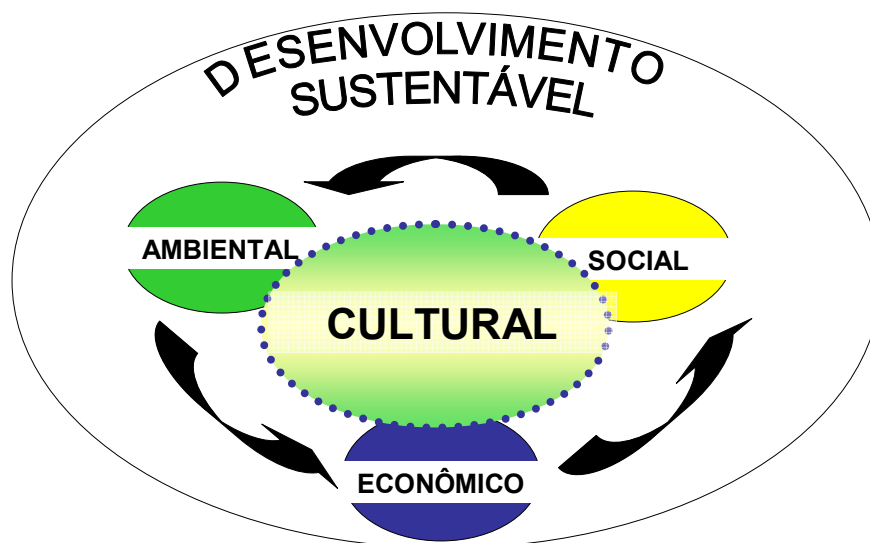


Figura 3: Diagrama Conceitual Desenvolvimento Sustentável

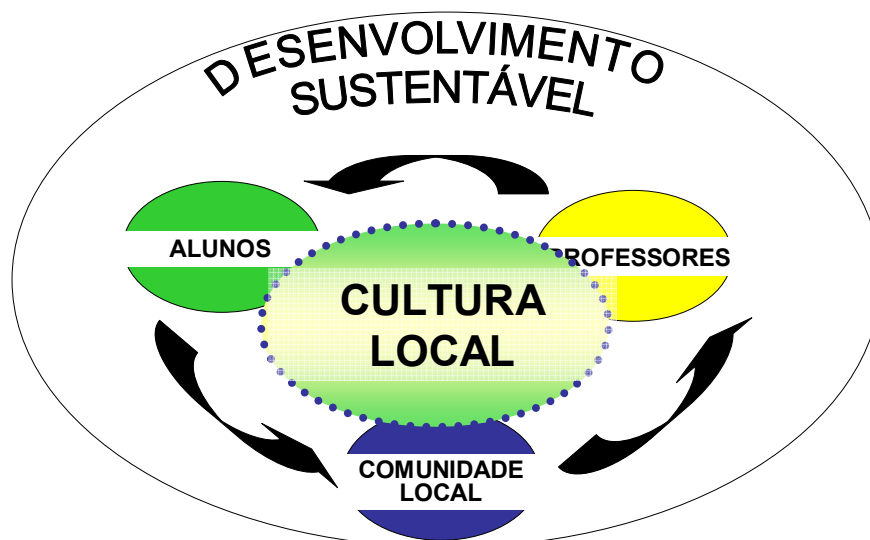


Figura 4: Diagrama Metodológico do Desenvolvimento Sustentável

Após a apresentação do projeto à diretora e a um grupo de professores, a sua implantação foi aprovada na Escola Estadual de Ensino Fundamental General Ibá Ilha Moreira e contou com recursos econômicos de

seus autores. A instituição conta com um quadro de trinta e oito professores e uma média de novecentos alunos, matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

As atividades realizadas na Escola foram desenvolvidas num período de três meses, entre maio e agosto de 2005, e planejadas de tal forma que, a cada semana, utilizavam-se períodos de diferentes matérias, evitando lacunas nos conteúdos de uma só disciplina.

As três primeiras intervenções visaram à sensibilização de todos os envolvidos no projeto, por meio de imagens que refletem as condições do planeta num futuro projetado para o ano 2070, evidenciando as relações entre os seres sociais com a falta d'água. A sensibilização potencializou a mobilização dos agentes sociais para implementação de ações que visavam à transformação de determinadas faces daquela realidade.

O trabalho realizado com os Professores foi conduzido por duas assistentes sociais, duas tardes por semana. O conteúdo relacional direcionou técnicas de escuta sensível sobre as demandas sócio-educativas; a instituição de uma nova relação articulada com a comunidade local; e estimulou a integração da temática às disciplinas do currículo vigente.

As atividades desenvolvidas com os alunos priorizaram a questão ambiental e foram executadas por duas assistentes sociais e duas biólogas, em oito intervenções nas salas de aula, durante encontros semanais de duas horas-aula em cada turma. O trabalho contou com técnicas reflexivas, estimulando relações de troca entre os jovens e seus pais, expressas na separação e aproveitamento de lixos, no cultivo de hortas e compostagens domésticas. As ações foram realizadas com quatro turmas de quinta série, as quais foram denominadas conforme os elementos que atribuem vida ao Planeta: Ar, Água, Fogo e Terra. O propósito dessa analogia foi atribuir novas perspectivas de vida ao ambiente institucional.

O conteúdo trabalhado com a comunidade local foi econômico-ambiental, contando com dinâmicas reflexivas que focalizavam as potencialidades dos sujeitos para geração de renda e qualidade de vida. As atividades foram desenvolvidas por duas assistentes sociais e uma bióloga, na

Associação de Moradores, articulando Conselho Tutelar, Escola e Posto de Saúde, num período de cinco meses, entre junho e novembro de 2005. O Conselho Tutelar, a partir das ações do Projeto, passou a se fazer presente na Escola, esclarecendo suas atribuições e auxiliando os professores na resolução de situações que se caracterizavam como evasão escolar. O Posto de Saúde passou a encaminhar usuários de seus serviços para as atividades que foram caracterizando-se como ações de promoção da saúde e prevenção de doenças.

O maior impacto das intervenções com a comunidade foi a criação de um programa de geração de renda pautado no conceito dos 3 Rs: Reduzir, Reaproveitar e Reciclar. Os participantes re-aproveitaram tecidos para confecção de fuxicos e criaram uma logomarca comunitária, a qual encontra-se atualmente, em processo de registro legal.

Os resultados alcançados com o projeto-piloto na Comunidade Jardim Carvalho evidenciaram que as ações de pequena expressão no cotidiano geram grande impacto no coletivo. Essas ações potencializaram e fortaleceram os reais atributos, sonhos e motivações dos sujeitos, os quais foram desvendados à medida que suas necessidades foram identificadas. Estimulados a criarem metas resolutivas para o enfrentamento dessas necessidades, os sujeitos passaram a propagar uma nova perspectiva de vida, o que promoveu a inserção de novos atores na rede para concretização dessas metas.

Todas as intervenções associaram a questão ambiental à social, cujo princípio fundamental se constitui na defesa da cidadania e da autonomia dos sujeitos. Tendo em vista a Metodologia do Trabalho em Redes Sociais como capaz de potencializar transformações coletivas, as ações de capacitação dos sujeitos da prática profissional foram fundamentadas nos seus pressupostos. (FALEIROS; 1999). O resultado dessas ações evidenciava-se na formação de uma matriz formada por sujeitos que se identificavam com a proposta e se capacitavam para atuar em outros espaços comunitários.

Nesse sentido, a Comunidade Jardim Carvalho se configurou como núcleo das ações do grupo de profissionais que se organizava para a formalização de uma instituição não-governamental.

Considerando que o foco do desenvolvimento sustentável é o equilíbrio entre a questão ambiental, econômica e social e que, na prática, há um embricamento entre elas, as ações foram realizadas, seguindo um planejamento dirigido a um público-alvo coletivo, tentando focalizar as questões para cada uma dessas categorias sistematizadas na figura 5 ¹⁰:



Fonte: OLIVEIRA, 2006.

Figura 5: Diagrama da Sustentabilidade

Os trabalhos foram desenvolvidos de forma diversificada com cada um do público-alvo, a cada um dando maior enfoque a uma determinada categoria que compõe o conjunto da sustentabilidade:

Alunos: conteúdo sócio-ambiental a partir de técnicas reflexivas, estimulando relações de troca com seus pais, expressas na separação e aproveitamento de lixos, no cultivo de hortas e compostagens domésticas. As ações foram realizadas com quatro turmas de 5a série do turno da tarde, as quais foram denominadas conforme os elementos que atribuem vida ao Planeta: Ar, Água, Fogo e Terra.

Professores: conteúdo relacional a partir de escuta sensível sobre as demandas sócio-educativas, estimulando articulação de saberes

¹⁰ Figura sistematizada pela autora

interdisciplinares e a instituição de uma nova relação com a comunidade local. As ações foram direcionadas a onze professores de 5ª série, buscando-se a adesão dos demais do turno da tarde.

Comunidade: conteúdo econômico-ambiental a partir de dinâmicas reflexivas buscando as potencialidades dos sujeitos para geração de renda e qualidade de vida. As ações foram desenvolvidas com membros da Associação de Moradores e do Posto de Saúde Jardim Carvalho, totalizando em média quinze sujeitos.

3.2 ONG – Reciclando a Cidadania em rede Interdisciplinar – REDECRIAR

No sentido de contribuir com a preservação dos recursos naturais aliado à geração de renda e à instituição de novas relações sociais baseadas na autonomia dos sujeitos, intervindo em Escolas Públicas, bem como nas comunidades do entorno no município de Porto Alegre, é que a ONG REDECRIAR – Reciclando a Cidadania em Rede Interdisciplinar foi constituída, a partir da construção e realização do Projeto Piloto: Reciclando a Cidadania em Rede Interdisciplinar (REDECRIAR, 2005).

A REDECRIAR fundada em outubro de 2005, mas apresentada oficialmente à sociedade em 23 de março de 2006, como uma nova forma de enfrentamento da questão social, no evento de lançamento ocorrido na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em parceria com a Faculdade de Serviço Social. A REDECRIAR tem como:

MISSÃO: “Investir no enfrentamento à questão social expressa no “extermínio” do ambiente, realizando ações que contemplem os pressupostos do desenvolvimento sustentável, na perspectiva dos direitos humanos”.

VISÃO: “Ser uma fonte de referência pública de alta credibilidade em educação sustentável”.

PRINCÍPIOS:

- Educação para a autonomia;
- Gestão democrática dos associados;

- Defesa dos direitos humanos;
- Garantia do exercício da cidadania;
- Serviço à justiça social;
- Eliminação de todas as formas de preconceito, ampliando a participação de grupos socialmente excluídos;
- Compromisso ético e político;
- Aprimoramento intelectual (RDECRIAR, 2005).

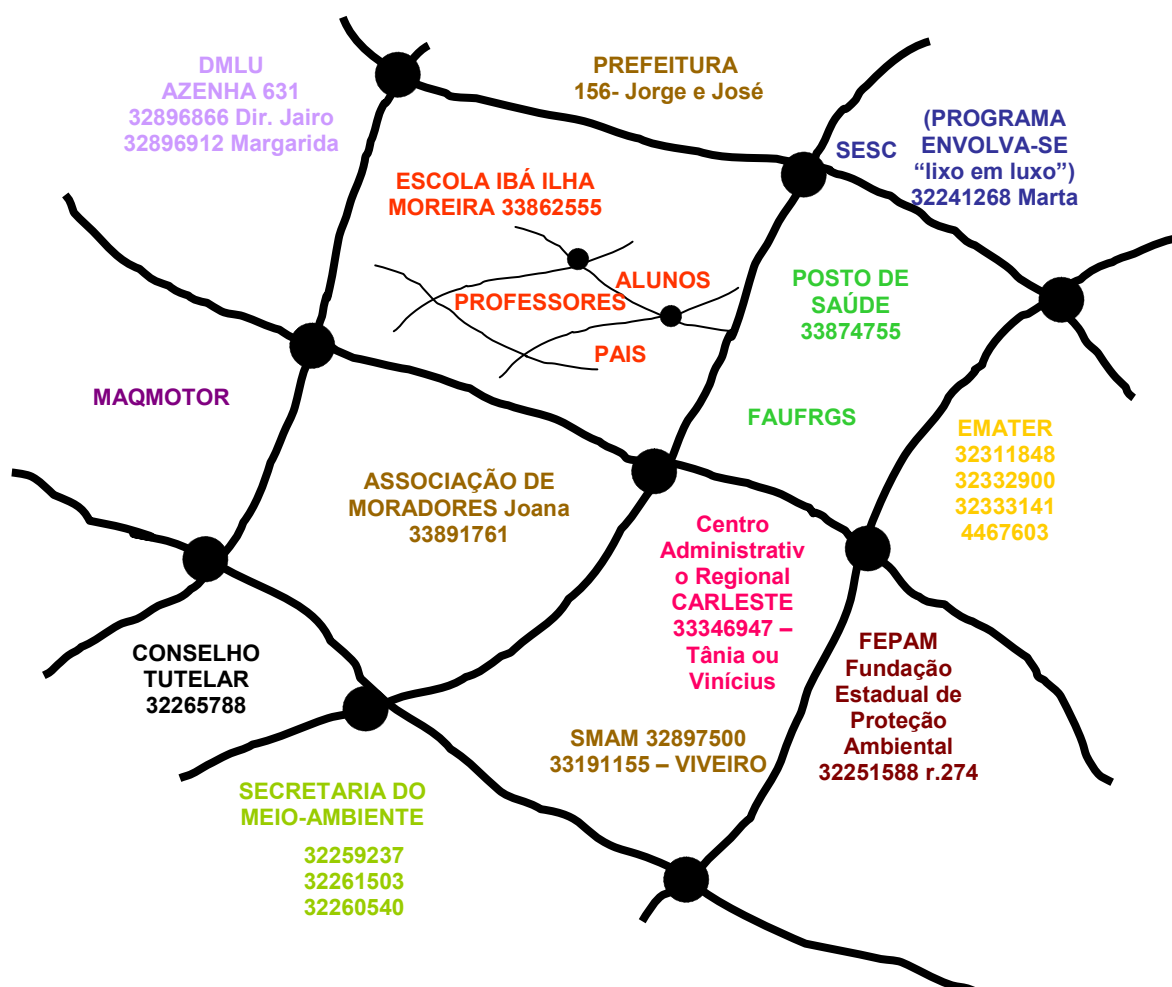
OBJETIVO:

“Desenvolver ações que promovam o processo de conscientização sobre a preservação ambiental, bem como sobre os princípios do desenvolvimento sustentável na perspectiva dos direitos humanos, visando à transformação de determinada realidade, não só a partir de um público-alvo, mas de um coletivo que convive num cotidiano globalizado constituído por hábitos domésticos que se reproduzem de forma inter e transgeracional” (REDECRIAR, 2005).

Diante de tais objetivos, percebe-se que o desenvolvimento sustentável caminha em direção à construção de uma sociedade que seja também sustentável, o que pressupõe o respeito ao meio ambiente, a busca da qualidade de vida a partir de formas concretas de enfrentamento da miséria, pobreza e exclusão social, expressões visíveis da questão social. Há no contexto atual, uma necessidade da sociedade organizar-se de forma diferente com a natureza e com seus modos de produção, levando em conta a pessoa humana. Uma sociedade sustentável compromete-se com a sustentabilidade da vida, e esta, se fundamenta na justiça social. A REDECRIAR vem complementar o trabalho que já vem sendo apreciado e desenvolvido por segmentos da sociedade na busca de condições sustentáveis de sobrevivência, por entender que é cada vez mais necessário iniciativas de concretização do desenvolvimento sustentável através do equilíbrio entre os setores econômicos, sociais e ambientais, para se ter maior qualidade de vida.

A ONG REDECRIAR trabalha na perspectiva da metodologia do trabalho em Rede Sociais que tem como pressupostos;

- Direitos sociais e Cidadania
- Trabalho coletivo e Objetivos em comum
- Solidariedade Responsável
- Relações Iguais x autoridade \neq autoritarismo
- Livre circulação de informações x não escondê-las
- Pertença social e inclusão
- Foco nas potencialidades, não nas fragilidades do sujeito
- Fortalecimento das relações sociais
- Estabelecimento de vínculos entre as instituições e sujeitos da teia, visibilizada na figura 6 a seguir com nomes fictícios :



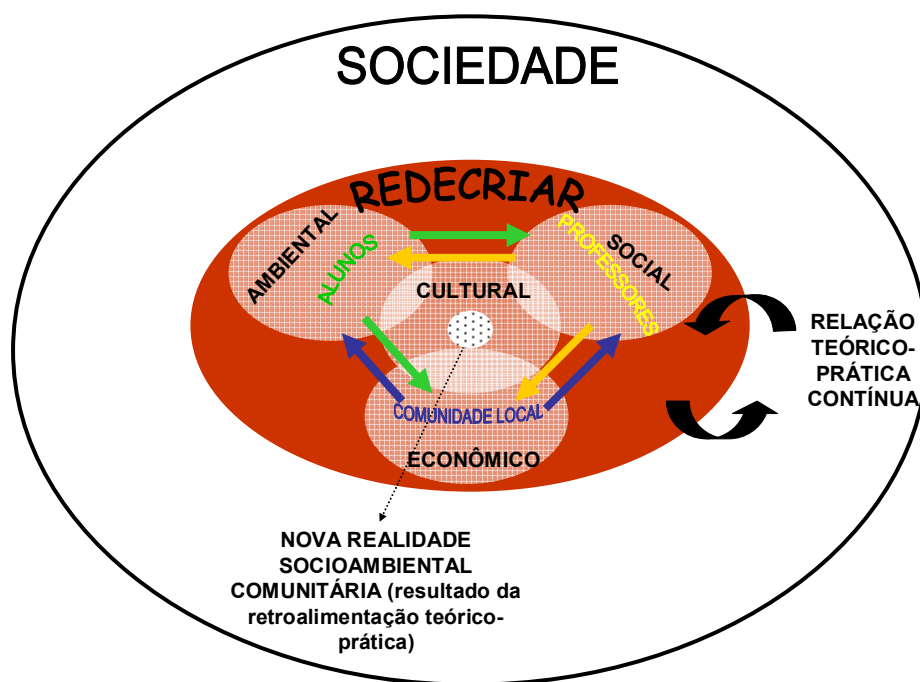
Fonte: REDECRIAR, (2005).

Figura 6: Composição da Rede de apoio do Projeto M

3.3 Dando continuidade à proposta

Na busca de uma nova realidade a ser estabelecida em cada comunidade dando continuidade ao projeto, onde o mesmo é implementado, a REDECRIAR criou um ciclo de ações que revelam o compromisso que assume com a sociedade, desde a sua constituição. Esse ciclo contempla a afirmação de uma relação teórico-prática contínua que se concretiza a partir da formação continuada de seus associados. O movimento de oxigenação do conhecimento aplicado gera a construção de um novo conhecimento que encerra um ciclo à medida que é difundido em diferentes espaços científicos e dá início a um novo processo de retro-alimentação teórica.

A dinâmica apresentada pode ser ilustrada pela Figura (FORESTI, et, alli,2006) :



Fonte: FORESTI (2006, et. Alli).

Figura 7: Movimento Sucessivo de Construção do Conhecimento Sócio Econômico-Ambiental

As parcerias estabelecidas propiciaram avanços e ampliações nos planos metodológicos da REDECRIAR, os quais podem ser evidenciados na criação de programas que são dirigidos a diferentes público-alvo. Relacionando

os direitos sociais, os deveres constitucionais e a necessidade de preservação ambiental às atividades dirigidas à população adulta, constituiu-se o Programa REDECRIAR RENDA. Estabelecendo as mesmas relações às atividades dirigidas à população infanto-juvenil foi criado o Programa REDECRI-ARTE-SAÚDE. Ambos os programas são concebidos com e pelo público-alvo de forma a respeitar as características de cada comunidade. As atividades visam à inclusão social do público adulto a partir da geração de renda, e do público infanto-juvenil a partir da arte expressa na dança (FORESTI et, ali, 2006).

Ao final de cada Módulo REDECRIAR é previsto um aumento no número de atores capacitados para multiplicação do projeto em outros espaços comunitários. Sendo a proximidade regional entre os sujeitos um fator facilitador da difusão dos conhecimentos e hábitos por eles adquiridos, atualmente, as ações da REDECRIAR estão focalizadas na elaboração de projetos de captação de recursos junto a organismos de fomento, para a implementação do Módulo 1 no entorno do núcleo formado pela Comunidade Jardim Carvalho, conforme mostra a Figura 8. Sendo a proximidade regional entre os sujeitos um fator facilitador da difusão dos conhecimentos e hábitos por eles adquiridos, atualmente, as ações da REDECRIAR estão focalizadas no planejamento das atividades de implantação do Módulo 1, localizado no entorno do núcleo formado pela Comunidade Jardim Carvalho, conforme mostra a Figura 8 :

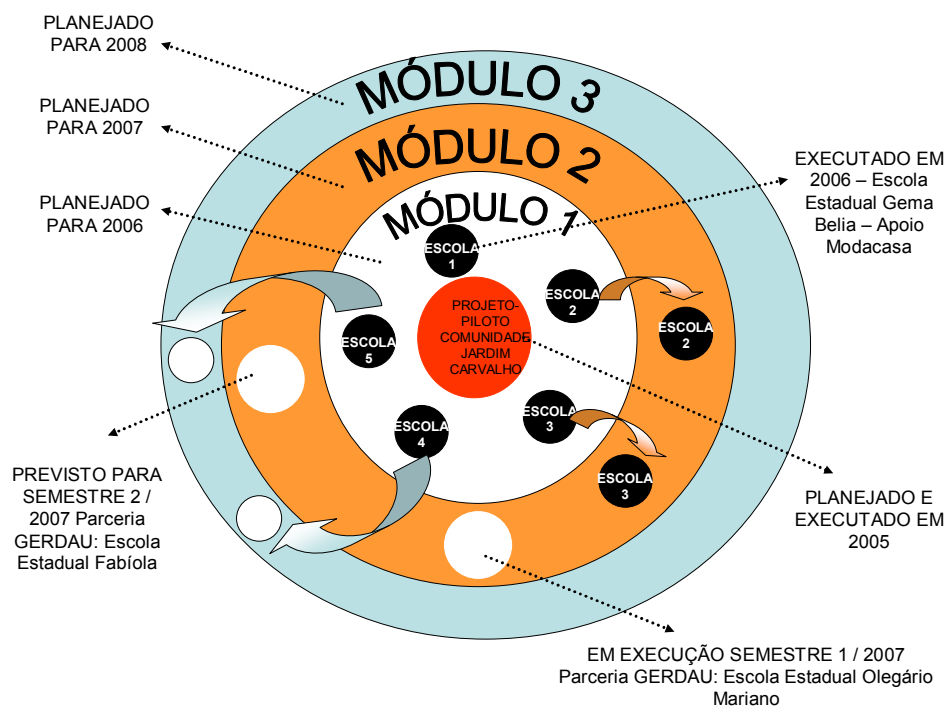


Figura 8: Diagrama de Aplicação dos Módulos REDECRIAR

Nessa perspectiva, na finalização do Módulo 1, já estão sendo encaminhados outros projetos que respondem a novas chamadas públicas, as quais possibilitarão a expansão do núcleo para a concretização do Módulo 2, formatado para atender mais cinco Escolas e assim, sucessivamente.

Os cuidados com os recursos naturais assegurados em Lei vêm sendo determinantes para a permanência e/ou inserção de organizações no mercado. Nesse sentido, o Desenvolvimento Sustentável apontado como objetivo do milênio pelo PNUD, se revela como elemento contributivo para as aprovações de propostas apresentadas pela REDECRIAR aos diferentes organismos. Essas propostas ganham espaço de atuação quando o tempo de execução do projeto é otimizado e dirigido à totalidade de um público-alvo coletivo pertencente a cada comunidade. A efetividade dos resultados planejados é proporcional ao número de participantes nos circuitos apresentados nas Figuras que seguem (FORESTI, et alli, 2006):

CIRCUITO SENSIBILIZAÇÃO

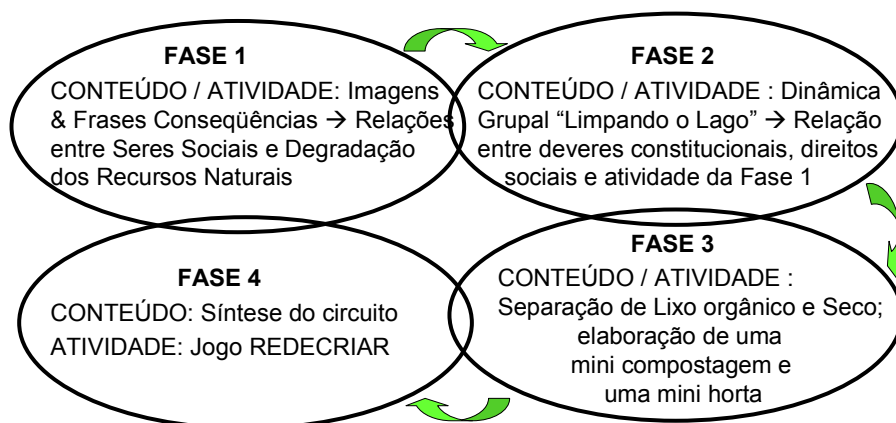


Figura 9: Circuito de Sensibilização REDECRIAR

Para atender a um maior número de participantes o mesmo circuito se faz presente nos diferentes espaços que integram uma comunidade. É importante ressaltar que a metodologia adota linguagem apropriada às respectivas faixas etárias que constituem o público-alvo coletivo de forma a estabelecer uma comunicação eficiente entre os integrantes da REDECRIAR e os usuários de seus serviços profissionais.

Uma vez que a inclusão de sujeitos amplia a rede social que se articula em vistas de um objetivo em comum, envolver professores de escolas e creches, bem como colaboradores de instituições privadas na execução das atividades, atribui eficácia aos resultados planejados. Esses sujeitos também podem corroborar com a multiplicação das ações instituídas e dar seguimento às atitudes e hábitos promovidos durante o desenvolvimento do trabalho.

Um meio efetivo de potencializar o poder de transformações singulares é criar espaços coletivos integrando diferentes instituições de um mesmo entorno para o reconhecimento público das aptidões de seus integrantes. Nessa perspectiva a REDECRIAR promove eventos de finais de semana, definidos como Ações Integradas, os quais têm o propósito de dar visibilidade ao trabalho realizado pelos Seres Sociais envolvidos com o Projeto. Nesses

eventos são reconhecidos, principalmente, aqueles atores que demonstraram superação de suas atitudes frente à relação sócio-ambiental.

Quando as intervenções são desenvolvidas no sistema de circuitos, o trabalho da ONG se focaliza no estímulo à criatividade das crianças e no subsídio à organização dos eventos a serem realizados por professores, colaboradores de empresas e lideranças comunitárias, como demonstra a Figura 10 (FORESTI, et alli, 2006):



Fonte: (FORESTI, et alli, 2006)

Figura 10: Circuito Metodológico para o Desenvolvimento Sustentável

As atividades do circuito criam elementos para que cada sujeito que compõe o público-alvo do projeto exponha as suas potencialidades e essas possam contribuir com o fortalecimento dos mesmos. A gestão dos projetos REDECRIAR está sistematizada da seguinte forma:



Figura 11: Gestão dos Projetos REDECRIAR

A integração entre as diferentes instituições de uma mesma comunidade capaz de gerar sentimento de pertença social podendo ser potencializado à medida que o reconhecimento tem um maior alcance, quando essas atividades se tornam Notícia divulgada na Imprensa e demais meios de comunicação.

4. APRESENTANDO A PESQUISA: ANALISANDO OS RESULTADOS

Este capítulo apresenta-se com a finalidade de dar visibilidade aos resultados obtidos na pesquisa realizada com assistentes sociais, bióloga, comunidade escolar e associação de moradores, no que se refere ao processo de trabalho das assistentes sociais. Para facilitar a demonstração dos dados, a análise foi feita através do agrupamento das categorias iniciais e intermediárias que resultaram nas categorias finais: desenvolvimento sustentável, cultura de paz, processo de trabalho, violência no meio escolar e interdisciplinaridade. Como forma de visualização das falas optamos por trazê-las em mapas a partir de cada temática abordada, com o objetivo de dar visibilidade para melhor entendimento da análise das mesmas.

4.1 Processo de Trabalho

A clareza do objeto de intervenção profissional é fundamental para se intervir na realidade social. Hoje, as mudanças macros societárias cada vez mais influenciam nas demandas profissionais, algumas se confirmam, outras se modificam. A questão ambiental, foco de intervenção das profissionais da ONG REDECRIAR, tem ganhado muito espaço nas discussões da sociedade. Conforme Gentilli (1998), a identidade do Serviço Social tem como base o processo de trabalho do assistente social, é ele que dá sustentação a partir do desenvolvimento das atividades dos profissionais. Este é “configurado por todo fazer profissional que abrange metodologias, arsenal técnico da profissão e

estabelecimento de diretrizes de ação”, (GENTILLI, 1998, p. 25). São as ações através do processo de trabalho, que organizam a profissão, a partir da singularidade dos sujeitos que a compõe.

As falas dos sujeitos pesquisados vem demonstrar o quanto o processo de trabalho das assistentes sociais se deu de forma educativa, priorizando a participação dos sujeitos envolvidos no processo como forma de exercitar e fortalecer a cidadania. Para Faustini (2004), os saberes práticos do assistente social são alimentados por saberes formalizados a partir da experiência acumulada na relação com o conhecimento científico adquirido na formação profissional e transposto para a vivência prática do exercício profissional. Os assistentes sociais da REDECRIAR se utilizam de estratégias diante das novas demandas que se colocam para a categoria profissional. O saber prático se articula com o saber formalizado na academia. Dessa forma, identifica-se que a prática do assistente social apresenta não apenas a capacidade de saber fazer, mas também uma posição política e ideológica permeada por uma intencionalidade, que colocada em cada intervenção leva o profissional a refletir sobre essas demandas, e, caso haja necessidade, reformulá-la, para que sua intervenção vá além das respostas imediatas (Bastos, 2004). Isto pode ser entendido como a articulação dos eixos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo que compõe os elementos da instrumentalidade do Serviço Social, evidenciados nas falas dos sujeitos entrevistados:

“O meu processo de trabalho iniciou com a sensibilização para a temática, trabalhando com grupo de professores, sobre os conceitos cidadania e meio ambiente, aplicados na prática do cotidiano deles, como redução da água, consumo de energia elétrica, separação e classificação do lixo, organização de horta doméstica” (S. 4)

*“Realizei meu trabalho seguindo ações que se repetiam continuamente, formando um ciclo: planejar, organizar, dirigir e monitorar. O **planejamento** contava com ações como: definir encontros de grupo para determinar os objetivos, método e metodologia do projeto; definir os objetivos e metas do grupo de profissionais; sistematizar a apresentação do projeto e proposta para implementação do piloto; fazer contato com escolas para agendar a apresentação da proposta; entre outros. À medida que se concluí a fase de planejamento, automaticamente se iniciava a **organização** das tarefas*

*necessárias para a materialização do mesmo, a qual, partiu do público-alvo coletivo. Para **dirigir** esta forma de organização das atividades se fez necessário, algumas vezes, o resgate das metas do projeto, bem como do grupo executor, já que nem sempre o planejamento prevê todos os caminhos e descaminhos que a execução apresenta. O **monitoramento** dessas atividades, focalizando nos resultados planejados, permitiu o redimensionamento de muitas ações. Estar presente nas instituições onde o projeto foi executado, foi fundamental para identificar as potencialidades e fragilidades dos sujeitos inseridos naquela comunidade e obter uma visão ampliada sobre as necessidades e respectivas formas de enfrentamento às mesmas.”(S.4)*

“No decorrer do desenvolvimento do projeto é importante salientar que houve um resgate da auto-estima do professor na reavaliação de valores, interação (professor X aluno, professor X escola e comunidade)” (S. 2).

“Ficou de tudo isto uma aprendizagem, que quando à predisposição, credibilidade, transparência, motivação e parceria é possível implantar, realizar e colher frutos no presente ou em um futuro não muito distante “ (S. 1)

“...a partir desse projeto me tornei uma Bióloga Social. Em todas intervenções procurava não apenas ver o foco do meio ambiente sozinho, mas sim como um meio em que todos nós fazemos partes e que as relações devem estar mais sólidas e fortalecidas para que consigamos mudar essa situação de vulnerabilidade que anda o nosso meio ambiente.” (S.7)

As experiências sociais dos sujeitos pesquisados demonstram que o processo de trabalho deve considerar as relações sócio-culturais da população atendida, onde as mesmas se aprofundam e se sustentam nas relações institucionais.

“O que contribuiu com a adesão de professores foi o fato das intervenções partirem de uma escuta sensível sobre as demandas sócio-educativas e a nossa disponibilidade em trabalhar com eles (professores), os meios de enfrentamento às mesmas. Os elementos que dificultaram o trabalho foi a falta de perspectiva de mudança de alguns professores que estão se aproximando da aposentadoria, a desesperança em resultados inovadores e a desarticulação dos mesmos com a comunidade local”(S. 1).

“A Direção e Coordenação da Escola promoveram algumas ações como: Criação do Conselho de Classe participativo, reunião de professores partindo da escuta sobre as demandas sócio-educativas, articulação com o Conselho Tutelar para enfrentamento de demandas sócio-educativas identificadas na reunião, participação em reuniões com Posto de Saúde e Associação de Moradores do bairro, pintura coletiva do muro da escola, contando com a coordenação de moradores do bairro” (S. 4).

“O atendimento era feito dentro dos horários das turmas, com a parceria de todas as áreas de conhecimento. Enquanto os alunos realizavam atividades concretas com os profissionais, os professores eram atendidos pelas Assistentes Sociais, que em alguns momentos revezavam-se com as biólogas em sala de aula” (S.3).

“Todas as turmas se apresentaram e a temática foi meio ambiente e cidadania. A Escola depois da implementação do projeto está se organizando de uma forma diferente, sempre ouvindo os alunos, dando espaço para as instituições do entorno entrarem na escola para eles resolverem assuntos pertinentes a alunos e àquela comunidade. As professoras foram capacitadas pelas integrantes do projeto e são multiplicadoras disso tudo. Levamos esperança e força de vontade, agora elas estão com a mão na massa” (S.7).

“... nós levamos uma dose de energia para aquele grupo de professores. Desde a implantação do projeto já vimos muitas coisas mudando na escola. Os professores estavam realizando trabalhos interdisciplinares e estavam sempre dispostos a nos ajudar. Logo após a implantação do projeto foi implantado na escola o Conselho de classe participativo onde um representante de cada turma leva para esse conselho reclamações e sugestões e depois leva o recado do conselho para os colegas da turma. Os professores também se organizaram para fazer a Ação Integrada da escola.” (S.7)

“Fizemos também a aplicação dos três R, reduzir, reutilizar e reciclar, para estimular a criatividade para a confecção de objetos artesanais com os alunos em sala de aula. Fizemos trabalho de escuta sensível realizada na sala de professores, relacionada às demandas sócio-educativas, sócio-econômicas, às quais subsidiam o planejamento de ações a serem desenvolvidos pelos professores” (S.1).

O Serviço Social realiza uma ação educativa que fortalece lutas e projetos sociais. Enquanto profissão interventiva, participa da luta por direitos de cidadania. A direção social do trabalho do assistente social se explica no

conjunto das relações existentes na trama social em direção às transformações societárias. Percebe-se uma articulação da rede do projeto piloto com a participação dos sujeitos, bem como a escuta sensível e o modo de organização, configuram um produto do processo de trabalho. A transdisciplinaridade aparece na falas de um dos sujeitos pesquisados, e a fundamentamos a partir da de Nicolescu (2000) que a define como o saber compartilhado que conduz a uma compreensão compartilhada baseada no respeito às diferenças entre os seres sobre uma única e mesma terra. O rigor, a abertura e a tolerância são aspectos fundamentais na visão transdisciplinar. Para Rodrigues (2000), ela apresenta-se no exercício crítico do pensamento, da ação e da experiência, onde estão incluídas as diferenças e os valores, na interação entre sujeito e objeto, com a compreensão de que a realidade é multidimensional.

O direito à palavra caracteriza-se como um fator inibidor da violência e é promotor da cultura da paz. A construção do conselho de classe participativo dá voz e vez aos alunos e transformam-se em ações interdisciplinares. As falas dos participantes da pesquisa revelam que as intervenções realizadas em rede dão maior resultado, é como por exemplo: maior participação dos alunos e da comunidade, integração da Associação de Moradores, do Conselho Tutelar, do Posto de Saúde, entre outros. Outro aspecto relevante identificado nas falas, está relacionado com as atividades, as mesmas estabelecem a relação entre as intenções dos profissionais e as reais demandas dos sujeitos envolvidos no projeto piloto:

“Trabalhamos com eles durante cerca de 3 meses, 1 vez por semana, com conteúdos de cidadania e educação ambiental, tentando identificar seus conhecimentos prévios, e despertando a curiosidade deles com dinâmicas lúdicas, utilização de música, produção de cartazes, caça-palavras, cruzadinhas, realização de horta, compostagem, produção do mascote, entre outras ações, finalizando com o jogo que procurava realizar uma síntese dos conhecimentos apreendidos” (S. 2).

“O objetivo da atividade era identificar formas de potencializar as características dos sujeitos para o enfrentamento das demandas locais. O que foi identificado então, foram habilidades artesanais como potencialidades e fragmentação dos sujeitos / instituições como fragilidades dos mesmos. Ficou

definido que os encontros semanais teriam o objetivo de propiciarem a troca de experiências artesanais entre os participantes “(S. 1).

“Entre momentos de entusiasmo e desânimo, o grupo chegou a organizar materiais para exposição no evento de encerramento do projeto na escola, o qual, seria realizado na Associação de Moradores. Chegaram a escolher uma Logomarca Comunitária para confecção de “detalhes em fuxico”” (S.4).

“O profissional do Serviço Social tem a capacidade de articular e fortalecer os vínculos entre os sujeitos, fazendo com que qualquer temática desenvolvida tenha resultados muito mais surpreendentes” (S. 7).

“No momento em que chegamos na comunidade para trabalhar, fazemos um reconhecimento e estudo institucional local, utilizando todos os recursos possíveis e disponíveis da própria comunidade “(S. 3).

A questão social exige do profissional do Serviço Social uma postura crítica constante diante da realidade social como problematização constante da mesma iluminados pelas categorias do método dialético crítico: historicidade, totalidade e contradição. A análise de conteúdo realizada a partir dos documentos da ONG REDECRIAR e da fala dos entrevistados, vem demonstrar que o processo de trabalho realizado pelas assistentes sociais se deu nesta perspectiva de problematização e intervenção na realidade no sentido de desenvolver uma prática com alcance social, efetividade e resolutividade. Prates (2003) vem fundamentar que o assistente social busca construir uma nova identidade não mais endógena a partir da aproximação com o contexto histórico no qual está inserido e pelos compromissos ético-políticos que ele assume e que lhe são exigidos pela sociedade. Esta nova identidade que vem sendo construída pela categoria, reconhece a historicidade dos sujeitos como unidades dialéticas em permanente processo de autoconstrução. Cada vez mais faz-se necessário profissionais comprometidos com a realidade, com o enfrentamento da questão social objeto de nossa profissão, a partir de um processo de trabalho, definido por Yamamoto (2001, p. 80) como:

{...} uma competência crítica capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de

ação para enfrentá-las. Supõe-se competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade, competência técnica e ética-política que subordine o como fazer ao que fazer, e este, ao dever ser, sem perder de vista seu encaixamento no processo social.

O assistente social é um trabalhador que desenvolve um processo de trabalho, as falas dos sujeitos dão visibilidade a esse aspecto presente no cotidiano destas profissionais ao desenvolverem ações com uma intencionalidade, ou seja; intervir na realidade social para transformá-la. Através do trabalho elas produziram valor de uso, mais ainda sem valor de troca, uma vez que o trabalho desenvolvido não foi remunerado. Prates (2003) define os elementos que compõe o processo de trabalho;

- A matéria-prima que são as relações sociais, a realidade social, os sujeitos sociais e a própria questão social;

- O objeto, que são as refrações da questão social e as organizações de resistência;

- Os meios de trabalho, tudo aquilo que utilizamos para realizar o trabalho;

- Ferramentas, que são os instrumentos e técnicas utilizadas nas intervenções.

Isso tudo se dá num cotidiano e conhecer esse cotidiano é imprescindível no processo de trabalho do assistente social, e é neste cotidiano que se materializam as ações rotineiras e as ações potencializadas (Prates, 2003), aspectos estes presentes nas ações das entrevistadas, norteadas por um projeto ético político presente no Código de Ética, na Lei de regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares que orientam a formação profissional. Para Prates (2003) esse projeto ético político do qual nos referimos se dá na construção de uma base norteadora coletiva hegemônica imbricada no movimento da sociedade, orientadas por concepções comuns, assumidas coletivamente. Os assistentes sociais pesquisados demonstraram estarem inseridos num cotidiano de prática profissional, onde construíram estratégias que possibilitaram fazer a leitura da realidade, planejar ações e executá-las em conjunto com os sujeitos envolvidos em suas

práticas, fazendo uso dos aspectos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, a partir de uma intencionalidade, valendo-se do método dialético. Tudo isso, a partir da utilização de subsídios teóricos citados pelos entrevistados como formas de socializar o saber e desenvolver a prática profissional:

“Os principais autores e temáticas que subsidiaram o meu trabalho foram: MARILDA IAMAMOTO e o CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL, com questões de fundamentação ética; BAREMBLITT, com diagnósticos e leituras de realidades institucionais; VICENTE DE PAULA FALEIROS, ANA MARIA DE VASCONCELOS e BERENICE COUTO, com questões metodológicas para a prática profissional. MYRIAM VERAS BAPTISTA para o planejamento e sistematização do projeto (S.4).

“Acredito que o Serviço Social contribuiu muito através da metodologia do trabalho em redes sociais. Através da articulação feita entre os integrantes do projeto e as instituições trabalhadas obtivemos muitos resultados positivos” (S.7).

As falas das entrevistadas dão visibilidade a aspectos concretos presente no processo de trabalho, como a escuta sensível¹¹, considerada importante para identificar as reais necessidades dos sujeitos, através dela pode-se construir vínculos¹² e desenvolver um trabalho efetivo onde haja comprometimento efetivo dos sujeitos envolvidos. É importante a valorização do acolhimento¹³ como parte do processo de trabalho, saber ouvir constitui-se uma das habilidades do assistente social, tornando sempre as ações do cotidiano ações extraordinárias, pois é no cotidiano de nossas ações que existem as possibilidades de transformação.

¹¹ Conforme Barbier (2002), a escuta sensível consiste em entrar numa relação de totalidade com o outro. Começa por não interpretar, e aceita surpreender-se pelo desconhecido. É uma arte e não uma ciência e se apóia sobre a totalidade da pessoa ou da instituição, ela é antes de tudo, uma presença meditativa.

¹² Para Silveira e Vieira (2005), o vínculo é processo de movimento em direção ao estreitamento de uma relação onde haja sentimentos mútuos de confiança.

¹³ Silveira e Vieira (2005), definem o acolhimento como um processo intercessor. No sentido da ação, pode criar atendimentos mais humanizados. O acolhimento pode ser expresso através de um olhar, de um sorriso, de uma palavra, bem como pode estar presente em todos os espaços de relacionamento dos seres humanos.

4.2 Interdisciplinaridade

Participar da vida constitui-se um ato de envolvimento interdisciplinar, pois a própria vida faz de nós seres capazes de construir redes com as pessoas que estão no nosso entorno. Nesta rede, vamos estabelecendo os nós que ou vão se fortalecendo ou vão se fragmentando. A rede é um dos aspectos principais da interdisciplinaridade, que constitui-se como um vínculo de reciprocidade e de interação entre os vários sujeitos que compõe o grupo interdisciplinar numa tentativa de unidade do saber, seja nas vivências pessoais, seja na prática social. Severino (2000) argumenta que numa visão interdisciplinar é necessário uma prática dialética entre as partes e o todo, onde o conhecimento é colocado no sentido de fornecer elementos para a construção de um projeto comum, de forma que o trabalho prático leva a uma postura interdisciplinar. A interdisciplinaridade não pode e não deve considerar a supremacia de um único saber, muito menos se elimina as diferenças, ao contrário, reconhece as diferenças e as especificidades de cada profissão sabendo que elas se encontram e se complementam num processo de concorrência solidária entre as diferentes áreas do saber, onde se reconhece a multiplicidade dos olhares diante de uma mesma realidade.

Hoje, são inúmeros os grupos sociais que pensam e repensam a realidade social. Entre estes grupos se encontra a REDECRIAR que através da prática de seus atores, entram no dinamismo da sociedade e nela inserem-se com o objetivo de contribuir na construção de uma nova sociedade. As falas dos entrevistados demonstraram que a interdisciplinaridade não se perde na delimitação de espaços, mas busca contribuir na resolução dos problemas sociais de forma coletiva. Experiência que se dá na utilização dos conhecimentos adquiridos, porque conforme Marques e Ramalho (2000, p. 61) “a vida não é só de um técnico ou de uma equipe”. Na equipe interdisciplinar, o assistente social trabalha como os demais técnicos, contribuindo de forma participativa, numa postura ética e política num processo educativo de conscientização e de organização. A perspectiva disciplinar proporciona a cada profissional a possibilidade de opinar, questionar, atuar na determinada ação

que está sendo proposta e/ou desenvolvida (MARQUES e RAMALHO, 2000). É o que se percebe nas falas dos entrevistados:

“Sabendo que a realidade é muito ampla e complexa, e que somente uma profissão não tem condições de responder a todas as demandas, o trabalho de forma interdisciplinar é indispensável, no qual os saberes não são impostos, mas se completam respeitosamente, tentando ver o indivíduo não fragmentado, mas como um todo” (S. 4).

“No fim, todas nós trabalhamos com a saúde, a exemplo da nutrição (última a ingressar), que procura identificar uma alimentação mais saudável para esta etapa de crescimento e transição; a biologia nos fazendo perceber que somos parte integrante do meio ambiente” (S. 1).

“Articulando e interagindo com as instituições locais todas as lideranças para discussão e reflexão sobre os problemas centrais da comunidade, conhecer suas causas e conseqüências e definir planos de ação para superá-los” (S. 5).

O trabalho desenvolvido na Escola Ibá, demonstrou através da fala dos sujeitos pesquisados, que o trabalho em conjunto é uma perspectiva de uma nova sociedade onde se rompe com modelos apreendidos na vida social banindo a idéia de autoridade e de poder que marcam nossas vivências na família, escola, trabalho, etc (MARQUES e RAMALHO, 2000). O processo de trabalho desenvolvido por estas profissionais nos desafiam ao trabalho em conjunto, com planejamento democrático, aspectos tão presentes nas teorias, mas ainda muito distantes das práticas profissionais.

As assistentes sociais, a partir do conhecimento do objeto de intervenção, por aproximações sucessivas através da escuta sensível e da leitura e análise da realidade da instituição, desenvolveram um processo de trabalho de forma interdisciplinar atingindo resultados que foram ao encontro dos objetivos propostos inicialmente. A ação profissional das mesmas nos confirma que cada vez mais é preciso ir além dos instrumentais buscando saídas coletivas para o enfrentamento da questão social. O profissional do Serviço Social deve estar sempre atento, com um olhar crítico em busca da construção de algo novo num processo constante reelaboração do objeto, o

que constitui uma estratégia profissional que supera os limites do cotidiano (BASTOS, 2004).

No decorrer da pesquisa identificou-se que o projeto de intervenção desenvolvido em escolas da rede pública de Porto Alegre, incentiva e desenvolve a participação dos sujeitos envolvidos. Participação que para SOUZA (1996, p. 81),

{...} é o próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, nos quais ele próprio está inserido. [...] A participação não é uma questão do pobre, do miserável, ou do marginal, é questão a ser refletida e enfrentada por todos os grupos sociais que não chegam a penetrar as decisões que dizem respeito às suas condições básicas de existência. Por este ângulo, participação, longe de ser política de reprodução da ordem, é, sobretudo, questão social.

As falas dos sujeitos pesquisados dão visibilidade ao processo de participação:

“De forma geral, os professores foram bastante participativos, e até mesmo os que não estavam diretamente ligados às turmas que estávamos trabalhando, acabaram contribuindo de uma forma ou de outra” (S.5).

“As famílias aderiram ao projeto através da primeira reunião realizada na escola onde trabalhamos a sensibilização e apresentação do projeto, de informações e indicações do Posto de Saúde local, dos estudantes da escola onde o projeto estava acontecendo. do Conselho Tutelar, após uma apresentação do projeto, e através do programa Geração de Renda desenvolvido com algumas pessoas da comunidade local” (S.2).

“Tivemos uma adesão muito positiva, aproximadamente 75 a 80 % do total dos professores, no início houve a resistência em instituir relações sociáveis entre escola e outras instituições locais, mas no decorrer do mesmo a adesão foi aumentando”. (S. 3).

“Pais de alunos e comunidade em geral,contribuíram na construção, organização e preparação de eventos, na produção de produtos artesanais confeccionados no conceito

de 3 R. Na frequência no programa de Geração de Renda, trabalhando nas oficinas existentes (S. 1).

O trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais apresenta aspectos da teoria do *empowerment*, desenvolvendo um processo de fortalecimento dos sujeitos envolvidos, enquanto sujeitos coletivos. Esse processo vai além do empoderamento do sujeito na sua singularidade, pois implica também um empoderamento social e político, que a longo prazo faz com que a ação do Estado seja mais responsável perante a sociedade, onde o processo se centra na comunidade local, exigindo reflexão crítica, participação, cuidado e um conjunto de ações orientadas no sentido de estimular os grupos que carecem de acesso a recursos, competindo mais efetivamente na luta para alcançar o sustento da instituição (OAKLEY e CLAYTON, 2003, p. 12). Salientamos a importância de não ver no processo de *empowerment* só apoio às iniciativas de determinado grupo ou comunidade, devendo-se reconhecer as habilidades dos sujeitos e as possibilidades que a instituição possa vir a desenvolver como estratégia de enfrentamento da exclusão. Pois o empoderamento

{...} se ocupa da comunidade coletiva, e por fim, da conscientização de classe, para entender de forma crítica a realidade com o propósito de usar o poder que ainda resta aos despossuídos, como ferramenta de desafio aos poderosos, e em última análise, para transformar a realidade através de batalhas políticas conscientes (CRAIG e MAYO, apud OAKLEY e CLAYTON, 2003, p. 11).

Foi na perspectiva de um trabalho a ser desenvolvido dessa forma que começou-se a construir o projeto, e posteriormente aplicado naquela realidade da Escola Ibá. Para isso, foram necessárias sucessivas visitas a ela, troca de informações, telefonemas, fax, e-mails, para garantir a participação ativa do corpo docente da escola, pois o que se queria era que eles se sentissem participantes, construtores, co-criadores, para posteriormente serem executores do projeto, como cidadãos responsáveis por algo que acima de tudo é deles e não nosso, mas sobretudo a partir do sentimento de pertencimento comunitário coletivo. Compartilhamos aqui do entendimento de Batista (1979, p. 50) sobre a comunidade como algo que “vai além de encontros

locais, mas que envolve intimidade pessoal e compromisso social, numa unidade social dinâmica”. A autora vê comunidade como

Uma unidade social cujos membros participam de alguma ação, interesse ou função comum, com consciência de pertencer a uma determinada área geográfica na qual a pluralidade de pessoas se inter-relaciona mais intensamente entre si que em outro contexto” (BATISTA, 1979, p. 50).

Conforme nosso modo de ver o contexto que vivemos atualmente, entendemos que o grande contraponto em nossa sociedade, que tem no individualismo um de seus grandes valores, é o sujeito interagindo com outros sujeitos, compartilhando afetos, esperanças, sonhos, conhecimento de vida, num processo gradativo. Foi essa realidade, que vimos na Escola General Ibá Ilha Moreira, articulada posteriormente com a comunidade local, uma verdadeira rede de colaboração, que conta com a participação de cada um, criando vínculos, com perspectiva de futuro e sentimento de pertencimento. É o que está presente nas falas dos sujeitos pesquisados:

“Algo muito positivo foi o fato deles levarem experiências vividas com a implementação do projeto para outras comunidades, socializando conhecimentos, aprendizados adquiridos através do mesmo. Solicitando e expressando o desejo de levar o projeto para outras comunidades de suas relações” (S. 7).

“Trabalho com os professores com atividades que respondam ao conteúdo relacional, a partir de escuta sensível sobre as demandas sócio educativa, estimulando a articulação de saberes interdisciplinares, estimulando a instituição de novas relações sociais iniciando pelo próprio corpo docente e expandindo para a comunidade local. Estimulando e auxiliando na capacitação de multiplicadores do projeto de forma a atribuir autonomia ao público alvo, fazendo com que se sintam parte da história, com sentimento de pertencimento social e cidadania” (S.1).

“À medida que o grupo chegava a um denominador comum a partir de reflexões coletivas, entendia que o conhecimento ambiental fosse trabalhado com os sujeitos de sua prática da mesma forma, ou seja, resultante de diálogos. Diálogos esses que respeitam o pensamento do outro e estimulam reflexões a

partir de técnicas sócio-educacionais que contemplam a articulação das diferentes matérias do currículo vigente” (S.4)

A aplicação do projeto prevê trabalho em equipe multiprofissional, a partir do referencial teórico de redes sociais que para Faleiros (1999, p. 170-180) significa

{...} um processo democrático de tomada de decisões e de implementação de ações, fundado no compartilhamento de valores e de propostas, onde é indispensável negociar diferenças e combater as formas e larvares de autoritarismo. O compartilhamento é uma construção em processo que se define pela expressão de valores comuns por parte dos envolvidos, convocados por uma liderança, e que vai se ancorando na mobilização dos atores e na discussão e superação dos conflitos. O trabalho em rede por envolver o deslocamento do poder, interfere no poder existente, e alguns certamente perderão poder ou terão essa sensação ao atuar em rede. Envolve a manifestação pública das dificuldades dos atores e a colocação de seus recursos para compartilhamento. O compartilhamento é portanto conflituoso e supõe a construção de contratos ou pactos para a ação, e por isso mesmo, temporários, implicando uma rediscussão periódica.

Através desse referencial, o grupo de profissionais buscou construir com os sujeitos das instituições onde o projeto foi desenvolvido, uma rede interna, que segundo Faleiros (1997, p. 25) pode ser entendida como “uma articulação de atores em si”.

Na intervenção em redes o profissional não se vê nem impotente nem onipotente, mas como um sujeito inserido nas relações sociais para fortalecer, a partir das questões históricas dos sujeitos para ampliação de seu poder, saber e de seus capitais. Trata-se de uma teoria relacional do poder, de uma teoria relacional de construção de uma trajetória (FALEIROS, 1997, p. 25).

O processo de construção de rede interna exige participação de profissionais qualificados e que os espaços institucionais sejam usados para construir e não para institucionalizar, onde se tenha flexibilidade para aprender, disponibilidade para compartilhar e qualificação para executar. realidade essa expressa nas falas que seguem:

“Respeitar o objeto de trabalho de cada profissional que desenvolvia o projeto e buscar os pontos de convergência entre eles foram os primeiros passos de nosso projeto interdisciplinar, rumo ao fortalecimento da cidadania. Entendemos que a temática da degradação ambiental envolve o estudo de um processo e não só dos resultados que se expressam na natureza. Nesse sentido, o ponto de convergência entre os profissionais se referiu às relações entre os Seres Sociais e dos mesmos com os recursos naturais ainda disponíveis no Planeta Terra” (S. 4).

“Duas biólogas e duas assistentes sociais trabalharam com os estudantes - conteúdo sócio-ambiental - duas assistentes sociais desenvolveram suas ações com os professores - conteúdo relacional respondendo às demandas sócio-educativas - e a equipe como um todo, se dedicou conforme o interesse pessoal, às atividades sócio-econômicas com a comunidade” (S. 7).

“Se deu o trabalho em rede entre as disciplinas e o Posto de Saúde, Associação de Moradores e Conselho Tutelar, como Agentes Multiplicadores” (S. 3).

Dessa forma, o trabalho tornou-se:

Síntese da experiência e conhecimento profissional dos atores em uma ação conjunta e participativa, que visa à construção de uma práxis interdisciplinar no atendimento a situações individuais e/ou coletivas que emergem em um determinado contexto social (TÜRCK, 1999, p. 3).

A partir das falas dos entrevistados, percebe-se que o grupo de profissionais desenvolveu esse processo de construção da rede de forma interdisciplinar.

O projeto busca desenvolver ações voltadas para o desenvolvimento sustentável, visando a sustentabilidade, através de parcerias com instituições públicas e privadas. A principal meta desse projeto é abrir novas frentes de atuação, que dêem respostas eficazes às demandas sociais emergentes, que em decorrência do contexto sócio-econômico brasileiro possuem características extremamente dinâmicas. A abrangência das parcerias propostas visa ao fortalecimento das instituições enquanto rede que trabalhe

com políticas sociais e com as demandas expressas na realidade das escolas públicas e do seu entorno social.

A população acessada é envolvida gradativamente no projeto, a partir das intervenções, considerando as capacidades individuais de cada sujeito, e as diferentes ações a serem desenvolvidas pela equipe interdisciplinar do projeto. O mesmo atuando em um público-alvo coletivo, pretende, segundo nosso olhar pesquisador, tornar-se importante referência no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e a cultura da paz. O cuidado com a terra, com as diversas espécies de plantas e com os animais e a água resgata na prática o verdadeiro sentido da ecologia, que inclui o cuidado com o ser humano. A conservação ativa e o uso de recursos vitais de forma ética pode fazer com que a população incluída nele tenha a oportunidade de resgatar o sentido do cuidado consigo mesma e com a comunidade.

A pesquisa identificou uma prática coletiva do Serviço Social com a equipe da ONG REDECRIAR e com os demais sujeitos inseridos na rede onde o projeto foi desenvolvido. Na concepção de Pereira (2005), as práticas coletivas são educativas e transformadoras, porque fazem surgir trocas verdadeiras que levam à construção de propostas emancipadoras num espaço coletivo democrático, num questionamento constante da realidade vivida. As práticas educativas são transformadoras porque estão inseridas numa realidade concreta onde os profissionais estão intervindo de forma educativa e ao mesmo tempo em que educam estão se educando, estabelecendo um dinâmico movimento dialético, respeitando os saberes, os valores e a cultura dos sujeitos envolvidos. Foi o que identificamos na pesquisa, quando o grupo de trabalho junto das mulheres da Associação de Moradores definem que trabalharão com fuxicos, pois esta se constitui uma das principais habilidades deste grupo. E, ao mesmo tempo em que confeccionavam coletivamente os trabalhos com fuxicos, partilhavam suas vidas, seus problemas, e juntas, de forma coletiva buscavam alternativas para resolvê-los. A prática educativa faz no dizer de Boff (2000) é a prática do cuidado, inerente a cada ser humano, vivenciado na história de vida, na perspectiva de formação humana num processo de construção da realidade que é decifrada e reinventada a cada momento. Kern e Bellini (2006) falam da necessidade de se desenvolver um

trabalho em rede, entendendo esta categoria como uma estratégia de intervenção como perspectiva de construção de uma vida mais plena.

4.3 Desenvolvimento Sustentável

As falas dos sujeitos da pesquisa, adolescentes, revelam a apropriação dos conhecimentos acerca do desenvolvimento sustentável bem como ações de multiplicação por parte dos familiares, prevenindo pichações, plantando hortas, e na Associação de Moradores, adotando práticas como reciclagem, separação do lixo orgânico, entre outros:

“... cuidar dos rios, porque a água é muito importante, sem água a gente não vive... evitar o desmatamento”. (G.F.)

“O meu pai fez uma hortinha lá em casa, porque eu falei do que a gente fez aqui na escola” (G.F.)

“...a gente transplantou para o terreno da associação as mudas e foi feito uma horta lá”. (G.F.)

“A gente pediu uma caixa para colar o lixo seco aqui na escola” (G.F.)

“...meu pai agora olha programas de meio ambiente, esses dias passou na TVE e ele me chamou pra ver” (G.F.)

“...tinha um menino pichando o muro da nossa rua e minha mãe falou pra ele não fazer isso e ele saiu” (G.F.)

O desenvolvimento sustentável é visto como um preceito ético, pois ele se refere tanto às questões de equidade, quanto às teorias do aquecimento do planeta. Ele está relacionado à cultura, ao saber, aos valores que a sociedade cultiva e a forma como as pessoas se relacionam com os demais. É uma forma pela qual determinada parcela da humanidade vem criando novas bases de relação entre a população e o habitat que sustenta a vida humana. O desenvolvimento dos países não pode ocorrer quando o preço é a provocação de danos irreparáveis ao meio ambiente, nem tão pouco a conservação do

meio ambiente deve se dar quando o preço pelo mesmo é deixar grande parte da humanidade na pobreza (IBAMA, 1999). O trabalho desenvolvido pelos profissionais da ONG REDECRIAR aponta para a necessidade da sociedade caminhar em direção à construção de um equilíbrio entre os fatores ambientais, econômicos e sociais, e isto consiste na sustentabilidade que é o fator principal do desenvolvimento sustentável.

Para Boff (1999), a sociedade vive uma crise civilizacional, e a mesma nos leva a um novo paradigma de convivência que funde uma relação benfazeja com a terra, inaugurando um tipo de respeito e cuidado e preservação de tudo o que existe e vive. Alternativas que representam uma esperança. O autor fala de um Ethos no sentido originário de casa humana, ou melhor dizendo; “aquela porção do mundo que reservamos para organizar, cuidar e fazer nosso habitat”(BOFF, 1999, p. 27).

O cuidado é algo que está na raiz primeira do ser humano, mas é preciso saber cuidar, a necessidade do cuidado tem que passar pelo coração e não apenas pela consciência, pois é o sentimento, aquilo que passou por uma emoção que provoca cuidado e deixa marcas profundas que podem permanecer definitivamente. Neste sentido, cada ser humano precisa desenvolver e/ou fortalecer sua dimensão anima, o que significa conceder direito de cidadania à nossa capacidade de sentir o outro, de guiar-se mais pela lógica do coração e do cuidado, da gentileza, da cordialidade, do que da lógica da conquista do uso utilitário das coisas, a partir de um relacionamento de humanos entre si e com a natureza articulando uma troca de saberes. As falas dos sujeitos dão visibilidade a essa realidade:

“No momento em que houver realmente um envolvimento e comprometimento da sociedade, passando a aplicar realmente o Desenvolvimento Sustentável, haverá um certo equilíbrio entre o social, econômico e ambiental, certamente isso levará a instituição de novas relações sociais baseadas no respeito pelo ser humano, na dignidade, na valorização da ética e dos princípios básicos do cidadão”(S.1).

“É com a perspectiva de equilíbrio que o desenvolvimento pode estar ajudando na prevenção da violência. No momento em que cada sujeito envolvido nesse processo estiver atuando em equilíbrio, outros valores terão na sociedade” (S.7).

“Que a consciência ecológica deve partir de dentro de nós, para assim podermos respeitar uns aos outros, o que nos remete ao serviço social, como forma de lidar melhor com nossas relações sociais, familiares, comunitárias, pois é neste âmbito que criamos nossa identidade, e inscrevemos nossa participação social”(S.4).

As intervenções realizadas com os professores visaram à sensibilização por meio de imagens que refletem as condições do planeta. A sensibilização potencializou a mobilização dos mesmos para implementação de ações que visam à transformação da realidade que estava sendo evidenciada para os professores. Estas intervenções foram realizadas por duas Assistentes Sociais, duas tardes por semana. Tinham por objetivo articular o conteúdo das respectivas disciplinas à temática de preservação do meio ambiente e cidadania, durante o período em que se efetivava a intervenção com os alunos em sala de aula. As falas dos sujeitos pesquisados refletem a dimensão do processo de conscientização referente aos cuidados como o meio ambiente:

“A implementação de novos hábitos domésticos, como a separação de lixo, o cultivo de hortaliças e o aproveitamento de resíduos sólidos na criação de objetos artesanais. Uma das reivindicações dos participantes foi de estendermos o período de encontros até o final do ano, e não até outubro, como havíamos proposto” (S.4).

“Se considerarmos que cada um de nós é parte integrante e responsável pelo meio ambiente, esta é uma relação vital para nosso bem-estar. Tende-se a pensar somente em si próprio, e imaginar que não tem problema poluir, pois não estarei aqui para sofrer as conseqüências. Porém devemos pensar nas gerações futuras, e que estes hábitos são passados de pai para filho” (S.5).

“O Desenvolvimento Sustentável visa o equilíbrio entre as questões ambiental, econômica e social, entendo que as ações nele fundamentadas possam promover à população, maior acesso a bens materiais e de serviços básicos para a sobrevivência”. (S.1).

“Aplicando o desenvolvimento sustentável através de projetos de educação Ambiental é a maneira mais direta e funcional de se atingir pelo menos uma de suas metas: a participação da população, que sem ela não poderemos aplicar o desenvolvimento Sustentável de forma efetiva” (S.7).

O trabalho desenvolvido pelos sujeitos pesquisados está relacionado com a educação ambiental, que aprofunda mudanças de valores e provoca a sociedade a pensar numa nova visão de mundo. No entanto, é preciso reconhecer que essa nova visão de mundo não congrega o conjunto da sociedade. Mas, é preciso trabalhar no sentido de preservar e;

O preservar genuíno em uma dimensão positiva, ativa, acontece quando deixamos algo na paz de sua própria natureza, de sua força originária. Assim também, salvar não tem unicamente o sentido de resgatar uma coisa do perigo: salvar é restituir, ou dar condições para que ela se revele naquilo que lhe é mais próprio. Salvar é deixar ser. (UNGER, 2002, p. 123)

Estamos na década das Nações da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), esse programa da ONU em parceria com a UNESCO apresenta algumas características importantes para uma educação de qualidade, quais sejam entre outros; ser interdisciplinar, onde o ensino sobre o desenvolvimento sustentável seja de forma integrada em todo o currículo; ensinar a compartilhar valores e princípios fundamentados no desenvolvimento sustentável; desenvolver pensamento crítico, e a capacidade de encontrar soluções para os problemas; usar múltiplos métodos, usando a palavra, a arte, o debate, a experiência; estimular os processo de tomada de decisão; e principalmente, que os projetos sejam aplicáveis.

São as estratégias utilizadas que irão provocar mudanças de atitudes nos sujeitos e nos métodos educacionais em direção ao desenvolvimento sustentável, pois estamos falando da sobrevivência do planeta como morada comum da humanidade. A educação é considerada principal agente de transformação para o desenvolvimento sustentável.

De acordo com a descrição das atividades, percebe-se que as Assistentes Sociais trabalharam a partir dos objetivos do projeto piloto relacionando as questões ambientais, econômicas e sociais, presente na organização dos professores no que se refere à inclusão dos temas nos conteúdos das disciplinas curriculares, a questão ambiental presente no uso

dos dados estatísticos para sensibilizar os alunos quanto à real situação do planeta, como no resgate da história através das relações da sociedade no que se refere ao lixo, à preservação ambiental e à cidadania e direitos humanos e sociais, e também na elaboração de mapas de produção alimentar, estimulando através de hortas domésticas, novos hábitos alimentares. A questão econômica foi articulada ao aproveitamento do lixo reciclável na construção de brinquedos, e na criação de jogos educativos valorizando o material que pode ser reciclado, que pode vir a tornar-se uma alternativa econômico-ambiental que promove o enfrentamento às demandas sociais expressas no desemprego e na baixa renda das famílias.

Os dados apontam que há uma grande necessidade de se trabalhar no setor da educação na perspectiva da preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável e as escolas têm um papel fundamental. As falas evidenciam o desenvolvimento de um processo de conscientização e de intervenção na realidade com a contribuição do Serviço Social, em possibilidades diversas, a partir de um processo de trabalho, que propiciou momentos de debates para que a comunidade escolar identificasse as conseqüências provenientes de hábitos que sejam de agressão à natureza; estimulando novos hábitos que sejam de preservação e cultivo do meio ambiente; favorecendo o sentimento de pertencimento social e cidadania; capacitando o corpo docente para a implementação dos princípios do desenvolvimento sustentável na escola e em seu entorno social. A educação é necessária para promover novos hábitos domésticos e novas relações sociais e é um meio eficaz de alcançar o desenvolvimento sustentável.

4.4 Violência

A violência aparece neste estudo como uma das categorias de análise. A mesma tem sido o tema de muitos estudos e pesquisas. O tema é polêmico e é uma realidade exclusiva do cotidiano das escolas. A violência no ambiente escolar expressa-se de diferentes formas e vem se tornando fenômeno complexo, que tem preocupado autoridades, professores, diretores, pais e os

próprios alunos e a sociedade de modo geral. Segundo COSTA e GOMES (1999, p. 159),

A violência possui uma fecundidade própria, ela se engendra a si mesma. É preciso então sempre analisá-la em rede, em entrelaçamento. Suas formas e aparências mais atrozes e às vezes mais condenáveis freqüentemente ocultam, entre outras situações de violência menos escandalosas, por encontrarem-se prolongadas no tempo e protegidas, pelas ideologias ou pelas instituições de aparência respeitável.

A humanidade vem cada vez mais se preocupando com as dimensões da violência na vida da sociedade, diferentes grupos vem pesquisando e procurando formas para enfrentá-la. Mas, a violência presente desde a início da humanidade, tem uma causa estrutural, que na percepção de Chauí (1998, p. 16), ela constitui-se a partir de

Um conjunto de mecanismos visíveis e invisíveis que vem do alto para baixo da sociedade, unificando verticalmente e espalhando-se no interior das relações sociais, numa existência horizontal que vai da família à escola, dos locais de trabalho às instituições públicas, retornando ao aparelho do Estado.

A violência nesta perspectiva está presente nas relações em sociedade, ou seja, no modo como as pessoas produzem e reproduzem suas relações, a partir disso, Chauí (1998, p. 16), vem fundamentar que

A violência se opõe à ética, porque trata seres racionais e sensíveis dotados de linguagem de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, mudos, inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão é tratá-lo não como humano e sim como coisa.

A violência de um modo geral prolifera a lógica e a ótica do individualismo e ameaça os princípios dos quatro pilares do conhecimento compreendidos como aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. (DELOURS, 1998). Nesta perspectiva, Boulding

(1981), vem fundamentar que a violência estrutural marca a violência do comportamento. É como expressa as falas dos sujeitos:

“A violência permeia nossa sociedade de forma muito enérgica, pois ela se mostra nos meios de comunicação, a exemplo da televisão.” (S. 5).

“Entendo a violência como um fenômeno multifatorial em que incidem questões de ordem cultural, social, econômica, política e emocional. Quando não há um equilíbrio entre essas questões sobre a vida dos sujeitos que compõem uma sociedade, alguns elementos de ordem emocional acabam determinando o comportamento dos mesmos e condicionando-os a práticas de violência, seja essa violência, infantil, doméstica, urbana, institucional, entre outras”. (S.4).

“A realidade contemporânea nos mostra a violência explícita na relação que vem sendo estabelecida entre os próprios seres sociais, a relação homem-meio ambiente, a busca incessante por padrões de vida que dão acesso a bens materiais, o desenvolvimento irresponsável, entre tantas outras ações que vem proporcionando e acelerando o extermínio do nosso planeta” (S. 7).

“A violência é um fenômeno social que se apresenta de forma descontrolada desde da violência estrutural até as aparentes inofensivas”(S.1).

A violência como algo que está presente na estrutura da sociedade, fazendo parte da mesma, está presente também na relação com o meio ambiente:

“O sujeito que não possui um sentimento de pertencimento social ao ambiente onde está inserido, tende a não respeitá-lo, a degradá-lo, a assumir uma relação de violência contra ele e contra os sujeitos com quem se relaciona” (S. 7).

“Considerando que o conceito de meio ambiente não se restringe ao espaço físico, à natureza, mas se refere aos diferentes espaços institucionais, bem como os Seres Sociais que neles estão inseridos, acredito que sim, existe uma relação entre violência e meio ambiente.” (S.2).

“A própria violência está articulada com a crescente pobreza. Tendo melhores condições econômicas, este fato deve levar a melhores condições sociais e de vida. Ainda sim, se aprendermos a reutilizar os objetos e retornar para a natureza materiais orgânicos, o meio ambiente diminuirá seu sofrimento, melhorando nossa qualidade de vida, aproveitamento da luz, água, do solo. (S.4)

Vimos trabalhando numa perspectiva de educação que enfrente e previna a violência. Numa educação voltada para o enfrentamento e prevenção da violência, um aspecto fundamental é a inclusão social. Segundo nosso olhar, no contexto da educação esta, deve considerar as diferenças culturais, políticas, econômicas e sociais, pois vivemos numa realidade múltipla e complexa que ultrapassa os nesta educação, não pode faltar valores como respeito aos direitos individuais e coletivos, tolerância, solidariedade, diálogo, desenvolvimento e justiça social (ABRAMOVAY, 2001, p. 19). Nesse processo, alunos, educadores e a sociedade em geral vão dialogando na perspectiva da superação de preconceitos e discriminações sociais, raciais, familiares, econômicas etc. desenvolvendo potencialidades numa relação de reciprocidade, que leve ao encontro de respostas para uma vida melhor. Mas não é essa a realidade que muitas vezes encontramos nas instituições de ensino. As falas extraídas do grupo focal realizado com os alunos adolescentes da escola, demonstram a existência de diferentes expressões de violência, desde a violência verbal até a violência física, sendo mais freqüentes no recreio, mas se estendendo à sala de aula:

“...tem aluno que não respeita os professores.” (G.F)

“... às vezes a gente tá no recreio e eles jogam pedra, isso machuca.” (G.F.)

“... tem brigas na hora do recreio.” (G.F)

“... os professores brigam muito com os meninos, eles são muito danados, principalmente os meninos.” (G.F)

“... às vezes na sala de aula tem aluno que fica brincando com bolinhas de papel, os pais não tem dinheiro para comprar e eles ficam estragando fazendo bolinhas de papel.” (G.F.)

“... os gurus fumam maconha atrás do muro da escola.” (G.F.)

Os dados revelam ainda que as diferenças culturais, econômicas e sociais não são consideradas no ambiente educacional, havendo conflitos entre pares e entre professores e alunos, indo de encontro aos valores como respeito aos direitos individuais e coletivos, tolerância, solidariedade e diálogo (ABRAMOVAY, 2001).

Interagir no enfrentamento e prevenção da violência, exige que esta seja feita em rede de trabalho, onde não se centre no sujeito, nas atitudes negativas, mas potencialidades. Segundo Schilling (2004), a escola deve identificar parcerias na busca de intervenções diante da multidimensionalidade da violência. A escola precisa cada vez mais fortalecer o corpo docente e discente para formar alianças, pois é com elas que se criam redes, identificando as forças locais, seus atores e seus potenciais.

Fernandez (2005), fundamenta que as estratégias de intervenção para o enfrentamento e prevenção da violência, devem ter múltiplas facetas, fugindo dos conceitos que focalizam os problemas e não as causas que os provocam. A escola tem um papel importante na convivência de seus atores, entre eles os alunos. É importante dar ênfase aos clima favorável, pois “quanto maior o número de processos de convivência intencional, maior é a possibilidade de gerar um clima satisfatório” (FERNANDEZ, 2005, p. 73). A autora desafia para a atenção quanto às diferentes posturas que se possa ter diante dos problemas encontrados no ambiente escolar, provocados pelas posturas dos alunos, quais sejam entre outras:

- Tratar os problemas de forma preventiva e recuperativa das ações conjuntas, consenso entre agentes da comunidade educativa;

- Isolar o problema e tentar sancionar os alunos de má conduta com expulsões, denúncias, entre outros;

- Dar pouca atenção aos casos de disciplina e fazer com que cada professor resolva os problemas de forma isolada com seus próprios alunos.

A convivência é considerada um valor das instituições escolares, portanto, toda escola deve promover ações que venham favorecer a

convivência. Provocar e estimular a comunicação, a cooperação, a solidariedade e não-violência, são fatores primordiais e essenciais em direção da prevenção da violência e da construção de uma cultura de paz.

4.5 Cultura da Paz

Pode-se dizer que a construção de uma sociedade sustentável, exige um trabalho gradativo de enfrentamento e a prevenção da violência inclui a busca constante de uma cultura de paz, isto é “modos de vida, padrões, crenças, valores e comportamentos, bem como arranjos institucionais que promovem o bem-estar, bem como a igualdade que inclui o reconhecimento das diferenças” (BOULDING, 2000, apud Milani, 2003, p. 35).

A prevenção e o enfrentamento da violência deve levar em conta o resgate de valores construídos historicamente, mas que no contexto atual, diante da velocidade das mudanças, estão gradativamente se perdendo. Entre estes valores encontram-se a justiça social, a solidariedade o respeito à diversidade, indo ao encontro do Projeto ético-Político profissional cujos princípios são baseados na liberdade, defesa dos direitos humanos e busca de construção da cidadania. Pois o oitavo princípio do nosso Código de Ética (1993, p. 21), nos desafia para uma “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”, o que nos leva ao compromisso com a realização do bem comum, do bem público e com a construção de uma sociedade mas justa na perspectiva de um mundo melhor para todos. No que se refere à justiça social, o artigo quinto é claro, nosso posicionamento deve ser “ em favor da equidade e da justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”, o que nos leva a lutar por uma sociedade mais justa a partir da implementação de políticas públicas capazes de garantir pelo menos os direitos sociais. Já o segundo princípio nos orienta para uma solidariedade ativa que nos leva ao encontro da “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”, pois os seres humanos ao nascerem livres e iguais em dignidade, devem agir numa co-relação de fraternidade. E o sexto princípio nos desafia para o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito,

incentivando o respeito à diversidade, à participação dos grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”, o que implica em não discriminar por questões de gênero, raça, etnia, classe social, religião, nacionalidade e orientação sexual. É necessário a escola trabalhar no sentido de uma cidadania que reconheça as diferenças mencionadas acima, bem como a singularidade dos seres humanos.

A inclusão provoca no educador um novo olhar, que é de ressignificação da identidade do aluno. Mas esse novo olhar provoca crises nos contextos educacionais, principalmente onde se trabalha ainda com uma educação bancária, nos sistemas de ensino onde se buscam soluções para atender aos apelos desse momento contemporâneo que pede por uma educação que vá além da reprodução do conhecimento, onde os ambientes escolares se criam para alguns e não para todos de forma incondicional.

A inclusão social à qual nos referimos significa desenvolver processos que assegurem que todos os alunos tenham acesso a todas as oportunidades oferecidas pela escola em que estudam. Conforme Mitller (2003, p 26), "No contexto da educação, a reestruturação das escolas baseada em diretrizes inclusivas é reflexo de um modelo de sociedade em ação". Essa inclusão requer que todo o corpo educacional tenha direito à preparação apropriada no decorrer de seu exercício profissional, porque a inclusão requer mudanças na forma de pensar e agir, nos valores para os profissionais da educação e para a sociedade em geral, que por sua vez está repleta de desigualdades, que se refletem diariamente no sistema educacional, como expressa a fala dos entrevistados:

“Fortalecimento do grupo de professores, quanto à mudança de hábitos e atitudes, aquisição de novos valores, preservação do meio ambiente, enfrentamento com situações de conflito e alternativa de soluções” (S.3).

Paulo Freire, ao referir-se ao trabalho pedagógico, sugeriu que professores e alunos fossem parceiros nas conquistas do conhecimento que emancipa a pessoa, através do entusiasmo, da alegria de ensinar e de aprender e da partilha da descoberta da curiosidade, cultivados numa relação pedagógica, onde o professor reviva a cada momento sua prática docente

(FREIRE, 2000, p.103). Nesse processo de inclusão, consideramos importante o envolvimento da família com a escola.

Para que essa escola se torne cada vez mais competente, nossa categoria profissional precisa ocupar os espaços que estão se abrindo na área educacional para Assistentes Sociais. Os novos rumos da educação no país vêm redefinindo a amplitude do campo educacional, de modo que a educação se volte também para as necessidades sociais e a escola se apóie num comunitarismo solidário (ALMEIDA, 2000, p. 21). Esse espaço torna-se estratégico para uma atuação competente, que se some ao conjunto das profissões, contribuindo para uma escola mais aberta e voltada para a cultura da paz. O campo educacional configura-se como campo propício para intervenção nas dimensões do Estado e da vida social, que se coloca como estratégica na sociedade contemporânea, tanto na ampliação e integração das lutas sociais como com relação ao acesso aos direitos e ao enfrentamento das desigualdades (ALMEIDA, 2000, p. 24). A fala dos sujeitos dá visibilidade a essa realidade:

“A inclusão social na perspectiva de uma sala de aula ou de um grupo de trinta professores é pequena, mas quando projetada para a macro-sociedade assume uma dimensão de igualdade nas relações e nos modos de vida da população. Acreditamos no desenvolvimento de um processo de expansão de atitudes que se iniciam num pequeno núcleo e assim, buscamos garantir as que estão ao nosso alcance, independentemente do tempo que os resultados se projetem para uma realidade mais ampla” (S.4).

A busca por uma sociedade sustentável a partir da realização de trabalho nas escolas pode trazer um novo modo de ver a vida, a sociedade, modo mais positivo, aberto e interventivo às questões conflituosas de nosso tempo, mas sem descuidar da complexidade dos desafios, circulando em diferentes campos de saberes, reconhecendo que não basta apenas boas intenções, mas “promover transformações necessárias e indispensáveis para que a paz seja o princípio governante de todas as relações humanas e sociais” (MILANI, 2003, p. 31). Pois os desafios de nossa sociedade hoje nos levam ao encontro de diferentes realidades. Os processos de exclusão atingem tanto as escolas públicas quanto as escolas privadas, o que muda são as formas encontradas

para enfrentar esses desafios, o que varia de uma realidade para outra. Nossa categoria profissional ao se inserir nesse espaço tão rico em aprendizado e desafiador contribui interventivamente na busca de soluções para a diminuição da exclusão social e da violência. É como refletem os entrevistados:

“O acesso as bens e direitos, tendem a reduzir o alto índice de desigualdade social presente em sociedades onde a violência é uma realidade. À medida que têm mais acessos, a população passa a ser atendida em suas necessidades e se torna capaz de desenvolver um sentimento de pertencimento social ao espaço que ocupa, reduzindo assim, os fatores contributivos da violência” (S. 2).

“Fizemos com que os sujeitos se sentissem fortalecidos por aceitar o outro, pois a fragilidade de um pode ser a potencialidade de outro, possibilitando sempre essa troca” (S. 7).

A educação para a paz envolve aspectos relacionados à democracia, que na concepção de Tuvilla Rayo (2004) é requisito necessário para o exercício dos direitos humanos, para o pleno desenvolvimento da justiça social, e prevenção contra qualquer tipo de abuso. Tudo isso, através de um processo dinâmico que necessita de participação, de atitude positiva para com todos os seres, tomada de consciência da realidade e denúncia das injustiças.

Outros aspectos significativos da educação voltada para uma cultura de paz, na perspectiva do enfrentamento da Questão Social e da exclusão, é a busca da inclusão social através do respeito às diferenças culturais, políticas, econômicas e sociais inerentes a uma realidade múltipla e complexa que ultrapassa os muros da escola. Neste sentido os resultados da pesquisa demonstraram que o processo de trabalho das assistentes sociais vinculadas à ONG REDECRIAR, contribui para fomentar meios de inclusão da comunidade escolar, na perspectiva de uma cidadania que reconheça a singularidade dos seres humanos, e fomentando suas potencialidades para práticas de desenvolvimento sustentável. Aspectos presentes na fala dos sujeitos:

“Usamos o referencial teórico que segue o pressuposto básico do trabalho em Redes Sociais, o qual busca o fortalecimento individual do sujeito, a partir de sua articulação com o coletivo

numa perspectiva emancipatória, priorizando as potencialidades dos sujeitos envolvidos nas intervenções” (S. 1).

“Muitas pessoas somente identificam meio ambiente como os recursos naturais, porém esquecem que se esta compreensão deve começar internamente, e gradualmente se amplia para as demais relações externas” (S. 5).

O trabalho focalizando o desenvolvimento sustentável, deve sempre considerar aspectos referentes à sociedade; especialmente no que se refere ao desenvolvimento social, estimulando a democracia e a participação; ao meio ambiente; onde cada vez mais se reflita sobre os recursos naturais, suas fragilidades tendo as questões ambientais como elemento primordial para desenvolver políticas sociais e econômicas; e a economia; tendo em vista os impactos do consumo exagerado, onde se leve em consideração o meio ambiente e a justiça social (UNESCO, 2005). Estes aspectos também estão presentes na cultura da paz, uma paz social. Bellini ressalta a necessidade de

... manter a paz social num mundo de constantes impasses e ambivalências. Mundo em que o pluralismo é desejado e temido, onde há embates entre a preservação da unidade, a valorização do indivíduo e do privado em oposição à diversidade, ao público. A par da interdependência, há a agregação e a desagregação, antagonismos e associações, tudo gerando o mesmo momento histórico (BELLINI, 2002, p. 36).

Tanto a cultura da paz, quanto o desenvolvimento sustentável, tratam o “respeito ao próximo, incluindo as gerações presentes e as gerações futuras, à diferença e à diversidade” (UNESCO, 2005, p. 18), fundamentalmente como valores éticos centrais.

4.6. Aspectos relevantes na análise documental

A análise documental realizada a partir dos planos de trabalho e relatórios das profissionais da ONG REDECRIAR, é apresentada nos aspectos considerados mais relevantes. Percebe-se que intervenções dos Assistentes Sociais visibilizada no trabalho com os professores, associaram a questão

ambiental à social, cujo princípio fundamental se constitui na defesa da cidadania e da autonomia dos sujeitos.

Para tanto, as assistentes sociais desenvolveram junto com os professores formas práticas de integrar o conteúdo sócio-ambiental nas diferentes disciplinas:

MATEMÁTICA: uso de dados estatísticos de produção de lixo mundial, do desmatamento da Mata Atlântica, propondo resolução de problemas, elaboração de gráficos, maquetes, etc. **HORTA:** realização de estudo das diferentes formas e quantidades dos alimentos cultivados. **LIXO SECO:** realização de colagens, compondo figuras geométricas com lixo seco.

HISTÓRIA: pesquisa sobre as relações estabelecidas com o lixo, pelas diversas civilizações do passado, estimulando debates em torno da realidade contemporânea, com o foco na preservação ambiental e cidadania como direito humano. **HORTA:** resgate da cultura alimentar brasileira e, conseqüentemente, estilos de vida mais saudáveis. Ainda em relação à cultura alimentar, destaca-se que no Brasil, cada região apresenta uma cultura com características diferentes e isso está diretamente relacionado com seus hábitos alimentares. Trabalhar as grandes guerras dando ênfase à PAZ. Trabalho com o Hino Nacional Brasileiro, o respeito e amor à Pátria, estabelecendo analogia às relações familiares, escolares, etc.

GEOGRAFIA: elaboração de mapas de produção alimentar e destinos de lixo, contextualizando a realidade social do aluno. **HORTA:** estudo da diversidade de frutas e hortaliças contribuindo com uma variedade de cores, formas, cheiros e nutrientes importantes para a qualidade da alimentação. Exemplo: na Região Norte, há consumo de chicória, coentro e mandioca, enquanto que na Região Centro-oeste, o consumo é de tubérculos como cará e guariroba. Sendo assim, a horta também assume um papel importante no resgate da cultura alimentar de cada região. Estudo dos principais rios da região, cidade, estado e país, relacionando à poluição, à seca, etc. Temas como crise de energia, poluição do solo, buraco na camada de ozônio, efeito estufa podem ser associados às riquezas das diferentes regiões do país,

turismo ecológico como potencialidades que favorecem a superação dos problemas.

LÍNGUA ESTRANGEIRA: investigação de palavras-chave, utilizando-as em textos e diálogos. **HORTA:** propor a criação de jogos empregando o nome das hortaliças cultivadas na horta da escola em inglês, espanhol.

ARTES: confeccionar brinquedos, utensílios, obras de arte, instrumentos musicais com sucata, reciclagem de papel.

EDUCAÇÃO FÍSICA: promoção de jogos com nomes de times relacionados ao meio ambiente, onde a torcida confecciona instrumentos de sucatas para “fazer barulho”. Propor concurso de coreografias com músicas relacionadas ao meio ambiente e cidadania.

RELIGIÃO: análise de textos sagrados em relação ao homem e à natureza, em diferentes religiões. **HORTA:** pesquisa sobre a influência de cada alimento “vivo”, sobre o fator emocional humano. Trabalho sobre cidadania “no discurso”, estabelecendo relação com situações práticas.

MÚSICA: trabalho com músicas referentes ao meio ambiente, cidadania relacionando aos direitos universais da criança e do adolescente. Pesquisa sobre o ECA como fonte inspiradora para criação de novas músicas e implantação de festivais que integrem a comunidade local.

4.7 Indicadores de resultados

O processo de trabalho das assistentes sociais levou-as a desenvolverem um processo de avaliação constante da prática, para tanto foi necessário construir indicadores de resultados visibilizados na figura 12 a seguir:

- 1- Adesão de professores de 5ª série, ao Projeto “Reciclando a Cidadania em Rede Interdisciplinar”;
- 2- Adesão de alunos de 5ª série, ao Projeto “Reciclando a Cidadania em Rede Interdisciplinar”;
- 3- Apoio de alunos por parte de seus pais na implementação de novos hábitos sócio-ambientais;
- 4- Constituição de um Programa de Multiplicação do Projeto “Reciclando a Cidadania em Rede Interdisciplinar”, formado por 3 professores, 3 alunos da Escola Ibá, 2 agentes do Posto de Saúde Familiar e 2 representantes da Associação de Moradores;
- 5- Criação de alternativa para separação de lixo orgânico e inorgânico, bem como a responsabilidade sobre o mesmo na escola;
- 6- Redução no consumo de energia elétrica e água em 10% sobre o consumo do mês de maio de 2005, na Escola;
- 7- Aproveitamento do solo para cultivo de horta comunitária;
- 8- Aquisição de objetos para premiar os “Atores Sociais em Destaque” (alunos, pais e professores que se destacaram no processo de intervenção) no dia da “Ação Integrada”;
- 9- Exposição de trabalhos no dia da “Ação Integrada” (16/07/2005), que expressem compreensão e apropriação da temática desenvolvida, por parte de 80 alunos envolvidos com o projeto;
- 10- Atendimento a 100% das famílias em situação de desemprego / vulnerabilidade financeira, a partir da criação de um Programa de Geração de Renda;
- 11- Inserção de 5 novos agentes sociais na Rede que iniciou atividades a partir da implantação do Projeto “Reciclando a Cidadania”, de forma a contribuírem com o objetivo geral do mesmo;
- 12- Aquisição de recursos materiais que contribuam com a qualidade do Ensino para a Escola;
- 13- Aquisição de recursos financeiros para subsidiar o Projeto “Reciclando a Cidadania em Rede Interdisciplinar”.

Figura 12: Indicadores de Resultados do Projeto Piloto

Os processos desenvolvidos deram resultados concretos e de um alcance social que às vezes não se pode perceber, mas através da análise documental do trabalho desenvolvido pelas profissionais, foi possível identificar o alcance desses indicadores construídos. Na ação profissional é necessário reconhecer diariamente o conhecimento teórico e metodológico adquirido na formação profissional. Quanto maior forem os conhecimentos, maior será o alcance da efetividade. Nos propomos a seguir a dar maior visibilidade no alcance dos resultados dos indicadores construídos pela Equipe REDECRIAR expostos a seguir, extraídos dos documentos dos registros da prática profissional presente nos documentos da ONG:

Indicadores da adesão dos professores:

Semana 1: Aprovação de implementação do Projeto-Piloto na Escola Estadual General Ibá Ilha Moreira em reunião com professores, diretora e coordenadora.

Semana 2: Professora de Português e de Matemática solicitam material sobre preservação ambiental para integrar em suas disciplinas.

Semana 3: Professora de Educação Infantil socializa com seus alunos livro sobre “Azul e Lindo Planeta Terra, Nossa Casa”.

Semana 4: Professora de Geografia relata experiência de reencontro com ex-aluno, hoje adulto, que a reconheceu como alguém fundamental em sua vida, pelo incentivo ao estudo.

Semana 5: Professora de Matemática desabafa preocupação com aluno que escreveu na prova: “eu não sei nada, me dê zero”, solicitando ajuda das profissionais do Projeto.

Semana 6: Professora de Matemática socializa informação sobre o Projeto, com colegas de outra escola e solicita à equipe Reciclando a Cidadania, a implantação do mesmo.

Semana 7: Professor de História e de Português socializam informação sobre o Projeto, com colegas de outras escolas onde trabalham e solicitam à equipe Reciclando a Cidadania, a implantação do mesmo.

Semana 8: Desabafo da Professora de Geografia sobre a falta de interesse dos alunos em participar de debates sobre a matéria. Professora de Português implementa no conteúdo de ortografia e pontuação, leitura de livros sobre preservação ambiental.

Semana 9: Professora de Matemática socializa idéia de implementar com seus alunos, conteúdo de frações associado ao desmatamento da Mata Atlântica.

Semana 10: Professora de Português institui hábito de leitura na Biblioteca da Escola.

Semana 11: Professora de Geografia define tarefa de elaboração de maquetes com a temática do projeto. Professora de Artes elabora convites para o Dia da Ação Integrada com alunos.

Semana 12: Presença de grande parte dos professores da Escola no Dia da Ação Integrada. Solicitação de implementação do Projeto nas turmas de 6ª série da Escola Ibá Ilha Moreira, por parte de duas das professoras de Ensino Fundamental.

Semana 13: Convite para a Equipe participar de reunião de professores.

Indicadores de adesão dos alunos das 5ª Séries onde o projeto foi desenvolvido:

Intervenção 1: Início das atividades com alunos, debatendo questões sobre meio ambiente e cidadania. Todos os alunos participam da atividade criando cartazes que expressam apreensão do conteúdo.

Intervenção 2: Todos os alunos participam ativamente da técnica “aonde vai este lixo”, a qual propunha a separação de lixos orgânicos e inorgânicos. Realizaram cartazes que expressaram entendimento quanto ao dever constitucional (artigo 225 CF - 1988).

Intervenção 3: Alunos demonstram prazer realizando a compostagem, sendo que alguns levam a experiência para casa. Demonstram compreensão dos Princípios Universais dos Direitos da Criança em cartazes.

Intervenção 4: Todos os alunos participam ativamente do cultivo da mini-horta, molhando-a continuamente. Dinâmica do desejo ao outro demonstra que alguns alunos demonstram nas atitudes, apropriação do conceito atribuído por eles, à cidadania, respeitando o colega. Alunos demonstram mais facilidade em expressar compreensão da temática a partir de exercícios de fixação, como palavras cruzadas.

Intervenção 5: A realização da atividade musical teve total adesão dos alunos. A tarefa de criação do “Cidadão Reciclado” foi realizada com grande entusiasmo pelos alunos.

Intervenção 6: A padronização de cores dos lixos (9) por meio de cartazes foi realizada com forte motivação, no entanto demonstrou certa dificuldade de aplicação na prática.

Intervenção 7: Todas as atividades manuais, confeccionando artesanato com lixo seco, foram desenvolvidas com grande entusiasmo.

Intervenção 8: O jogo “Reciclando a Cidadania” foi desenvolvido com forte motivação, demonstrando compreensão sobre o conteúdo trabalhado com exceção da separação de lixo reciclável e não-reciclável.

Ação Integrada: Durante a Ação Integrada, os alunos apresentavam com orgulho os trabalhos em exposição, aos seus convidados.

Aspectos de indicadores de adesão dos sujeitos de forma coletiva no projeto:

Intervenção 2: Aluna traz material, por iniciativa própria, relacionado à Campanha “Educar É”, retirado do Jornal Zero Hora, estimulada por seus pais; Aluno socializa com seus colegas material a respeito do tempo de degradação do lixo;

Intervenção 3: Aluno socializa em sala de aula fato de seu pai reaproveitar cascas de frutas e resto de alimentos fazendo compostagem doméstica;

Intervenção 4: Com auxílio de seu Avô, aluno realizou um trabalho com garrafa Pet de 600 ml, a partir de aquecimento do material, moldando-o em forma de escultura;

Intervenção 5: Aluno traz livro referente a temática proposta e interdisciplinar.

Intervenção 8: A partir dos ensinamentos do Projeto, um aluno informa que seu pai plantou “dorme-dorme”, sendo esta, uma planta ornamental.

Semana 6: A Diretora, a Coordenadora e uma Professora de Português verbalizam o interesse em implementar o Projeto em todas as turmas da Escola;

Semana 11: Em reunião com 5 agentes de saúde no Posto de Saúde Jardim Carvalho, 2 verbalizaram interesse em participar de capacitação para a Metodologia do Trabalho em Redes, a fim de multiplicar as ações do Projeto em Visitas Domiciliares aos usuários de seus serviços.

Semana 12: Nos encontros semanais realizados na Associação de Moradores, para reaproveitamento de tecidos, duas representantes sugeriram a implantação de horta comunitária, cultivada pelos alunos da Escola e participantes de atividades de Terceira Idade, bem como a instituição de uma reunião mensal que articule sujeitos das instituições Escola, Posto de Saúde e Associação de Moradores.

Semana 11: Confeção de etiquetas adesivas dos diferentes tipos de lixo, para cada sala de aula, a fim de demonstrar conhecimento adquirido e implementar novos hábitos ambientais no espaço escolar, de forma a servir como exemplo a ser multiplicado nas residências dos alunos.

Os professores foram motivados a economizar energia e água, no entanto não foi feito monitoramento deste consumo.

Semana 9: Reunião no Posto de Saúde e verificação de Horta Comunitária cultivada por um dos moradores da localidade, estimulado pelos agentes de saúde.

Semana 10: Socialização do fato da existência de Horta Comunitária no PSF, em encontro semanal na Associação de Moradores. Na mesma semana, a secretária da instituição disponibiliza área para preparo de outra Horta Comunitária, sugerindo articulação das instituições, a partir do cultivo de

hortaliças pelos alunos da Escola Ibá Ilha Moreira junto dos idosos que participam do Programa de Terceira Idade.

Semana 12: Uma moradora da localidade solicita espaço da futura Horta Comunitária para transplantar plantaço de tomate que vem cultivando em um vaso de sua casa, no Dia da Ação Integrada.

Semana 2: Realizada parceria com Agência de Publicidade D3 para escolha de mascote do Projeto, “Cidadão Reciclado”, Gás Central para efetivação de serviço técnico na Escola e Coopearte para implantação de Programa de Geração de Renda para os pais dos alunos da escola.

Semana 9: Realizada parceria com Móveis União, Estática Mirage, Videoteca Zero Hora, contemplando sujeitos do público-alvo do Projeto, com premiações a serem oferecidas durante reconhecimentos na Ação Integrada.

Semana 10: Realizada parceria com Ravish, Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), contemplando sujeitos do público-alvo do Projeto, com premiações a serem oferecidas durante reconhecimento na Ação Integrada.

Semana 11: Patrocínio do Banner “Cidadão Reciclado”, como forma de reconhecimento da autora, Projeto e Escola, por parte da Agência de Publicidade D3.

Semana 12: Objetos confeccionados a partir do lixo seco, a exemplo de caixas de leite e garrafas pet.

Realização de maquetes que ilustram sobre o desmatamento, estações do ano, efeito estufa, entre outros;

Cartazes que discorrem sobre cidadania, respeito ao próximo e ao meio ambiente; sobre as diferentes cores e materiais que vão nos lixos; “não polua o meio ambiente porque sem ele não podemos sobreviver”; “queremos um inteiro ambiente”; “não jogar esgoto nos rios e nas praças”.

Semana 6: A partir da leitura da realidade transfere-se as atividades do Programa de Geração de Renda para a Associação de Moradores.

Semana 7: Definição de um Contrato com Associação de Moradores, iniciando as atividades do Programa de Geração de Renda, contando com a participação efetiva de 8 membros da comunidade.

Semana 8: Reciclagem de tecidos confeccionando fuxico.

Semana 9: Reciclagem de tecidos confeccionando fuxico.

Semana 1: O Posto de Saúde Jardim Carvalho se inseriu no Projeto já no dia da apresentação do mesmo na Escola Ibá Ilha Moreira, no dia 17 de maio de 2005. A Coopearte passou a participar do trabalho proposto no dia 23 de maio, durante a primeira intervenção realizada com os pais dos alunos.

Semana 2: A Agência de Publicidade D3 aceitou ao convite de avaliar os trabalhos dos alunos para escolha do Cidadão Reciclado e patrocinar Folder do Projeto como premiação para a Escola.

Semana 6: A Associação de Moradores da CEFER 1 passou a oferecer o Programa de Geração de Renda aos membros da comunidade local, no dia 29 de junho de 2005.

Semana 9: A empresa Móveis União cedeu um móvel para ser oferecido como premiação à Diretora da Escola no dia da Ação Integrada.

Semana 10: A Estética Mirage ofereceu um corte e tratamento de cabelo como premiação em reconhecimento ao trabalho realizado pela Coordenadora da Escola na implementação do Projeto-Piloto.

Semana 11: A Ravish ofereceu objetos confeccionados, como bolsas, nécessaire e mochilas, como premiação em reconhecimento à superação dos alunos frente às intervenções do Projeto, à dedicação dos membros da Associação de Moradores na organização da Ação Integrada.

Semana 12: A Videoteca Zero Hora contemplou alunos, professores e membros da comunidade com filmes em fitas de vídeo cassete como premiação nos reconhecimentos realizados na Ação Integrada.

Semana 10: Criação do “Programa Reciclando a Cidadania”, onde são definidos 2 encontros semanais, tendo-se rodízio de liderança para atividades artesanais como confecção de fuxico (reciclagem de tecidos), crochê, pintura em tecidos, entre outras. Criação de logomarca comunitária.

Semana 11: Aplicação de fuxico sobre roupas das alunas inseridas no Projeto, preparando desfile da Ação Integrada.

Semana 12: Apresentação da logomarca comunitária no desfile de crianças durante Ação Integrada.

Semana 13: Elaboração de cartão de visita da fuxi.com.br para divulgação da logomarca comunitária. Planejamento de feira comunitária, prevista para o mês de setembro de 2005, a ser realizada na Associação de Moradores.

A análise nos levou a identificar que principal elemento que diferencia a metodologia adotada pelas Assistentes Sociais no Projeto Reciclando a Cidadania em Rede Interdisciplinar de outras existentes para o enfrentamento da Questão Social expressa na relação Homem-Natureza, se refere ao público-alvo coletivo, bem como à capacitação do mesmo para a implementação dos pressupostos metodológicos do trabalho em redes sociais, os quais, potencializam as ações planejadas, formando uma matriz que se multiplica e atribui efetividade aos resultados planejados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CONVERGÊNCIA ENTRE PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E A CULTURA DA PAZ

O grupo de profissionais, reconhecendo a relevância da preocupação com a preservação ambiental desenvolveu um projeto que tem o objetivo de propiciar um processo de conscientização sobre a necessidade de implementar novos hábitos sobre o aproveitamento do lixo que produzimos em uma comunidade, conduzidas pelo movimento histórico que constitui nosso cotidiano. Dessa forma, as ações foram fundamentadas no Desenvolvimento Sustentável. O processo de trabalho é reconhecido na essência transformadora da ação profissional das assistentes sociais no momento em que estabeleciam escuta sensível às expressões de preocupação dos professores com o não cumprimento dos objetivos de aprendizado por parte da maioria de seus alunos e da comunidade local, com a falta de interesse dos moradores em participar de atividades coletivas. O que levou o grupo a desenvolver um sentimento de pertencimento social, identificando as necessidades de cada sujeito de sua prática, partindo do pressuposto de que, integrado ao ambiente, o sujeito cuida e preserva melhor o seu entorno. Entorno esse, constituído pela natureza, pelo espaço comunitário, escolar, pelos colegas, amigos, não-amigos, vizinhos, professores e familiares. Trabalhar com esse entorno significa planejar conexões entre sujeitos que compõem um público-alvo coletivo.

O estabelecimento de metas e objetivos para o público-alvo coletivo configurou-se um grande desafio para a equipe profissional, principalmente quando se trata de uma equipe recém-graduada, em processo de formação contínua. Desafios que por um lado são atribuídos ao fato, um valor que torna o

planejamento efetivo, o fato dos sonhos e esperanças ainda fazerem parte da realidade desses profissionais, em função do curto espaço de tempo inserido no mercado de trabalho, que ainda nos permite a ousadia de se perguntar sobre seus sonhos. E à medida que escutamos as respostas nos comprometemos em identificar formas de concretizá-las. Não sozinhos, mas em grupo, em equipe, no coletivo que cresce para atingir seus objetivos mútuos. À medida que se pensa sobre algo ainda distante, profissionais recém-graduados ousam devolver os sonhos através de um projeto de intervenção numa determinada realidade social, como forma de enfrentar a questão social presente nas diversas formas de desigualdade e especialmente no extermínio do meio ambiente. Foi e é preciso encontrar a coragem para escutar “não”, na busca de novos atores a serem inseridos na rede de apoio, atores que venham a corroborar com a concretização desses sonhos coletivos.

O grupo de profissionais escolheu a Metodologia do Trabalho em Redes Sociais, para a qual foram instrumentalizados na Academia. Acreditando nos seus pressupostos, passaram a adotá-los no cotidiano da ação profissional. Se identificou que foram adotadas relações igualitárias com os sujeitos envolvidos no processo de desenvolvimento do projeto, solidariedade, socialização de informações que passam a circular livremente, articulação de sujeitos e instituições que lutam por um mesmo objetivo e, principalmente; as ações foram estabelecidas a partir do foco nas potencialidades dos sujeitos e não nas fragilidades dos mesmos.

Assim, articuladas a uma rede de Professores que, como a Diretora, acreditaram na proposta para somente posteriormente ver os resultados do Projeto, o grupo passou a conhecer a rede do entorno da escola constituída do Posto de Saúde Jardim Carvalho, da Associação de Moradores da CEFER 1, do Conselho Tutelar. Identificou-se a partir da análise documental e das falas dos sujeitos entrevistados, que os sujeitos da rede encontravam-se cada um na sua, todos em busca de objetivos comuns a todos, porém, sem conhecer os dos outros. A articulação dessa rede desenvolveu um espaço que foi se ampliando cada vez mais à medida que o projeto ia sendo desenvolvido, instituindo novas relações que se estabeleceram na busca de objetivos previamente definidos, e que criaram condições, tornaram fértil o solo que se

preparava para receber sementes cujo objetivo era semeá-las para que desse frutos, ou seja, preparar o terreno a partir do projeto piloto para desenvolvê-lo em outros espaços de intervenção. Preparação essa que necessitou continuamente de paciência, tolerância e persistência. Paciência para esperar o tempo de maturação. Tolerância com aqueles que afirmam que não vai vingar e reafirmam a desesperança de vencer as dificuldades intrínsecas a qualquer processo de crescimento. Persistência para levar água, adubar o solo e dialogar com o fruto que vive com o estímulo da água, sol e vento, conviver com as tormentas, secas e geadas e morre com os excessos dos mesmos elementos.

Foi identificado que o grupo de profissionais encontrou nas Turmas de alunos de 5ª série do turno da tarde, criatividade, afeto e desejo. A denominação atribuída a elas, como Fogo, Terra, Ar e Água, deu vida nova nos meses em que foram realizadas as intervenções. Ambiente, Cidadania, Compostagem, Mini-horta, “Cidadão Reciclado” e a criação de uma logomarca comunitária – fuxicombr – formaram um conjunto de atividades sócio-ambientais que conferiu poder profissional ao grupo, Equipe Reciclando a Cidadania. Poder de acreditar que sonhar é possível e realizar é um desafio contínuo capaz de ser atingido.

Tudo começou porque encontrou-se alguém que não precisava ver para crer. Nesta perspectiva, o grupo reconheceu a Diretora “Crer para Ver” por ter acreditado no Projeto, o que possibilitou a oportunidade de realizá-lo, para posteriormente dar visibilidade ao resultado do compromisso assumido, do empenho em preservar a qualidade das relações sócio-ambientais e educativas e, principalmente, da implementação dos pressupostos metodológicos do trabalho em rede na comunidade Jardim Carvalho. Esse processo deu início à costura de uma Rede constituída de sujeitos que ajudaram a equipe REDECRIAR a construir respostas para a concretização do desenvolvimento sustentável nesta comunidade. Rede que se ampliou à medida que foram identificadas novas necessidades e a equipe se propôs a buscar novos espaços de conquistas. O que pressupõe a cada dia “disciplina do fazer”, “arte de respeitar a palavra do outro”, “disponibilidade para liderança”, “força e coragem para enfrentar as tormentas que venham” e, principalmente,

“capacidade executiva para equacionar o sonho persistente num processo que exige constante Renovação.

Todo esse processo levou-nos a concluir que as ações de pequena expressão no cotidiano geram grande impacto no coletivo por potencializar e fortalecer os reais atributos, sonhos e motivações dos sujeitos, os quais são desvendados a partir da metodologia adotada, identificando suas necessidades, transformando essas necessidades em metas resolutivas e inserindo novos atores na rede para concretização dessas metas.

O Projeto Reciclando a Cidadania em Rede Interdisciplinar vem motivar os alunos a identificarem os elementos que afetam e dificultam o desenvolvimento sustentável para eles enquanto sujeitos sociais, para a comunidade na qual eles pertencem e para a casa comum da humanidade que é o planeta. A partir de dinâmicas e técnicas de sensibilização, busca-se desenvolver atitudes que levem os sujeitos envolvidos no projeto a se envolver com o tema, em direção à sustentabilidade, contribuindo a partir de um processo de educação para a construção de uma cultura de paz.

Boff (2005) argumenta que a percepção da humanidade de que os recursos naturais limitados, com uma superpopulação planetária, pode orientar nossas práticas para a tolerância, a hospitalidade, o respeito à diferença, não-violência, valores e princípios predominantes da cultura da paz. É urgente a consolidação deste novo paradigma, é decisivo caminhar em direção ao futuro sustentável, e o Serviço Social tem muito a contribuir neste processo. Vamos juntos construir a paz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY Mírian et alli. **Escolas de Paz**. Brasília: UNESCO, Gov. do Estado do Rio de Janeiro/ Sec. de Estado de Educação, e Univ. do Rio de Janeiro, 2001.

ABRAMOVAY, Mirian. **Violência nas escolas**. UNESCO, Brasília: 2003.

ABREU, Marina Maciel de. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ADAMS, David. **História dos primórdios da cultura da paz**. In. Memórias pessoais, agosto, 2003. www.comitepaz.org.br. Acessado em 14/11/2006.

ALESSANDRINI, Margarete. **A inserção do assistente social na política educacional e na gestão da escola pública**. Revista Debates Sociais – Prêmio CBCISS Araxá 30 Anos – Número especial. Rio de Janeiro:2001.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **O Serviço Social na educação**. Mato Grosso: Revista Inscrita, 2000, p. 19-24.

AMARO, Sarita Alves. **Serviço Social na escola: O encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre, Sagra Luxados Editores, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez,2003

AZEREDO, Verônica Gonçalves e SOUZA, Rosam Barcellos de. **O assistente social e a ação competente: a dinâmica cotidiana**. Revista Serviço Social e Sociedade, p. 49-57, nº. 80. São Paulo: Cortez, 2004.

BAPTISTA, Miriam V. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras, 2002.

_____. **Desenvolvimento de Comunidade: estudo da integração do planejamento do desenvolvimento global**. São Paulo: Cortes e Moraes, 1979.

BARDIN, Laureasse – **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, s. D. 1977.

BASTOS, Karina R. P. **O Serviço Social diante de novas demandas: questões sobre instrumentalidade e objeto de intervenção**. Goiânia: Fragmentos de cultura., v. 14, nº. 1, jan. 2004, p. 93-104.

BELLINI, Maria Isabel Barros. **Arqueologia da violência familiar**. Tese de Doutorado – Faculdade de Serviço Social/PUCRS. Porto Alegre: 2002, mediu.

BINELLO, Zeneide. **Plantão Social: desafiando limites e possibilidades na construção da cidadania**. Porto Alegre: 2003.

BOFF, Leonardo, BETTO, Frei, BOGO, Ademar. **Valores de uma Prática Militante. Consulta popular**. Cartilha nº 09. São Paulo: Consulta Popular, 2000.

_____. **Ethos Mundial**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

_____. **Ética da Vida**. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.

_____. **Saber cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: vozes, 1999.

_____. **Virtudes para um mundo possível. . I: Hospitalidade: Direito e dever de todos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A canção das sete cores: educando para a paz**. São Paulo: Contexto, 2005.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2001.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

BOULDING, Elise. **La Violencia y suas causas**. Paris França:Editorial UNESCO,1981.

CANDAU, Vera Maria, LUCINDA, Maria da Consolação, NASCIMENTO, Maria das graças. **Escola e Violência**. Rio de Janeiro: DP&A,1999.

CHAUÍ, Marilena.Colóquio Interloquções com Marilena Chauí. **Ética e Violência**. São Paulo:1998. Mímeo.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social.uma crônica do salário** Rio de Janeiro, 1995.

CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL 1993. **Coletânea de Leis organizada pelo Conselho Regional de Serviço Social**. 10ª Região. Porto Alegre, RS, 2000.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS. **Coletânea de leis Revista e Ampliada**. Porto Alegre: Impressão Calábria, 2000.

CORREA, Rosângela Azevedo. **Cultura, educação para, sobre e na paz**. In. MILANI, Feizi M. e JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de. Orgs). Estratégias, mapas e bússolas. Salvador: INPAZ, 2003.

COSTA, Eloísa de Campos, GOMES, Carlos Minayo. **Superar a cultura da violência: Um desafio para a escola.** São Paulo: Papirus Editora, 1999.

COUTO, Berenice Rojas. **O processo de trabalho do assistente social na esfera municipal.** In. **Capacitação profissional em Serviço Social e política social. Reprodução social trabalho e Serviço Social.** Brasília: CEAD, 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria do fenômeno educativo.** São Paulo: Cortez, 2000.

DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO SOBRE UMA CULTURA DE PAZ. **Comitê Paulista para a Década da Cultura da Paz:** Um programa da UNESCO. 2001-2010. www.comitepaz.org.br. Acessado em 14/11/2006.

DECLARAÇÃO SOBRE O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO – ONU – 1986. Site.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida.** Campinas, Autores Associados, 1995.

DELOURS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir.** UNESCO, MEC. São Paulo: Cortez, 1998.

DORNELES, Denise Freitas. **A prática do assistente social em uma comunidade sustentável: Desafios para a sociedade contemporânea.** Tese de Doutorado – Faculdade de Serviço Social, PUCRS, 2005, mimeo.

DUARTE, R. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo.** Cadernos de pesquisa. São Paulo: nº 115, março, 2002.

ESTATUTO SOCIAL ONG REDECRIAR: Porto Alegre: 2006, mimeo.

FALEIROS, Vicente P. **Metodologia e ideologia do trabalho social.** S. Paulo: Cortez, 1997, 9ª ed.

_____. **Estratégias em Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Desafios do Serviço Social na era da globalização.** Revista Serviço Social e Sociedade nº 61. São Paulo: Cortez, 1999.

FAUSTINI, Márcia Salete Arruda. **O ensino no Serviço Social.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FERNANDEZ, Isabel. **Prevenção da violência e solução de conflitos: o clima escolar como fator de qualidade.** São Paulo: Madras, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro. Paz e terra, 2001.

FRIGOTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In. FAZENDA, I. Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1994.

FORESTI, Andréa Jaeger, SULZBACH, Andréa, FORTES, Heloisa, PACHECO, Marilize Alves, OLIVEIRA, Simone Barros de, SILVA, Tiane Alves. **Reciclando a Cidadania em Rede Interdisciplinar**. Revista On-line Textos & Contextos, Ano V – nº 6, dezembro de 2006.

GASKELL, G. entrevistas individuais e grupais. In. BAUER, M. W; GASKELL, G. Tradução: GUARESCHI, P. A. **A pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GENTILLI, Raquel M. L. **Representação e práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Veras, 1998.

GIROUX, Henry A . **Pedagogia Crítica: Esperança sem Ilusões**. Pátio. **Revista Pedagógica**. POA:Artmed, Ano VII nº25 fevereiro/abril 2003, p.52-55.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização**. S. Paulo: Paz e Terra, 1999.

GROSSI, Patrícia Krieger. **Projeto Violência nas escolas e suas estratégias de enfrentamento**. Relatório 2004/1. Porto Alegre/PUCRS.

GROSSI, Patrícia Krieger. **Projeto Violência nas escolas e suas estratégias de enfrentamento**. Relatório 2003/1. Porto Alegre/PUCRS.

GUERRA, Yolanda A. D. **A instrumentalidade do Serviço Social**. S. Paulo: Cortez, 2000.

GUIMARÃES, Marcelo R. **Aprender a educar para a paz**. Porto Alegre: mimeo, 2003.

_____. **Por uma Cultura de Paz**. www.educapaz.org.br/modules/wfsection/article.php?articleid=1. acessado em 01/08/2006.

_____. **Manual de educadores para a paz**. Porto Alegre: mimeo, 2003.

_____. **Educação para a paz: sentidos e dilemas**. Caxias do Sul/RS: Educus, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. Cortez, SP. 2001.

_____. **La cuestion social y la formación profesional em traje social em contexto de las nuevas laciones de poder y la diversidad**

latinoamericana. XVIII Seminário Latino Americano de Escolas de Trabajo Social. San José, Costa Rica. Julio/2004.

IBAMA: **Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas.**/UNESCO. Brasília: Edições IBAMA,1999.

JARES, Xesús R. **Educação para a paz: sua teoria e sua prática.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

KERN, Francisco. BELLINI, Maria Isabel Barros. **Redes e vulnerabilidades: o olho do furacão. Boletim da Saúde/ Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul;** Escola de Saúde Pública – v. 20, nº 2, 2006. Porto Alegre: SES/ESP, 1969 – Semestral ISSN 0101 -1001.

LARINA, Tiago P. **Uma sociedade de cotovelos.** Porto Alegre: UFRGS, Famecos, Experiência, 2001.

MALDONADO, Maria Tereza. **Os construtores da paz: caminhos de prevenção da violência.** São Paulo: Moderna,1997.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria – **Técnicas de pesquisa.** São Paulo, Atlas, 1996.

MARQUES, Maria Therezinha Corrêa, RAMALHO, Marilena Pinto. **Os movimentos ecológicos e a interdisciplinaridade.** In. SÁ, Jeanete L. Martins. Serviço Social e interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio** (Série Núcleos de Pesquisa: 1). São Paulo: Veras Editora,1994.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MATTOS, Regina Celi C. **Serviço Social na atualidade. Goiânia: Fragmentos de Cultura,** v. 14, n. 1, jan. 2004, p. 105-114.

MAYIOR, Frederico. **Nutrindo uma cultura de paz.** In. Comitê Paulista para a década da cultura de paz: um programa UNESCO: 2000-2010. Site: www.comitepaz.org.br. Acessado em 14/11/2006.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. **Política de Saúde no Brasil: entraves para universalização e igualdade da assistência no contexto de um sistema dual.** Serviço Social e Sociedade. Nº 87. São Paulo: Cortez, 2006.

MILANI, Feizi M. **cultura de Paz X Violência. Papel e desafios da escola.** In. Cultura de paz: Estratégias, mapas e bússolas. Salvador: INPAZ, 2003.

MINAYO, M.C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1994.

_____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. In. BEZERRA, M.De L. **Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira.** Consórcio CDS/UnB/Abipti, 2000.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios.** In: Maria da Conceição de Almeida, Edgar de Assis Carvalho (Orgs.) – São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, Roque. **Uma experiência de pesquisa coletiva: introdução à análise de conteúdo.** In. GRILLO, Marlene Corroero, MEDEIROS, Marilú Fontoura de (Orgs). A construção do conhecimento e sua mediação metodológica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

NASCIMENTO, Elimar P. **Modernidade ética: um desafio para vencer a lógica perversa da nova exclusão.** Rio de Janeiro: Fase, 1995, Proposta 65.

NICOLESCU, Basarab. **Educação e transdisciplinaridade.** et. Alli.Tradução de SOMMERMAN, Américo. Brasília: UNESCO, 2000.

OAKLEY, Peter e CLAYTON, Andrew. **Monitoramento e avaliação do empoderamento.** S. Paulo: INTRAC, 2003.

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. Site: www.universia.com.br/html/materia/materia_dhgg.html. Acessado em 20/09/2006.

ORTEGA Rosário, DEL REY, Rosário. **Estratégias para a prevenção da violência.** Brasília: UNESCO, UCB, 2002.

OLIVEIRA, Simone Barros de. **Enfrentando a exclusão social em múltiplos espaços de intervenção profissional.** Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Serviço Social- PUCRS. Porto Alegre, mimeo, 2004.

_____. **Processo de trabalho do assistente social na perspectiva do desenvolvimento sustentável para uma cultura de paz no meio escolar.** Projeto de pesquisa Mestrado, FSS/PUCRS. Porto Alegre: mimeo,2006.

_____. **A interface do Projeto Ético Político do Serviço Social e a Cultura da Paz.** Projeto de pesquisa para seleção ao doutorado, FSS/PUCRS. Porto Alegre: 2006.

PAUGAM, Serge. **Fragilização e rupturas de vínculos sociais. Uma dimensão essencial do processo de desqualificação social.** S. Paulo: Cortez, Serviço Social e Sociedade, 1999, n. 60.

PEREIRA, Liliana Patrícia Iemes Sepúlveda. **As práticas educativas transformadoras no exercício democrático.** Revista Fragmentos de Cultura. V. 15, nº 05. Goiânia: maio, 2005.

POCHMANN, Marcio. [Et. Al] (Orgs.). **Atlas da Exclusão social no Brasil** volume 3: Os ricos do Brasil. São Paulo: Cortez, 2004.

PRATES, J.C. **Gestão estratégica de instituições sociais: o método marxiano como mediação do projeto político.** Dissertação de Mestrado/FSS – PUCRS. Porto Alegre, 1995. mimeo.

PRATES, Jane Cruz. Disciplina: Teoria do Serviço Social II **A Produção do conhecimento em Marx.** Textos Marxianos e de marxistas contemporâneos. 2005\01.

PRATES, Jane. **Material didático.** Porto Alegre. Mímeo, 2001/02.

PRATES, **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social.** Tese de Doutorado/FSS-PUCRS. Porto Alegre, 2003. Mimeo.

REDECRIAR – **Relatório do Projeto piloto desenvolvido na Escola Geral Ibá** Ilha Moreira de abril a Junho de 2005.

RODRIGUES, Maria Lúcia. **Caminhos da interdisciplinaridade.** São Paulo: Cortez, 2000.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Stúdio Nobel, 1993.

SATTLER, Miguel. **Comunidades Sustentáveis.** Polígrafo Didático do Curso de Especialização em Construção Civil. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SCHILLING, Flávia. **A multidimensionalidade da violência.** In: CARVALHO, José Sérgio (org). Educação, cidadania e direitos humanos. Petrópolis, RJ: vozes, 2004.

SERRA, Rose. **Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens.** São Paulo: Cortez, 2001.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Subsídios para uma reflexão sobre novos caminhos da interdisciplinaridade.** In. SÁ, Jeanete L. Martins. Serviço Social e interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, NELSON, Pedro. **Ética, indisciplina e violência nas escolas.** Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

SIMIONATTO, Ivete. **Curso: Formação Profissional: um projeto de atualização. Modulo I.** Serviço Social e Processo de Trabalho. Florianópolis, 1998.

SILVEIRA, Daniele Pinto da e VIEIRA, Ana Luiza Stiebler. **Reflexões sobre a ética do cuidado em saúde: desafios para a atenção psicossocial no Brasil.** *Estud. pesqui. psicol.* [online]. jun. 2005, vol.5, no.1 [citado 04 Janeiro 2007], p.92-101. Disponível na World Wide Web: <http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812005000100007&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1808-4281.

SPOSATI, Aldaíza. **Mapa da exclusão na cidade de São Paulo.** São Paulo:EDUC, 1996.

TRIVIÑOS, A. N. **introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo, Atlas, 1997.

TÜRCK, Maria da Graça M. G. **Articulação entre o poder judiciário, o poder executivo e a comunidade: redes sociais de atendimento.** Porto Alegre: FEBEM, mimeo, 1999.

RAYO Tuvilla José. **Educação em direitos humanos: ruma a uma perspectivas global.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

TEIXEIRA, Mary Jane O, NUNES, Sheila Torres. **A interdisciplinaridade no programa de saúde da família: uma utopia?** In. Saúde e Serviço Social. BRAVO, Maria Inês Souza [et al.] (Organizadoras) . São Paulo: Cortez, UERJ, 2006.

TÜRCK, Maria da Graça M. G. **Articulação entre o poder judiciário, o poder executivo e a comunidade: redes sociais de atendimento.** Porto Alegre: FEBEM, mimeo, 1999.

UNGER, Nancy Mangabeira. **Da foz à nascente: um recado do rio.** São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

UNESCO: Década das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável: 2005-214: **Documento final do plano internacional de implementação.** Brasília: UNESCO, OREALC, 2005.

VERAS, Maura Pardine Bicudo. **Notas ainda preliminares sobre exclusão social um problema brasileiro de 500 anos.** In. Por uma sociologia da exclusão social: O debate com Serge Paugam. São Paulo: EDUC, 1999.

VICTORA, C. G. **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

VICTORA, C.G., KANAUTH, D.R., e HASSEN, M.N. **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

ANEXOS

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ENTREVISTA
SEMI ESTRUTURADA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO – MESTRADO

PESQUISA: Serviço Social e Processo de trabalho na perspectiva do Desenvolvimento

Sustentável para a Construção de uma Cultura de Paz no Meio Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa tem por objetivo identificar o processo de trabalho dos Assistentes Sociais na perspectiva do desenvolvimento sustentável para a construção de uma cultura de paz, a partir da realização do Projeto Piloto “Reciclando a Cidadania em Rede Interdisciplinar”, realizado na Escola General Ibá Ilha Moreira, no período de Abril a Julho de 2005.

A pesquisa de campo envolve entrevistas semi-estruturadas com Assistentes Sociais, Biólogas, Diretora da Escola, Supervisora Pedagógica e Agentes da Rede de Apoio da Comunidade, e serão centradas no processo de trabalho dos Assistentes Sociais durante a realização do projeto piloto com o objetivo de avaliar o alcance social das ações desenvolvidas dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável, construção de uma cultura de paz e prevenção da violência no meio escolar.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e as entrevistas com duração de aproximadamente 1 hora, serão gravadas em fitas magnéticas e transcritas posteriormente. O entrevistado não responderá a questões que possa considerar inoportunas, bem como poderá interromper a gravação se assim desejar. Os resultados serão devolvidos aos participantes da pesquisa após o término do Curso de Mestrado em Serviço Social através de relatório e entrega de uma cópia da Dissertação à escola General Ibá Ilha Moreira.

Atesto que as informações aqui presentes neste termo de consentimento informado foram lidas pelo entrevistado e esclarecidas quaisquer dúvidas pelo entrevistador. Os resultados poderão ser publicados e/ou divulgados assegurado o sigilo das informações e a anonimidade dos participantes.

Agradecemos a contribuição e estamos à disposição para quaisquer dúvidas relacionadas à pesquisa pelo fone (51) 9988-1073 (Mestranda Simone Barros de Oliveira) ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, fone 33203345.

Entrevistado

Local e Data

Simone Barros de Oliveira

Matrícula nº

Prof. Dra. Patrícia Krieger Grossi

Matrícula 069366

ANEXO II:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – GRUPO FOCAL

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO – MESTRADO

PESQUISA: Serviço Social e Processo de trabalho na perspectiva do Desenvolvimento
Sustentável para a Construção de uma Cultura de Paz no Meio Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa tem por objetivo identificar o processo de trabalho dos Assistentes Sociais na perspectiva do desenvolvimento sustentável para a construção de uma cultura de paz, a partir da realização do Projeto Piloto “Reciclando a Cidadania em Rede Interdisciplinar”, realizado na Escola General Ibá Ilha Moreira, no período de Abril a Julho de 2005.

Sua participação consiste em fazer parte de um grupo com aproximadamente 8 alunos de 5ª série que terá a duração de aproximadamente 1 hora, no qual iremos discutir sobre o que aprendestes com o projeto Reciclando a Cidadania em relação ao meio ambiente, cidadania, violência e de que forma o projeto contribuiu para a sua melhoria da qualidade de vida e de sua família. Todas as informações obtidas serão sigilosas e a reunião será gravada em fitas magnéticas e transcritas posteriormente. Você não precisa responder a questões que possa considerar inoportunas, bem como poderá interromper a gravação se assim desejar. Os resultados serão devolvidos aos participantes da pesquisa após o término do Curso de Mestrado em Serviço Social através de relatório e entrega de uma cópia da Dissertação à escola General Ibá Ilha Moreira.

Atesto que as informações aqui presentes neste termo de consentimento informado foram lidas pelo participante da pesquisa e esclarecidas quaisquer dúvidas pelo entrevistador. Os resultados poderão ser publicados e/ou divulgados assegurado o sigilo das informações e a sua anonimidade.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Agradecemos a sua contribuição e estamos à disposição para quaisquer dúvidas relacionadas à pesquisa pelo fone (51) 9988-1073 (Mestranda Simone Barros de Oliveira) ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, fone 33203345.

Entrevistado

Assinatura do responsável

Local e Data

Simone Barros de Oliveira – Pesquisadora – Mestranda em Serviço Social

Matrícula nº 05190842

Prof. Dra. Patrícia Krieger Grossi – Orientadora -Matrícula 069366

ANEXO III:

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM BIÓLOGAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM BIÓLOGAS

1. Quais foram as contribuições do Serviço Social no trabalho interdisciplinar?
2. De que forma o trabalho interdisciplinar contribuiu para a inclusão social e o fortalecimento da cidadania?
3. O trabalho do Assistente Social teve alguma influência em seu trabalho com os alunos?
4. Qual foi a adesão do corpo docente? O que contribuiu e o que dificultou?
5. Como foi o processo de participação da comunidade no projeto?
6. De que forma as famílias conheceram/aderiram ao projeto, dificuldades de participação?
7. De que forma o trabalho de vocês contribui na gestão escolar?
8. Qual a sua concepção de violência?
9. Meio ambiente e violência tem alguma relação?
10. Como o desenvolvimento sustentável pode contribuir para a prevenção da violência?

ANEXO IV:

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ASSISTENTES SOCIAIS

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ASSISTENTES SOCIAIS

1. Descreva seu processo de trabalho.
2. Quais os referenciais teóricos que norteiam teu trabalho?
3. De que forma o trabalho interdisciplinar contribuiu para a inclusão social e o fortalecimento da cidadania?
4. Qual foi a adesão do corpo docente? O que contribuiu e o que dificultou?
5. Como foi o processo de participação da comunidade no projeto?
6. De que forma as famílias conheceram/aderiram ao projeto, dificuldades de participação?
7. De que forma o trabalho de vocês contribui na gestão escolar?
8. Qual a sua concepção de violência?
9. Meio ambiente e violência tem alguma relação?
10. Como o desenvolvimento sustentável pode contribuir para a prevenção da violência?
11. Vocês conhecem e utilizaram os recursos da comunidade?